



UERN

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS EDUCATIVAS, CULTURA, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO**

ERISON NATECIO DA COSTA TORRES

**ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: DA DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO À PERMANÊNCIA**

MOSSORÓ/RN

2023

ERISON NATECIO DA COSTA TORRES

**ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: DA DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO À PERMANÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Cultura, Diversidade e Inclusão.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Oliveira Aguiar, PhD em Educação.

MOSSORÓ/RN

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

T693e Torres, Erison Natecio da Costa
Ensino Superior e Políticas de Inclusão: da Democratização do Acesso à Permanência. / Erison Natecio da Costa Torres. - Mossoró / RN, 2023.
148p.

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Lúcia Oliveira Aguiar.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2. Ensino Superior. 3. Inclusão. 4. Assistência Estudantil. 5. Democratização. I. Aguiar, Ana Lúcia Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

ERISON NATECIO DA COSTA TORRES

**ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: DA DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO À PERMANÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Cultura, Diversidade e Inclusão.

Data de aprovação: 1º de setembro de 2023.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Oliveira Aguiar – PhD em Educação
Presidente da Banca – POSEDUC/FE/UERN

Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina Aragão
Examinadora externa (titular) – PPGFP/UEPB

Prof.^a Dr.^a Giovana Carla Cardoso Amorim
Examinadora interna (titular) - POSEDUC/FE/UERN

Prof.^a Dr.^a Lia Matos Brito de Albuquerque
Examinadora externa (suplente) – PPGE/CED/UECE

Prof.^a Dr.^a Normandia de Farias Mesquita Medeiros
Examinadora interna (suplente) - POSEDUC/FE/UERN

À Maria de Fátima, minha mãe, mulher forte e destemida que resistiu a tudo e a todos para me presentear com o dom da vida. A ela e a todas as *Marias*, guerreiras que lutam diariamente para criar seus filhos e proporcionar o melhor de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Dizem que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Sim, de fato, é. Assim sendo, não há como não agradecer a Deus pelo dom da vida e pela dádiva de nos permitir escrever o nosso próprio caminho.

Agradeço à minha mãe, por me dar a vida e lutar por ela, por acreditar, por resistir, por insistir e por persistir. Sua resiliência é algo cósmico e me inspira diariamente!

À minha família, Irani, Lucas e Arthur, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência, pela força e pelo apoio. Obrigado!

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, por ser essa máquina de realização de sonhos.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC), por ter acolhido a minha pesquisa e contribuído tão decisivamente para meu amadurecimento acadêmico e ter me formado pesquisador.

À professora Cicília Raquel Maia Leite, Magnífica Reitora da UERN (2021-2025).

Ao professor Pedro Fernandes Ribeiro Neto, ex-reitor da UERN (2013-2021).

À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), por ter sido a maior experiência profissional de minha vida até aqui, possibilitando o meu crescimento pessoal e profissional e a realização desta pesquisa.

Aos professores e professoras do POSEDUC pela partilha e construção de conhecimento, em especial Francisco Canindé, Hélio Júnior, Márcia Betânia, Meyre-Ester e Giovana Amorim.

À Secretária do POSEDUC, Adiza Bezerra, pela ajuda e pela gentileza de sempre.

À “Confraria do POSEDUC”, que se formou a partir do compartilhamento das angústias, inquietações e ajudas. Aqui registro minha gratidão à Alcivânia Menezes, Emanuella Palhares e Nathália Virgínio.

Ao amigo Thiago Queiroz, pela partilha de conhecimento e trabalhos em grupo.

Por fim, à minha professora, orientadora e amiga, Ana Lúcia Oliveira Aguiar. A senhora não sabe o tamanho da transformação que proporcionou em minha vida. Saio desse mestrado muito maior do que entrei graças à sua lição de vida. A senhora é inspiração!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender como a política de inclusão contribui para a democratização do acesso e permanência no ensino superior na Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Os objetivos específicos são: a) Narrar as histórias e experiências de vida da trajetória de um militante em diálogo com a metodologia da pesquisa autobiográfica; b) Identificar as contribuições da política de inclusão e assistência estudantil na democratização do acesso e permanência ao Ensino Superior; e c) Apresentar os impactos das ações de inclusão da UERN com base nas vozes dos/das beneficiários. A pesquisa é qualitativa, trabalhada com o método autobiográfico como referencial teórico, pautado nos escritos de Josso (2010), Halbwachs (2003), Pollak (1992) e Freire (1986). As etapas da pesquisa foram revisão de literatura, pesquisa documental e entrevistas com três estudantes da UERN. A revisão de literatura objetivou elencar a produção acadêmica existente e relacionar com os conceitos escolhidos, a saber: *autobiografia*, *memória*, *experiência*, *empoderamento*, *democratização* e *inclusão*. Ao trabalhar os conceitos *autobiografia*, *memória*, *experiência* e *empoderamento*, a pesquisa nos possibilitou alcançar o primeiro objetivo específico, a partir do falar de si como experiências formadoras e *autoformadoras*, à luz do que preceitua Josso (2010), Halbwachs (1990) e Pollak (1992). As entrevistas foram realizadas com estudantes oriundos de escola pública, de cursos e unidades acadêmicas distintas e distribuídas pela universidade, que ingressaram no sistema de cotas e foram ao longo do curso beneficiários dos programas e ações de assistência estudantil. As narrativas nos permitiram compreender a dimensão da importância dos programas e ações de assistência estudantil na vida dos beneficiários, o que permitiu concluir que a UERN é uma universidade socialmente referenciada, inclusiva e includente que tem a assistência estudantil como centralidade estratégica de combate às desigualdades sociais e regionais, respeito à diversidade e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, da permanência e do sucesso dos (as) estudantes.

Palavras-chaves: Ensino Superior; Inclusão; Assistência Estudantil; Democratização.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the inclusion policy contributes to the democratization of access and permanence in higher education at the State University of Rio Grande do Norte. The specific objectives are: a) To narrate the stories and life experiences of a militant's trajectory in dialogue with the methodology of autobiographical research; b) Identify the contributions of the student inclusion and assistance policy in the democratization of access and permanence in Higher Education; and c) Present the impacts of UERN inclusion actions based on the voices of the beneficiaries. This is a qualitative research based on the autobiographical method as a theoretical framework, based on the writings of Josso (2010), Halbwachs (2003), Pollak (1992) and Freire (1986). The research steps were literature review, documentary research and interviews with three UERN students. The literature review, aiming to list the existing academic production, relating to the chosen concepts, namely: autobiography, memory, experience, empowerment, democratization and inclusion. By working on the concepts of autobiography, memory, experience, empowerment, the research enabled us to reach the first specific objective, based on talking about oneself as formative and self-formative experiences, in the light of what Josso (2010), Halbwachs (1990) and Pollak prescribe (1992). The interviews were conducted with students from public schools, from different courses and academic units distributed throughout the university, who entered the system and quotas and were beneficiaries of student assistance programs and actions throughout their course. The narratives allowed us to understand the dimension of the importance of student assistance programs and actions in the lives of beneficiaries, which allowed us to conclude that UERN is a socially referenced, inclusive and inclusive university, which has student assistance as a strategic centrality to combat inequalities social and regional, respect for diversity and social inclusion that promotes the guarantee of full access, permanence and success of students.

Keywords: Higher Education; Inclusion; Student Assistance; Democratization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Maria de Fátima da Costa, aos 56 anos de idade, em 16 de novembro de 2019....	26
Foto 2 - Aniversário de 4 anos (da direita para a esquerda, Tia Francisca, Avó Lourdes, minha mãe e minha madrinha Edna.....	29
Foto 3 - Meus irmãos de vida.....	31
Foto 4 - Desde cedo, o interesse pela fala.....	34
Foto 5 - Registro com Irmã Lucimar no dia da Primeira Eucaristia.....	36
Foto 6 - Primeira Eucaristia.....	37
Foto 7 - Abertura do VIII CONEUERN.....	48
Foto 8 - Abertura do VIII CONEUERN 2.....	50
Foto 9 - Sessão do CONUNI do dia 19 de junho de 2018.....	54
Foto 10 - Sessão do CONUNI do dia 19 de junho de 2018.....	55
Foto 11 - Posse como Pró-reitor de Assuntos Estudantis.....	56
Figura 1 - Linha do tempo dos fatos históricos.....	67
Imagem 1 - Arquivo da Portaria do MEC nº 874, de 17 de junho de 1993.....	69
Figura 2 - Presença da UERN no Estado do Rio Grande do Norte após sua expansão.....	70
Figura 3 - Evolução da presença da UERN no Estado do Rio Grande do Norte consolidada a sua expansão.....	73
Foto 12 - Reunião do Conselho Consultivo das Políticas de Inclusão Social, em 25/06/2019.....	110
Imagem 2 – Recorte do Diário Oficial do Estado.....	111
Imagem 3 – Recorte do Diário Oficial do Estado com publicação do Termo de Cooperação.....	112
Foto 13 - Vistoria da SETHAS nas instalações do Campus Avançado de Patu.....	113
Imagem 4 – Quadro com a partilha dos recursos do FECOP com tetos da SEPLAN.....	115
Figura 4 – Linha do tempo da assistência estudantil da UERN.....	118
Quadro 1 – Perfil dos estudantes entrevistados.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição numérica das matrículas no ensino superior por região no Brasil 2000-2021.....	98
Gráfico 2 – Distribuição percentual das matrículas no ensino superior por região no Brasil 2000-2021.....	99
Gráfico 3 – Distribuição percentual das matrículas no ensino superior público por cor e raça 2011-2021.....	101
Gráfico 4 – Distribuição percentual das matrículas no ensino superior público por cor e raça 2011-2021.....	102
Gráfico 5 – Evolução do Orçamento das IES Federais em milhões de reais.....	105
Gráfico 6 – Evolução da oferta de bolsas do PAE 2015-2022.....	122
Gráfico 7 – Evolução do investimento no PAE 2015-2022.....	122
Gráfico 8 – Distribuição das vagas do PAE por campus.....	123
Gráfico 9 – Distribuição das vagas do PAE por campus.....	124
Gráfico 10 - Evolução da oferta de vagas do Programa de Moradia Universitária.....	125
Gráfico 11 – Evolução do número de estágios vigentes.....	127
Gráfico 12 – Valor anual captado em bolsas de estágio não-obrigatório.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de IES no Brasil 2000-2021.....	97
Tabela 2 – Evolução do número de matrículas no Brasil 2000-2021 Presencial e EAD....	97
Tabela 3 – Distribuição percentual da população, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento e cor ou raça (%).....	100
Tabela 4 – Distribuição de alunos por estado.....	119
Tabela 5 – Número de cidades de origem dos estudantes por estado.....	120
Tabela 6 – Capacidade instalada e orçamento do auxílio financeiro para moradia.....	125
Tabela 7 – Capacidade instalada e orçamento do auxílio inclusão digital.....	126

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AABB	Associação Atlética do Banco do Brasil
AACCs	Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais
ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ADFURRN	Associação dos Docentes da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ADUERN	Associação dos Docentes da UERN
AFFURRN	Associação dos Funcionários da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
AID	Auxílio Inclusão Digital
AIR	Argumento de Inclusão Regional
ANFIDES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APES	Associação Potiguar de Estudantes Secundaristas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CC	Conselho Curador
CCPIS	Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social
CD	Conselho Diretor
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEM	Centro Estudantil Mossoroense
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CGU	Controladoria Geral da União
CMM	Câmara Municipal de Mossoró
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEUERN	Congresso dos Estudantes da UERN
CONSEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
DAE	Departamento de Assuntos Estudantis
DAE	Diretoria de Assuntos Estudantis
DAIN	Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas
DCE	Diretório Central dos Estudantes

DEM	Democratas
DESSO	Departamento de Serviço Social
DIREC	Diretoria Regional da Educação e Desporto
DOE	Diário Oficial do Estado
EAD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPP	Egressos de Escola Pública
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
FACEM	Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró
FAFIC	Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
FANAT	Faculdade de Ciências Exatas e Naturais
FASSO	Faculdade de Serviço Social
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FSB	Fórum Social Brasileiro
FSP	Fórum Social Potiguar
FUERN	Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
FUNCITEC	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FURRN	Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDUERN	Questionário Socioeconômico e Cultural da UERN
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSUL	Instituto Federal do Sul de Minas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JPT	Juventude do Partido dos Trabalhadores
JSB	Juventude Socialista Brasileira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NAES	Núcleos Avançados de Educação Superior
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Auxílio-creche
PAE	Programa de Apoio ao Estudante
PCAA	Programa de Concessão de Auxílio-Alimentação
PCD	Pessoa Com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMU	Programa de Moradia Universitária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais
PNE	Plano Nacional de Educação
POSEDUC	Programa de Pós-graduação em Educação
PPA	Plano Plurianual
PPI	Pretos, Pardos e Indígenas
PPSSDS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRO-UERN	Programa de Fomento às Ações de Assistência a Permanência Estudantil no âmbito da Uern
PRORHAE	Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDEM	Processo Seletivo por Desempenho do Ensino Médio
PSV	Processo Seletivo Vocacionado
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
RS	Responsabilidade Social
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SEAS	Setor de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida

SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação Social
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINTAUERN	Sindicato dos Técnico Administrativos da UERN
SINTE-RN	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-árido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEAL	Universidade do Estadual de Alagoas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UPC	Projeto Universidad Construye País
UPE	Universidade de Pernambuco
URRN	Universidade Regional do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

	PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES.....	15
1	O DESPERTAR DE UM HOMEM: AVENTURAS E DESVENTURAS DO MEU “EU”	24
1.1	Maria, maria em narrativas de vida maria e aprendizados.....	25
1.2	Minha vida em um sonho, meu renascer nas adversidades.....	34
1.3	Uma vida de militância: o doce e o azedo em passos de ousadia.....	42
1.4	Encontro com os saberes da educação no entrelaçar com a autobiografia e formação.....	50
2	DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À GARANTIA DE PERMANÊNCIA NA UERN.....	58
2.1	Uma universidade em construção: fazeres e refazeres em aprendizados.....	59
2.2	Do interior para o interior: o processo de expansão no aroma da terra.....	67
2.3	Uma construção de cotas como a argila nas mãos do oleiro.....	75
2.4	Memórias, lugares, tempos, acontecimento em diálogo.....	82
3	UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA, INCLUSIVA E INCLUDENTE.....	87
3.1	A construção de um conceito socialmente referenciado, inclusivo e includente.....	88
3.2	O caminhar da assistência estudantil: sabores e saberes a várias mãos.....	97
3.3	Para além do que os olhos podem ver transformar vidas no esperar pelos caminhos a várias mãos.....	118
3.4	Perceber, sentir e provar nas vozes dos/das estudantes ensinantes e aprendentes.....	129
	VOLTAR COM OS FEIXES NAS MÃOS NO NUTRIR A ARTE DE FAZER, SABER, RESSIGNIFICAR.....	139
	REFERÊNCIAS.....	143

PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES

“Estude, meu filho, é o único bem que eu posso te dar. Estude!”
Maria de Fátima da Costa

O desenrolar dos últimos anos vinham aflorando inquietações sobre a minha formação em nível de pós-graduação. Ao lembrar dos conselhos de minha mãe, sempre me culpava por ter adiado o mestrado, mesmo buscando compreender os momentos de minha vida nas vezes em que eu disse: “agora vou”. Bem, talvez fosse meu subconsciente justificando a negligência com a continuidade de minha formação, agora em nível de pós-graduação *stricto sensu*. De fato, eu sempre procurei justificativa para não dedicar tempo e estudo nesse sentido, o que acarretou insucesso nas vezes que decidi tentar. Quase que uma autossabotagem, eu diria.

Após perceber que o tempo, apesar de relativo para alguns, é inexorável para todos e a vida é uma credora igualmente implacável, resolvi não procurar desculpas e seguir o caminho. Escolhi o Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC) e a linha de pesquisa Práticas Educativas, Cultura, Diversidade e Inclusão. Ou ela me escolheu, melhor dizendo. Fui acolhido com meu projeto pela professora doutora Ana Lúcia Oliveira Aguiar, PhD em Educação, que me apresentou o método *autobiográfico*. Um novo horizonte se abria e, na mesma medida, alguns desafios, pois minha zona de conforto era outro campo, outra história e outra perspectiva. Desafios aceitos mutuamente, pois, obviamente, minha professora orientadora teria que receber como orientando um errático estudante com uma carga interdisciplinar ímpar.

Com a aprovação no processo seletivo e o “aceite” da minha orientadora, foi necessário realizar ajustes no tema do projeto de pesquisa, visto que, *a priori*, a intenção era seguir por um referencial teórico com base somente na formação de Serviço Social. Entretanto, a professora Ana Lúcia, com seu jeito gentil e firme, tratou logo de me colocar nos trilhos teóricos e metodológicos, em consonância com a linha de pesquisa.

Intitulado “Ensino Superior e políticas de inclusão: da democratização do acesso à permanência”, esta pesquisa tem por objetivo geral compreender como a política de inclusão contribui para a democratização do acesso e permanência no ensino superior na Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Como objetivos específicos: narrar as histórias e experiências de vida da trajetória de um militante em diálogo com a metodologia da pesquisa autobiográfica; identificar as contribuições da política de inclusão e assistência estudantil na democratização do acesso e permanência ao Ensino Superior; e apresentar os impactos das ações de inclusão da UERN com base nas vozes dos/das beneficiários.

O que nos motivou a pesquisar, tem como ponto de partida a nossa trajetória de vida e o nosso lugar de fala. Isso já era presente em nossa consciência. Entretanto, foi somente a partir dos diálogos e estudos na disciplina *Memória, Formação e Pesquisa (Auto) Biográfica* que tudo surgiu como um desvendamento. O objeto proposto na pesquisa é parte de mim; faz parte de minha trajetória e está intimamente vinculada aos meus afetos. A história do pesquisador se entrelaça com a do objeto, tem interseção, impactos e repercussões. Sendo assim, este projeto perpassa por experiências, vivências e caminhos trilhados na condição de (ex)discente do Curso de Serviço Social da UERN, que ingressou no ano de 2005 por meio do sistema de cota¹ para estudantes de escola pública.

Vivenciamos o cotidiano de um estudante de camada popular na universidade, filho de mãe solo, parda/negra, pobre, com ensino médio incompleto e empregada doméstica. Então, transporte, alimentação e reprografia eram as principais despesas e a falta de recursos nos fazia exercitar cotidianamente uma espécie de “escolha de Sofia”, pois a falta de dinheiro era a única certeza que tínhamos no dia a dia. Existiam, ainda, as famigeradas taxas cobradas pela instituição², que mais tarde seriam abolidas em resposta à luta dos estudantes, mas que até isso ocorrer causou revolta e indignação do alunado.

Essa pequena narrativa é uma forma de expressar, de forma sumária, o conjunto de dificuldades dos estudantes cotistas na instituição. Garantir o acesso é reivindicar muito mais, algo muito além do que simplesmente reservar a vaga. Democratizar o acesso não seria somente conceder uma cadeira em uma sala de aula da faculdade. Somos produto de uma instituição que busca, por intermédio de suas ações, trazer para os bancos das faculdades os filhos e as filhas da classe trabalhadora, grande parte vulnerabilizados socioeconomicamente, à margem de um sistema educacional ainda precarizado e que produz assimetrias agudas no acesso ao ensino superior.

Resta evidenciado que o sujeito tem ligação com o objeto, de fato. Não obstante, toda pesquisa científica tem como ponto de partida um problema que surge, principalmente, das inquietações do pesquisador. O que mobiliza a mente humana são problemas, ou seja, a busca de um maior entendimento de questões postas pelo real (Laville, 1999). Por isso, a vivência cotidiana, as experiências de vida e o lugar de fala são os elementos motivadores para compreendermos as contribuições das ações de democratização do acesso ao ensino superior na UERN, sua política de inclusão e permanência estudantil.

¹ Lei Nº 8.258, de 27 de dezembro de 2002.

² A UERN cobrava taxas pela realização de segunda chamada de prova, expedição de histórico e outros documentos.

Consideramos relevante o estudo, pois ele busca com a mesma pertinência identificar e caracterizar a política de assistência estudantil e sua importância com desdobramentos na vida acadêmica dos beneficiários. Por isso, se faz igualmente necessário compreender a dimensão dessa importância a partir das experiências de vida dos que por ela passam. Logo, qual a percepção dos sujeitos sobre as ações garantia de acesso e permanência estudantil? Quais os impactos na vida destes beneficiários?

Elencadas as motivações pessoais, resta expor as motivações teóricas, históricas e sociais que nos levam à definição do objeto da pesquisa, sob o ponto de vista macro, posto que é relevante apreender todo o contexto e as influências conjunturais que favoreceram, ou não, as questões já levantadas por meio do resgate histórico, bibliográfico e documental.

Ao fazermos um breve percurso histórico, é possível observar que a gênese e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil tiveram suas raízes imbricadas diretamente às necessidades de uma elite, seja no período colonial, associado à vinda da família real portuguesa, no século XIX, seja no contexto da sociabilidade capitalista e neoliberal das últimas décadas.

Neste último contexto, levantamos a reflexão de que a educação – e, por conseguinte, o ensino superior – está caracterizada, sobretudo, por uma dupla dimensão, ainda que este entendimento seja apenas a ponta do *iceberg*: atender aos interesses do capital financeiro – que, para esse fim, implementa uma série de medidas que tem rebatimentos no cotidiano; e ser garantida como direito social por parte do estado, numa perspectiva de construção da cidadania como forma de enfrentamento às expressões da questão social³.

No mesmo compasso da expansão e suas peculiaridades, temos o crescimento do desafio da permanência. Se, por um lado, a democratização do acesso traz para os bancos da universidade as camadas mais vulnerabilizadas da sociedade, por outro, reivindica da instituição o investimento em permanência. Neste ponto, elucidaremos como se deu o processo de surgimento e consolidação da assistência estudantil, seus números, programas e, sobretudo, beneficiários. Faremos, também, uma leitura sobre quais os impactos da política de assistência estudantil na vida dos beneficiários, qual a sua importância e como ela contribuiu para sua trajetória acadêmica.

³ Conforme Iamamoto (1998, p.27): “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

A relevância da pesquisa está na compreensão dos impactos das ações de inclusão da universidade, tanto no acesso, quanto na permanência. Desse modo, a UERN oportuniza o acesso ao ensino superior para os estudantes oriundos da classe trabalhadora, com formação de qualidade que possibilita sua inserção nos espaços de poder.

Para contribuir com a construção deste estudo, realizamos uma revisão bibliográfica com o propósito de elencar a produção acadêmica existente, relacionando com os conceitos trabalhados, a saber: autobiografia, memória, experiência, empoderamento, democratização e inclusão⁴. Procuramos, nos repositórios do Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC/UERN) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPSSDS/UERN), ambos da UERN, e no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) trabalhos que nos permitissem identificar os principais escritos pertinentes à temática. Após as consultas realizadas nas ferramentas de busca da BDTD, no repositório do POSEDUC e do PPGSSDS restou evidenciada a inexistência de produção científica que articule em um mesmo trabalho todos os conceitos da pesquisa.

Assim, refinamos os critérios de busca e após as exclusões, isoladamente ou conjugando com não mais do que três palavras-chaves, encontramos 11 trabalhos que nos auxiliaram na construção da revisão bibliográfica, e esta, por sua vez, contribuiu para mapearmos e discutirmos a produção acadêmica deste campo do conhecimento (Ferreira, 2002).

Desses trabalhos, três são dissertações do POSEDUC/UERN, um é dissertação do PPGSSDS/UERN e outros sete são dissertações ou teses distribuídas entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A dissertação intitulada “PODEM ME CHAMAR DE CACTO: Lugares e memórias em narrativas da ascensão social de uma estudante com deficiência”, da Mestra Camila Morais Da Rocha, foi defendida perante o Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 23 de março de 2021. O estudo nos permite identificar a relevância da metodologia autobiográfica como instrumento de pesquisa, visto objetivar compreender os lugares e as memórias nas narrativas de ascensão social de uma estudante com

⁴ Em que pese o Estado da Arte ou o Estado do conhecimento como um importante instrumento para a revisão bibliográfica, o percurso feito até aqui não teve aprofundamento no mapeamento da pesquisa. O objetivo para este estudo é tão somente apresentar algumas pesquisas que colaboram para fortalecer a importância sobre o tema proposto para esta dissertação.

deficiência. A autora utiliza a figura do Cacto como sua representação pessoal, em alusão a um símbolo de força e perseverança, que resiste às intempéries da seca e processos de vida ao longo de sua história. Traz por meio de suas narrativas autobiográficas, as memórias e as lembranças de suas experiências de vida que contribuíram no seu processo de ascensão social. No decorrer da pesquisa, ela discute e reflete sobre autobiografia, experiências de vida, empoderamento, memória e inclusão, tendo como referencial teórico as ideias de Josso (2010), Freire (1999), Halbwachs (2003), Pollak (1992) e Charlot (2005).

Francinilda Honorato dos Santos e sua pesquisa “Êxito social através da história de vida e formação: trajetória de uma mulher de sítio em diálogo com os saberes da experiência e os saberes acadêmicos”, defendida no POSEDUC/UERN, no ano de 2017, nos auxiliou nas discussões acerca das histórias de vida e êxito social pelos estudos e valorização das histórias dos sujeitos comuns por meio das narrativas autobiográficas. Seu estudo tem abordagem qualitativa com aporte teórico do método autobiográfico e conceitos traçados pelas histórias de vida, saberes e experiências e êxito social. A autora utilizou como base teórica Josso (2010), Halbwachs (2003), Pollak (1992) e Freire e Shor (1986), autores também presentes nesta pesquisa.

Ainda no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, do ano de 2019, temos a dissertação de Eliane Cota Florio, com o tema “Ascensão Social de Estudantes com Deficiência não Perceptível de Camada Popular: da Educação Básica à Universidade”. Seu objetivo foi evidenciar a ascensão social de um estudante matriculado do Curso de Administração da UERN, com deficiência não perceptível e de camada popular da sociedade. Trabalhou o empoderamento do sujeito utilizando uma abordagem qualitativa com método autobiográfico. Seu norte teórico alicerçou-se, principalmente, nos escritos de Josso (2010), Halbwachs (2003), Pollak (1992) e Freire e Shor (1986).

No PPGSSDS/UERN, destacamos a dissertação de Maria Luciene da Silva Araújo, que debateu a assistência estudantil na UERN, com o trabalho alcunhado “Para estudar, minhas malas precisei arrumar: conhecendo as condições de permanência das (os) residentes universitárias (os) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)”, no ano de 2020. Dialogaremos com a autora sobre as contribuições dos temas educação superior e assistência estudantil, a partir da análise qualitativa proposta por sua pesquisa. O objetivo do trabalho foi conhecer as condições de permanência dos beneficiários do programa de moradia universitária da instituição no ano de 2019, bem como identificar na política de assistência estudantil as estratégias de permanência das (os) discentes oriundas (os) de outras

cidades/estados. A natureza da pesquisa é qualitativa, à luz da teoria social crítica pautada no marxismo e tendo o método de análise regressivo-progressivo de Henry Lefebvre.

Não nos debruçaremos sobre o referencial teórico utilizado, pois o diálogo com a pesquisa em tela terá como foco a caracterização da assistência estudantil na UERN a partir dos elementos propostos pela autora. A UERN como universidade socialmente referenciada, a PRAE, enquanto uma Pró-reitoria imprescindível à gestão da política de assistência, a assistência estudantil como centralidade e outros aspectos serão abordados e dissecados.

Maria Edgleuma de Andrade defendeu sua Tese, intitulada “Política de Expansão da UERN: oferta e qualidade da educação superior”, diante do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2012. O trabalho objetivou analisar como se configurou a expansão do ensino superior na UERN durante o período que compreende os anos de 2002 a 2008. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com percurso metodológico que privilegiou as pesquisas bibliográfica e documental. Sua relevância se apresenta por meio das discussões acerca da democratização do acesso ao ensino superior promovida pela autora, à luz do que prescreve Dias Sobrinho (2005 e 2010), Chauí (2003) e Ristof (2008). Esta pesquisa foi selecionada, pois trata de um conceito presente no estudo e entendemos que ela contribui para o aprofundamento dos debates relacionados à democratização do acesso à UERN.

Outro trabalho que nos possibilita o diálogo acerca da democratização é a dissertação intitulada “A recente interiorização das universidades federais e a questão da democratização do acesso: uma análise das experiências formativas de jovens do semiárido paraibano no Campus de Cuité/UFCG”, de Lucas Pereira da Silva, que submeteu ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande. O autor discutiu acerca da expansão e interiorização universitária, trajetórias de formação e relatos autobiográficos. Em que pese o referencial teórico não estar necessariamente pautado pelos mesmos autores, cabe ressaltar que as discussões propostas, ainda sob a perspectiva interdisciplinar, contribuirão para ampliar o campo de diálogo sobre as diferentes formas de visão quanto ao processo de democratização do ensino superior por meio da interiorização.

Nestor Gomes Duarte Júnior nos fornece dois importantes trabalhos sobre Assistência Estudantil, que subsidiarão as discussões em torno da temática. Em sua dissertação “A assistência estudantil e as cotas sociais nas universidades estaduais do Nordeste: as faces do acesso ao direito”, defendida perante o Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 2013, Duarte Júnior analisou a assistência estudantil nas universidades do Nordeste que adotam o sistema de cotas como critério de acesso. Suas categorias são Ensino Superior, Cotas Sociais e Assistência Estudantil,

e o seu *lôcus* investigativo é o conjunto formado pela Universidade do Estado da Paraíba (UEPB), a Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade do Estadual de Alagoas (UNEAL) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Além de sua dissertação, utilizaremos a Tese intitulada “Assistência Estudantil nas universidades estaduais brasileiras: as marcas dos programas de bolsas e auxílios financeiros na permanência discente”, que foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2022.

Com isso, pretendemos aprofundar as discussões que o autor propõe desde sua dissertação até à sua tese, pois compreendemos como indissociável para a análise esses dois trabalhos. Um complementa o outro, é continuidade do outro e amplia a discussão originária. Pretendemos, portanto, compreender como se configura a assistência estudantil nas universidades estudadas, seus impactos na vida dos estudantes e quais faces de sua implementação. Esses elementos contribuirão para entendermos em que contexto se insere na discussão sobre cotas e assistência estudantil na UERN, quais fatores influenciam e favorecem o surgimento dessas medidas, na busca por compreender como a política de inclusão e permanência estudantil contribui para a democratização do acesso ao ensino superior, objetivo deste trabalho.

Ao consultar o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, encontramos o trabalho de Etienne de Sousa Lima de Oliveira, com o título “Acesso e permanência de estudantes cotistas na Universidade de Brasília: estratégias para democratização da educação superior”. Este trabalho foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade de Brasília (UnB), no ano de 2019. A dissertação pretendeu discutir e analisar a Política de Cotas Sociais, regulamentada pela Lei nº 12.711/2012, e a Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília. A autora problematizou, além do acesso à garantia das condições de permanência, levantando o questionamento se efetivamente a política de cotas e a assistência estudantil da instituição possibilita o suporte necessário para a conclusão do curso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que considera dados quantitativos colhidos por meio de questionários aplicados junto aos estudantes cotistas e beneficiários das ações de assistência estudantil da UnB. Suas premissas foram elencadas a partir das palavras-chaves ações afirmativas, política de cotas, assistência estudantil e democratização da educação superior.

No Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), encontramos a dissertação de Antônia Vanessa Freitas Silveira, nominado “A assistência estudantil na UFPA e as repercussões para os discentes do curso de pedagogia: da permanência à conclusão”, defendida no ano de 2017. A pesquisa objetivou, de modo geral,

analisar a relação entre a assistência estudantil desenvolvida pela UFPA e a permanência dos discentes de graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia até sua finalização. Como problema proposto: existe uma relação entre as políticas de assistência estudantil na UFPA, *campus* de Belém, e a permanência até a conclusão do Curso para estudantes de pedagogia? Com uma abordagem qualitativa, o estudo foi realizado com análise documental/bibliográfica e pesquisa de campo mediante aplicação de questionário. Este trabalho se faz importante em razão de sua contribuição no debate acerca da democratização do ensino superior, ao identificar e buscar compreender marcos normativos imprescindíveis à pesquisa. Como palavras-chave, seguem descritos: assistência estudantil, expansão da Educação Superior e Formação de professores.

O Banco de Teses e Dissertações da CAPES ainda oportunizou encontrar a dissertação da autora Tamires Aparecida do Amaral, com título “Políticas públicas de permanência estudantil: a democratização do acesso ao ensino superior”, do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP - *campus* de Franca), no ano de 2018. A pesquisa objetivou analisar as políticas de permanência estudantil no ensino superior da UNESP, da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e do Instituto Federal do Sul de Minas - IFSUL de Minas. A autora trabalhou os conceitos de Democratização do ensino superior, Políticas de permanência estudantil, Juventude, Universidade e Políticas públicas com foco na eficácia das políticas voltadas ao jovem de baixa renda e oriundo de escola pública que ingressam na universidade. Esse estudo teve como elemento motivador o aumento do ingresso de estudantes oriundos das camadas populares, socioeconomicamente carentes, e oriundos de escolas públicas do estado de Minas Gerais no ensino superior.

Os estudos elencados anteriormente contribuirão para o aprofundamento bibliográfico acerca dos temas propostos na pesquisa. Esse mapeamento possibilitará, também, a discussão sobre o problema levantado na pesquisa com outros autores, sob outros prismas, em diferentes lugares e contextos. Com isso, o intuito é identificar por quais estradas percorrem as investigações acerca da política de inclusão e permanência estudantil. Feito esse percurso, em seguida vamos discorrer a respeito dos capítulos e subitens que compõem o estudo, bem como os elementos compõem cada um.

A dissertação ficará organizada e estruturada em três capítulos, com quatro subdivisões cada. No primeiro capítulo, intitulado *O despertar de um homem: aventuras e desventuras do meu “eu”*, traremos o percurso de vida do pesquisador em formação, suas adversidades e crescimento utilizando o método autobiográfico. O objetivo será demonstrar a trajetória do

pesquisador e suas implicações com o objeto da pesquisa, sua pertença e o que motivou a escolha do tema.

Já no segundo capítulo, nominado *Da democratização do acesso à garantia de permanência na UERN*, traremos para o centro da discussão a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, os contextos históricos e sociais que proporcionaram sua criação, estadualização e consolidação como a mais importante instituição de ensino superior do interior do RN, bem como a sua política de democratização do acesso por meio das cotas e programas de permanência.

Quanto ao terceiro capítulo, tem como título *Uma universidade socialmente referenciada, inclusiva e includente* e trabalhará o conceito de universidade socialmente referenciada, inclusiva e includente, por intermédio de sua política de assistência e os reflexos na vida dos estudantes. Faremos entrevistas com questionário qualitativo junto a quatro beneficiários, de forma a garantir as condições de compreensão e percepção destes quanto à importância dos programas e impactos em sua formação acadêmica social.

Do ponto de vista pessoal, esta pesquisa representa o reencontro com minha história de vida e a reconstrução de minha identidade, à luz das experiências que contribuíram para a minha formação pessoal e profissional, sobretudo para o meu encontro com o “eu pesquisador em formação”, notadamente com o método autobiográfico. Se, por um lado, a dissertação tem repercussões de cunho pessoal, por outro, apresenta implicações acadêmicas que contribuirão para a compreensão da relevância dos programas e ações de permanência no interior da UERN, pois possibilita evidenciar para toda a universidade a voz dos sujeitos beneficiários e os impactos em suas trajetórias de vida e formação. Vozes outrora silenciosas poderão ecoar no interior da universidade e ressaltar a pertinência do empoderamento que a educação proporciona. Com este estudo, o POSEDUC terá em seu repositório uma pesquisa que objetiva compreender como a política de inclusão contribui para a democratização do acesso e permanência ao/no ensino superior, a partir das narrativas autobiográficas do autor e dos sujeitos da pesquisa.

1 O DESPERTAR DE UM HOMEM: AVENTURAS E DESVENTURAS DO MEU “EU”

“Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida”

Fernando Brant / Milton Nascimento (1978)

Neste capítulo, vamos realizar o exercício do desvelamento de nossa vida, ao lançar mão da história e das experiências como *corpus* para investigação. A experiência e o saber da experiência transformadora, concreta e subjetiva (Bondía, 2002), para além do campo investigativo, expressam a compreensão dos processos de aprendizagem e autoformação⁵. Este capítulo narra, através da escrita autobiográfica, a história de um militante estudantil, graduado em Serviço Social, oriundo da classe trabalhadora, filho de empregada doméstica e incansável no exercício de romper com uma certa predestinação reservada a si, onde seus sonhos estariam à margem e não lhe restaria algo diferente da exclusão social, até o encontro com o poder avassalador da educação.

⁵ O desenvolvimento da escrita se dará em primeira pessoa do singular, quando se tratar de minhas experiências de vida, e na primeira pessoa do plural, quando se referir aos sujeitos da pesquisa.

Falar de si é, sobretudo, tingir o papel com suas experiências de vida, suas aprendizagens e suas etapas formadoras que construíram o seu EU, a sua personalidade e o seu ser social. Resgatar as lembranças, remexer feridas cicatrizadas, voltar ao passado e lembrar de momentos incômodos ou traumáticos não é tarefa fácil e exige além da coragem determinação ímpar para compreender que o que nos toca faz parte de nós, conforme descreve Bondía (2002) “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.

O presente capítulo objetiva narrar as histórias e experiências de vida da trajetória de um militante por meio da metodologia autobiográfica. Aqui, teremos um lançar o olhar sobre mim, sobre o meu Eu e minhas experiências de vida nesse resolver de emoções e sentimentos que revelam uma tecitura sobre como me (re) conheço. Quem sou eu, de onde venho e como cheguei até aqui, como se deu minha trajetória e como me encontrei e me reencontrei na formação profissional são os quesitos norteadores para a consecução do objetivo deste capítulo. Estaremos pautados sob a égide da autobiografia como metodologia. Entretanto, se trata de uma inflexão metodológica, mas do desabrochar de um novo tempo no encontro com o Programa de Pós-graduação em Educação da UERN. De fato, não se pode deixar de registrar os desafios da interdisciplinaridade entre as áreas. Contudo, esses limites se transformam em possibilidades com o arranjo inovador de uma pesquisa voltada a compreender como a política de inclusão e permanência estudantil contribui para a democratização do acesso ao ensino superior no Estado Rio Grande do Norte, a partir das narrativas autobiográficas dos seus principais sujeitos: pesquisador em formação, proponente do estudo e beneficiários dessa política.

1.1 Maria, maria em narrativas de vida maria e aprendizados⁶

A epígrafe citada no início deste capítulo, traz uma música de Fernando Brant e Milton Nascimento que data da década de 1970, muito importante em minha vida e com significado que revela um amor incondicional, sem fronteira de tempo ou condições objetivas. Maria é o nome de minha mãe, o nome da mulher que me concebeu o dom da vida e que lutou por mim como uma missão divina. Desta forma, ao falar de mim sempre incorrerei na confusão de falar sobre a minha mãe, pois reside nesta confusão de duas vidas que se entrelaçam pelo “acaso” do

⁶ O nome dos sujeitos da pesquisa, que estão no corpo do texto de toda esta dissertação, corresponde ao nome de nascimento, por manifestação expressa dos/das referidos sujeitos. As narrativas construídas na interação entre os sujeitos e o pesquisador em formação atentaram para assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes com assentimento livre e esclarecido e anuência do participante da pesquisa. Todos os cuidados foram observados, acompanhando a Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016.

destino a justificativa para a tomada de consciência e compreender meu lugar de fala. Nossa condição familiar-financeira sempre nos jogou na vala comum das carências inerentes aos *não-eupátridas*⁷, o que, conseguintemente, reivindicou de nós muita irresignação e resiliência. Estas características nos proporcionaram um cariz de resistência, veemência e luta que nos colocaram também em vários contextos e fatos históricos.

Sou filho de Maria de Fátima da Costa, mulher, apodiense, parda/preta, pobre, com pouca instrução, favelada, empregada doméstica e mãe. Mãe, como ela diz, com muito orgulho. Dizia ela, também, que a maior obra de sua vida seria impedir que seu filho tivesse o mesmo destino que as crianças “de rua” tinham, pedindo esmola e se sujeitando a “mandados” ou engraxados para ajudar no sustento da família. Dona de muito orgulho e força – talvez algo de natural e cósmico comum a todas às Marias – sempre resistiu às intempéries do destino.

Foto 1 - Maria de Fátima da Costa, aos 56 anos de idade, em 16 de novembro de 2019.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

De origem muito pobre, desde muito cedo teve que ajudar a família, cuidando de seus irmãos mais novos (dos oito, seis estavam abaixo de sua idade) e lavando roupa na lagoa do Apodi. Éden Macedo, seu pai, era alcoólatra e negligenciava o sustento da família em razão do

⁷ Eupátrida é uma expressão que tem origem na Grécia antiga e é utilizada para designar os considerados “bem-nascidos”, filhos da aristocracia ateniense que dominava a pólis. Portanto, “não-eupátrida” opõe-se ao adjetivo e expressa a condição socioeconomicamente pobre.

vício e da incapacidade de combatê-lo, fruto também de uma construção histórico familiar instável comum ao cenário de pobreza e privação da época. Maria de Lourdes, sua mãe, era dona de casa, lavadeira, faxineira e produzia pastel para que seus filhos vendessem na feira para garantir o dinheiro necessário à alimentação. Residiam em uma humilde casa construída por muitas mãos, com doações de materiais e mão de obra amiga que trouxeram um pouco de dignidade.

As obrigações no auxílio dos afazeres domésticos e do sustento da família impediram Maria de Fátima de se dedicar ao estudo, àquela altura, fazendo-a atrasar a formação básica. Como ela mesmo diz, sua vida se resumiu a “trabalhar, trabalhar e trabalhar”, seja ajudando sua mãe e seus irmãos, seja no cuidado com as tias que estivessem no puerpério, ou resguardo, como comumente é chamado. Aliás, rezava a tradição que a “Fátima de Lourdes de Éden”⁸, ou Tatinha, como era carinhosamente chamada, era herdeira legítima da obrigação dos cuidados com o pós-parto de suas tias. Isso lhes trouxe muito trabalho e entrega, mas ao mesmo tempo gerou um vínculo afetivo muito forte que a ajudaria nos momentos de necessidade. Essa entrega e dedicação possibilitou ir morar em Mossoró. Inicialmente, para auxiliar uma tia chamada Francisca e estudar na escola Margarida Alves, localizada no Bairro Abolição III, após um noivado fracassado em sua cidade natal.

Ainda em Apodi, após esse noivado, Maria de Fátima teve um romance breve com um rapaz de família nobre da cidade, que mais tarde teria uma importância singular em sua vida. Entre idas e vindas no traslado Apodi-Mossoró, entre faxinas e trabalho de doméstica, as condições de vida de uma família carente impõe uma série de manifestações da pobreza, muitas delas relacionadas às condições de saneamento e acesso aos serviços básicos. Destaco esse fato porque em sua vida vários casos de adoecimento ocorreram como, por exemplo, o acometimento por leptospirose. Essa doença marcou fortemente sua vida por causa do agravamento do seu quadro clínico, chegando a sofrer uma parada cardiorrespiratória e ser dada como morta por alguns instantes. Por infortúnio, o médico de plantão comentou com uma pessoa próxima à família que ela teria sofrido a parada e seu coração não mais batia, estava em processo de reanimação. A notícia rapidamente chegou à Apodi e a comoção tomou conta da família a ponto de todos os detalhes do velório serem providenciados. Após algumas horas, a

⁸ É cultural em Apodi e outras cidades pequenas do interior referir-se a uma pessoa usando outra como referência. O esposo ou uma esposa recebe o título de propriedade após o casamento que se carrega pelo nome: fulano de sicrano. Da mesma forma, a descendência perde o formalismo do sobrenome e ganha o coloquialismo como uma espécie de alcunha. Maria de Fátima da Costa não existe; mas, sim, “Fátima de Lourdes de Éden”.

família foi informada que apesar do quadro grave ela tinha resistido e que seu coração voltara a bater fortemente.

Outro episódio de saúde tem destaque especial em sua vida, pois revela o que ela descreve como a notícia mais assustadora e que geraria sua maior conquista. Em um dia normal, após um final de semana em família, Maria de Fátima sente um desconforto seguido de uma dor de ouvido persistente. A dor aumenta com o passar dos dias e ela procura a emergência médica para tratar do problema. Após análise preliminar, o médico passou remédio e prescreveu exames de imagem para identificar o que parecia ser um caroço dentro do ouvido. Após o exame de imagem, houve um diagnóstico de possível câncer e ela foi encaminhada para cirurgia de retirada do caroço.

Encaminhada para a capital do estado, novos exames foram feitos e o que seria câncer não se passava de um caroço de feijão que, surpreendentemente, criou raízes e estava agredindo toda a região do ouvido. Mais tarde, se descobriria que o feijão foi colocado pelo filho pequeno de uma prima que resolveu brincar de plantar feijão em cabeça alheia. Mas, o que haveria de tão importante neste episódio a ponto de marcar a vida de Maria de Fátima? Ao realizar os exames para confirmar o diagnóstico e fazer a cirurgia, descobriu-se que ela estava grávida. Grávida de alguns meses, fruto do romance breve com um rapaz de família proeminente de Apodi, com nome de Euler Torres.

Ao contar para Euler sobre a gravidez, ele a indaga sobre a paternidade. Ao trazer essa narrativa, ela destaca que nunca esquecerá suas palavras: “e esse filho é mesmo meu?”. Deste dia em diante, ela fez uma promessa que até hoje cumpre: “não olhar mais para sua cara”. Ao recorrer à família na busca por amparo neste momento de incertezas, seu pai a expulsa de casa e diz que não aceitará que ela esteja no mesmo teto que ele com um filho nos braços sem o pai para assumir. Um conflito familiar se instaurou e os panos quentes foram colocados quando o avô de Maria de Fátima, carinhosamente chamado de *Pai véi*, exigiu que Édén recebesse sua filha de volta e Dona Lourdes, sua mãe, disse que entre a filha grávida e o marido ela ficaria sempre com a filha grávida, porque nunca iria desamparar sua descendente. Mesmo contrariado, seu pai consente no regresso após algumas semanas, com a exigência de que “não criaria filho dos outros”. Apesar de receber o apoio de sua mãe e seus avós, a pessoa que a recebeu de braços abertos foi sua tia Francisca, a mesma onde ela passava a semana trabalhando e estudando em Mossoró.

Eu nasci no dia 16 de outubro de 1985, na Maternidade Almeida Castro. Meu nascimento foi um pouco delicado, por conta da demora em perceber que minha mãe estaria em trabalho de parto. O médico explicou que as dores e contrações seria algo psicológico, que

minha mãe ainda não estava parindo e que este fator psicológico poderia ser em razão dos estresses pelos quais ela passou durante a gravidez. Bom, de fato minha mãe passou por altos e baixos, além do caso do feijão plantado em seu ouvido. Com seis ou sete meses de gravidez, foi picada por uma cobra cascavel quando juntava lenha com seu avô em um fim de semana na cidade de Apodi. Evidentemente, ser picada por uma serpente em condições normais já inspira muitos cuidados por conta do perigo da peçonha, mas isso estando grávida traz danos muito maiores, além do risco do veneno. Contudo, os alardes de minha mãe não se tratavam de efeitos psicológicos, e eu nasci às 14h40 naquela maternidade, bem roxinho e sob risco de sequelas que, graças a Deus, não ocorreram.

Moramos, inicialmente, na casa de Tia Francisca, onde passamos por lá sob a guarda atenciosa e carinhosa de uma mulher forte e cheia de ternura. Tia Francisca foi uma segunda mãe para minha mãe e uma segunda avó para mim, a ponto de eu chamá-la de “vovó de Mossoró”. Essa tia tem um papel determinante em nossas vidas, pois ela foi além de um amparo e um teto; foi uma professora. Ensinou tudo que podia à minha mãe e ajudou a me educar nos primeiros anos de vida. Sua casa era humilde e sempre cheia, pois ela mesma tinha seus filhos e netos, além de acolher sobrinhas e outros familiares em momentos de adversidades. Minha tia faleceu de câncer e deixou para nós os ensinamentos de uma trajetória de vida voltada para o acolher, o amar e o perdoar. Lembrarei sempre do seu colo aconchegante e seu sorriso fácil.

Foto 2 - Aniversário de 4 anos (da direita para a esquerda, Tia Francisca, Avó Lourdes, minha mãe e minha madrinha Edna)



Fonte: Arquivo pessoal (1989).

Com o passar dos anos, minha mãe consegue juntar um pouco de dinheiro e com o auxílio de Tia Francisca compra um barraco⁹, no Bairro Santa Delmira, mais precisamente no local onde ficava a favela que daria lugar ao Conjunto Parque das Rosas. O Governo Geraldo Melo (1987-1991) implantou um programa habitacional em parceria com o município, onde o Estado estrava com o material e os beneficiários auxiliavam na mão de obra. Os cidadãos pobres da cidade literalmente construíram suas casas, não importando se eram homens ou mulheres, se tinham filhos pequenos ou não. Aliás, minha mãe sempre me levava para a obra e dividia atenção entre contribuir com o trabalho e evitar que eu me ferisse. Quando ela relembra esse episódio de conquista de sua casa, todo o seu esforço para ter um lar, salta com um ensinamento de minha avó: “daqui só para o cemitério porque só eu sei o suor que derramei.”

No final da obra, já para a entrega das casas, o esposo de uma vizinha e parceiro de luta na labuta da construção, disse haver uma vaga de empregada doméstica na casa de uma mulher que residia no centro da cidade. Minha mãe foi à casa de Delbia Maria Curinga Coutinho e Raimundo Nonato Xavier Coutinho para a vaga de emprego numa sexta-feira, e na segunda começou a trabalhar. Essas duas pessoas têm uma grande importância em nossas vidas, pois com eles minha mãe passou aproximadamente 20 anos trabalhando. Com a ajuda deles minha mãe conseguiu a estabilidade de um emprego e salário, com a certeza de conseguir alimentar seu filho e prover a família. Delbia e Nonato tornaram-se, além de patrões, amigos de duas décadas com uma cumplicidade sólida. Fala-se que Deus coloca pessoas em nossas vidas com um propósito que só o tempo consegue explicar. Aqui, temos um caso clássico de duas famílias que se entrelaçaram e mantem os laços até hoje.

A rotina de uma empregada doméstica em um país, como o Brasil, é a prova de que a resiliência se tornou uma característica genotípica. Minha mãe acordava às 5h para tomar banho, fazer o café e arrumar tudo para que as coisas não dessem erradas no decorrer do dia. Ela me arrumava e me deixava na casa da vizinha e comadre para que eu pudesse ir à creche com ela e seus filhos. Saía de casa às 6h, pegava um ônibus até o centro da cidade e saltava numa parada que ainda fazia caminhar a pé alguns quarteirões até chegar na Avenida João da Escóssia com a Rua Juvenal Lamartine. Trabalhava até por volta das 15h e retornava para casa no percurso contrário ao da ida.

Desde sempre, minha mãe encontrou pessoas de bom coração para ajudá-la. Antônia de Fátima Pimenta, ou simplesmente Toinha, se tornou uma grande amiga e me acolhia logo cedo para irmos à creche. Depois do horário da aula, eu ficava em sua casa até a chegada de minha

⁹ Literalmente uma casa de taipa, sem qualquer estrutura básica.

mãe. Toinha e Naldo, seu esposo, tinham três filhos (Edson, Eliésio e Elaine), mas gostava de dizer que teve um quarto filho do coração, que era eu. Eles tinham uma venda, uma bodega localizada na esquina de minha rua, que mais tarde também seria um bar bastante conhecido no bairro. Essa família foi de suma importância para minha trajetória de vida junto com minha mãe. Foram amigos, irmãos, comadre/compadre, amparo e força em momentos difíceis que relataremos mais a frente.

Foto 3 - Meus irmãos de vida



Fonte: Arquivo pessoal (1995).

Até aqui, toda a narrativa perfaz um percurso resumido da vida de minha mãe. Momentos importantes e fatos que influenciaram significativamente a nossa formação pessoal e social. Contudo, nos é imposto acessar lembranças que remontam a momentos traumáticos, que nos marcaram de forma indelével e que até hoje mexe com as emoções. Parte dessas recordações foram trabalhadas na maturidade adulta como algo a ser superado, adormecido e guardado a sete chaves. Omitir ou não falar sobre os traumas é também um movimento de autodefesa, autoproteção, pois o tempo é um remédio eficiente, mas que só Deus sabe a dose e como administrar. Romper com essa autodefesa poderá exigir mais uma dose do remédio e não sabemos como será o seu efeito. Pollak (1989) esclarece que “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.

Minha mãe parece ter uma predestinação para batalhas e superações. Foi assim na sua infância, na adolescência e na vida adulta. Nada foi fácil, tudo foi conquista, seja material, seja, até mesmo, de libertação. Libertação, sim, e falo isso com o coração emocionado por termos vividos momentos de profundo sofrimento numa relação conjugal abusiva. Quando eu tinha sete anos, minha mãe iniciou um relacionamento que durou pelo menos 13 longos anos. Ela trabalhava incansavelmente para manter o sustento da casa, enquanto seu parceiro conjugal revezava entre bicos de pedreiro e porres de cachaça. Seu interesse pelo labor era diametralmente oposto ao interesse pela bebida, e não eram poucos os momentos de instabilidade em nosso lar. Muitos foram os momentos em que presenciei falas depreciativas, agressões verbais e físicas. No início, de forma discreta, tímida, com um “lesada”, para cá, ou “lenta”, para lá. Depois, a palavra “burra” se tornou presente no cotidiano e com resmungos ameaçadores. O que outrora seria algo praticado na intimidade, passara a ser frequente também em minha frente ou em público, até que vieram as agressões físicas com empurrões e trompaços.

Lembro-me nitidamente ouvir do quarto de minha mãe palavras que durante muito tempo ecoavam em minha cabeça: “pare, pare com isso, não bata em mim!” No dia seguinte, a pobre mulher tinha que estar muito cedo pronta para o trabalho, engolindo o choro e escondendo as marcas da violência psicológica e muitas vezes físicas.

Um dia, estávamos em um aniversário e repentinamente uma discussão é provocada. Para evitar problemas em público, minha mãe pede para ir embora e vamos caminhando do conjunto chamado de Iraque¹⁰ até o início do Conjunto Malvinas¹¹, onde morávamos. Meu coração batia acelerado, quase saltando pela boca, pois sabia que ao chegar em casa a agressão seria o repertório da noite. A caminhada era de pouco mais de um quilômetro pela Avenida Antônio Filgueira. Entretanto, se tornara uma distância curta, pois o que eu mais desejava era que o esforço da caminhada ativasse a endorfina e a serotonina, promovendo prazer e satisfação que o impedisse de desferir a sua cólera, ou, ainda, que o cansaço, aliado ao álcool, golpeasse o seu corpo e o sono logo se manifestasse como uma superdose de Diazepam.

Um quilômetro de xingamentos e palavras que nenhuma mulher merece ouvir, tampouco uma criança que iniciava o ingresso na adolescência. Eu tinha doze anos. Doze anos e já compreendia de forma minimamente crítica o contexto no qual estava inserido. O silêncio se faz presente na caminhada e por alguns metros meu coração se acalma. Minhas preces tinham

¹⁰ Região periférica do Bairro Dom Jaime Câmara, que tinha esse nome em razão da violência que assolava a localidade.

¹¹ Outra denominação pejorativa dada ao Bairro Dom Jaime Câmara, só está mais no início do bairro, área menos impactada com a favelização, muito por conta do programa habitacional que ali se instalou com a construção de casas populares no Governo Geraldo Melo.

sido atendidas e, pelo menos naquela noite, eu não choraria comigo mesmo por conta do sofrimento vivido pela minha mãe. Chegando próximo à minha casa, na Rua Coronel Joaquim Tavares, que se encontra perpendicularmente com a Avenida Antônio Filgueira, escuto um grito e um barulho de queda no chão e quando olho para trás o vejo puxando minha mãe pelos cabelos e gritando seus xingamentos de homem desequilibrado. Corri para a casa de Toinha e Naldo, mesmo local onde ficava seu bar e que estava cheio de gente. Pedi socorro e nem a quantidade de pessoas vendo aquela cena o intimidou.

Essa cena foi uma das maiores vergonhas que eu já passei em minha vida. Ainda lembro dos olhares cheios de pena e espanto por tamanha demonstração de machismo e violência, comum à uma sociedade patriarcal, mas que, de fato, choca quando diante de seus olhos a maldade se reproduz em atos. Outras viriam, no entanto, minha mãe sempre suportou calada e ao seu modo sempre tentou buscar o lado melhor das pessoas e perdoava como em um gesto de nova tentativa e erro. Lembro que um dia ela reproduziu uma fala de minha vó no leito de morte do meu avô: “ruim com ele, pior sem ele”. Essa rotina de dificuldades da pobreza, o trabalho árduo e a violência doméstica, sem lazer ou momentos de felicidade, levou minha mãe a agravar um vício que carregava: o fumo. Ela também desenvolveu um quadro de hipertensão que mais tarde, aliado à nicotina, acometeria sua saúde de forma grave.

Ao acessar essas memórias, fica evidente a influência forte dos acontecimentos em minha vida e que carrego até os dias de hoje. Em que pese o sentimento de superação, essas lembranças fazem parte de mim e podem ressurgir, seja no cenário onde ocorreram, ao rever os sujeitos da época, seja, ainda, no manifestar como repulsa à determinadas expressões. Recorro a Halbwachs (1990, p. 42) para explicar:

O mundo, para a criança, não é jamais vazio de humanos, de influências benfazejas ou malignas. Nos pontos onde essas influências se encontram e se cruzam, corresponderão talvez, no quadro de seu passado, as imagens mais distintas, porque um objeto que iluminamos nas duas faces e com duas luzes nos revela mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção.

Essa primeira etapa de minha vida moldou significativamente o meu “não-ser”, uma contrarreferência do adulto que eu deveria me tornar. Tocou-me profundamente e, em certa medida, me fez mais forte. Minha mãe tem uma trajetória de vida comum a muitas *Marias*, muitas mulheres com sonhos roubados pelas manifestações da questão social. Desde cedo, trabalhar para ajudar no sustento da família e, por conseguinte, o impedimento dos estudos, a vida na favela, a solidão na criação do seu filho e a convivência com a violência em suas mais diversas faces são ingredientes que contribuem para a perda da esperança por dias melhores.

Contudo, é igualmente comum às *Marias* o esperar, o resistir e não se resignar frente aos desafios. Como diz a música trazida na epígrafe, “quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida.”

1.2. Minha vida em um sonho, meu renascer nas adversidades

Não fossem os problemas sofridos no ambiente doméstico, minha infância teria sido, em certa medida, feliz. Sempre fui uma criança responsável, obediente, cumpridor de minhas tarefas. Ajudava minha mãe com os afazeres de casa, seja varrendo a casa, seja passando o pano, ou, ainda, lavando a famigerada louça que me tirava o sossego. Minha mãe diariamente me incentivava a estudar, seja com a ternura natural da maternidade, seja com os avisos persistentes de que o estudo era “o único bem que ela poderia me deixar e por isso trabalhava tanto”. Em verdade, minha mãe sempre se esforçou para que eu pudesse ter o que ela não teve: a oportunidade do estudo. Lembro-me que muitas vezes no percurso do centro até a minha casa ela me mostrava crianças pedindo esmolas, engraxando sapatos ou trabalhando como flanelinhas e falava firme: “quer terminar assim? Não? Então estude”.

Iniciei minha educação na Creche Noeme Borges, uma unidade de educação infantil do Município de Mossoró localizada à Avenida Antônio Bento, muito próximo à minha casa. Quando podia, minha mãe me deixava lá antes de ir ao trabalho. Do contrário, eu ia com Toinha ou Naldo junto com Edson, Eliésio e Elaine, seus três filhos. Ainda quando criança despertava um interesse natural pela fala, pelo expressar, em que pese haver momentos de timidez.

Foto 4 - Desde cedo, o interesse pela fala



Fonte: Arquivo pessoal (1991).

A amizade entre Edson, Eliésio e eu começa dessa convivência diária, desde a creche à pré-escola, e segue até os dias de hoje. Jogar futebol era o nosso passatempo favorito, além das brincadeiras no meio da rua, entre arengas e muita diversão. O cheiro da terra batida nas ruas de barro, subir nas árvores, nos cajueiros, onde passávamos horas nos deleitando com a fruta em abundância. Edson e eu tínhamos a mesma idade, éramos amigos inseparáveis durante muitos anos e convivemos em um período bom da infância, tempo em que a violência (assaltos, brigas de gangues e assassinatos) da periferia não atingia a vida feliz das crianças que se contentavam com um carro de lata ou com uma bola no meio da rua.

Estudei meus anos iniciais, do ensino fundamental, na Escola Estadual Padre Sátiro Cavalcanti Dantas, que está localizada no Bairro Dom Jaime Câmara, bem próximo à minha casa. À época, a escola era dirigida por Nivaldo Amaral e contava com seu patrono, o próprio Padre Sátiro, que frequentemente encontrávamos pelos corredores. O Padre era uma referência para todos nós, com seus ensinamentos nos domingos de missa.

Antes da construção do Mosteiro Santa Clara, a missa era realizada numa pequena gruta que fica na entrada da escola. Cursei até a segunda série do ensino fundamental e depois fui transferido para a Escola 13 de Junho, no encontro entre as Ruas Francisco Ramalho e Rui Barbosa, no centro da cidade, por trás da igreja São Vicente. A mudança se deu para que eu pudesse ficar mais perto de minha mãe e ter acesso a um ensino que ela julgava melhor. Íamos de ônibus, ela me deixava na porta da escola e depois caminhava até a casa de Délbia e Nonato, que ficava nas proximidades.

Mesmo após a transferência para outra instituição, mantive meus laços com a Escola Padre Sátiro Cavalcanti Dantas, notadamente em razão das missas na gruta de Santa Clara, que aos domingos era um momento de rezar e se divertir com os amigos. Quando completei nove anos, minha mãe disse que eu precisava ir à “escola dominical”¹² para que pudesse fazer a primeira eucaristia. Os encontros ocorriam no mesmo bairro, um pouco mais para dentro e distantes alguns quarteirões. Íamos Edson e eu todos os domingos para estudarmos os princípios cristãos, a fim nos tornarmos aptos à comunhão, momento apoteótico das missas. Era como algo mágico, quando Padre Sátiro dizia “tomai todos e comei, isso é o meu corpo que será entreve por vós”. Ficávamos bestificados com a ritualística e aquilo despertava nossa atenção. Para alguns, era algo enfadonho, mas, para outros, o símbolo de uma maturidade juvenil.

A professora era a Irmã Lucimar, uma freira da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, que facultara o uso do *hábito*. Lembro-me do seu jeito

¹² Escola dominical é uma designação tipicamente protestante, mas que na forma de apreender de minha mãe servia para definir também os encontros preparatórios para a primeira eucaristia na religião católica.

firme, mas ao mesmo tempo meigo de ensinar. Era uma batalhadora, uma mulher de fibra que atravessou o tempo servindo aos princípios cristãos. Das lições aos carões, tinha de tudo, inclusive um modesto lanche para que pudéssemos saciar a fome e aquietar a turma.

Foto 5 - Registro com Irmã Lucimar no dia da Primeira Eucaristia



Fonte: Arquivo pessoal (1995).

Nossa formação para a primeira eucaristia não estava ligada à Paróquia de Santa Clara, onde sempre íamos à missa, mas, sim, à Paróquia do Alto de São Manoel, na Igreja de São José Operário, situada no final do Bairro Malvinas, e ainda em construção. Aliás, essa igreja é fruto de um esforço da comunidade que doou materiais e mão de obra para erguê-la. Assim, a gente se dividia entre a escola dominical, pela manhã, e a missa, na parte da tarde. Quem celebrou a cerimônia de Primeira Eucaristia foi o Padre Guimarães, muito conhecido na cidade por ser também um militante das causas sociais.

Naquele dia, muitas crianças foram agraciadas com a primeira comunhão. Infelizmente, não tenho de cabeça a data exata, mas as recordações me são translúcidas e as fotos me permitem resgatar o registro do momento. Como a igreja ainda se encontrava em construção, a celebração foi em frente a uma casa que sediava as atividades da paróquia no bairro, justamente onde passávamos os domingos nos estudos bíblicos. Foi um momento mágico, de profunda importância em minha vida e de muitas crianças.

Foto 6 - Primeira Eucaristia



Fonte: Arquivo pessoal (1995).

A pesquisa autobiográfica não é uma viagem individual, é, também, e sobretudo, um caminhar coletivo. Josso (2008, p. 435) prescreve:

Não será demais comentar que o trabalho biográfico não é repetir histórias do passado, mas sua retomada parcial, na colocação em perspectiva do presente e do futuro, graças a esse olhar retrospectivo, por um lado e, por outro, devido ao fato de que cada acontecimento ou contexto singular remete imediatamente a referenciais coletivos (socioculturais e sócio-históricos), estejamos ou não conscientes disso.

Conforme citação de Josso (2008), ainda que sejamos capazes de acessar nossas lembranças, memórias e arquivos, a autobiografia não é uma construção necessariamente individual. Na mesma linha, Pollak (1989) relata que a memória, *a priori*, pode até ser um evento individual, entretanto o seu debulhar é social e coletivo. Arquivar na memória acontecimentos do passado, isoladamente, não resume o fato concretamente, pois este sempre estará envolvido em interpretações e elementos peculiares que podem identificar ou distinguir este ou aquele ponto de vista. Por este motivo, apesar de guardar registros sobre fatos de minha vida, foi necessário consultar pessoas, reviver momentos e experimentar diferentes memórias emprestadas à minha, como a que fiz com Padre Guimarães, que me reposicionou sobre a Ordem que pertencia Irmã Lucimar e a paróquia a qual estava vinculada à minha primeira eucaristia.

De fato, é um exercício individual, a partir do momento em que acessamos nossas singularidades e nossa percepção sobre determinados acontecimentos, e coletivo, pois as lembranças não são necessariamente suficientes para narrar um fato histórico. É, nas palavras de Pollak (1989, p. 3-15), a “interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”.

Destarte, para resgatar essas lembranças, foi necessário acessar arquivos de fotos e depoimentos de minha mãe, de Toinha, além de um contato com o Padre Guimarães, que me alertava para os equívocos nas terminologias e melhor escrita para expressões etc.

De volta ao meu percurso educacional, após a terceira série fui transferido para a Escola Municipal Joaquim da Silveira Borges, conhecido como *Municipal*, de onde só saí com a conclusão do ensino fundamental, no ano de 2000. No *Municipal*, enfrentei preconceito velado por conta de minha origem pobre. Essa escola era frequentada por filhos de professores da rede pública públicos e pessoas que residiam nos bairros do centro da cidade (Centro, Paredões e Bom Jardim). Ao saberem que eu morava nas Malvinas, alguns me trataram com indiferença, outros com exclusão. Mas, com o passar do tempo, algumas amizades foram sendo construídas e que perduram até hoje, apesar do afastamento natural que os destinos particulares proporcionam às nossas vidas.

Com a conclusão do ensino fundamental, matriculei-me na Escola Estadual Aída Ramalho Cortez Pereira, localizada no Bairro Walfredo Gurgel, à Rua Aleixo Prates, pois minha mãe não tinha mais condições de pagar as passagens de ônibus para que eu tivesse acesso ao que, segundo ela, era o melhor ensino público da cidade: a Escola Abel Freire Coelho. Sim, era meu sonho poder estudar no Abel Coelho, que sempre foi conhecida por produzir bons quadros para a cidade, mas que pelas condições financeiras me restou a tristeza da privação. Entretanto, como tudo na vida tem um motivo e uma razão de ser, foi nessa escola em que eu cursei todo o ensino médio e nela ocorre uma mudança de rumos em minha vida. Mudança que seria responsável pelo desabrochar de um sentimento guardado no peito e que aflora no encontro com o meu EU.

Minha casa ficava a uma distância de 2,3 quilômetros da escola. Todos os dias eu saía para a minha caminhada, às 12h, com o sol plenamente alinhado ao zênite, incindindo com uma perfeição perpendicular sob nossas cabeças que ainda hoje guardo as marcas. Como não tínhamos dinheiro para o transporte, restava-me exercitar o corpo numa caminhada em que não sabíamos distinguir quem queimava mais, se era o sol que fritava as cabeças ou o asfalto que torrava os pés. A conversa entre colegas encurtava a distância e tornava o trajeto mais feliz e menos tortuoso para um amontoado de estudantes. O percurso nos direcionava para três escolas diferentes: Aída Ramalho, José Martins de Vasconcelos e Maria Estela. No meio do caminho,

nos dividíamos, cada um para o seu lado da Avenida Presidente Dutra, a fim de concluir a caminhada e desfrutar do descanso merecido em sala de aula.

Confesso que sempre procurei ser estudioso e dedicado, mas os conflitos na minha casa e as condições financeiras que precisava superar influenciaram em alguns períodos. Não a ponto de me impedir de passar de ano, sempre com boas notas, mas o meu ensino médio foi, na verdade, uma travessia, uma passagem de um sujeito em transformação. Dois fatos importantes na minha vida são divisores de água no início dos anos 2000. Fatos que me instigaram a ser um permanente questionador, um irresignado costumaz e um militante aguerrido.

Um desses fatos ocorreu após um dia estressante na escola, em que eu tinha sido hostilizado por dois estudantes de outra turma. Uma discussão que me envolvi por não querer levar desaforo para casa e que me rendeu uma advertência da coordenação, coisa que jamais ocorrera em toda a minha vida, até ali. Fiquei profundamente decepcionado e, para acabar de completar, tive uma enxaqueca enorme. Acabei adormecendo até ser acordado por mais um dia de conflito em casa. Até onde a memória alcança, lembro-me de um total apagão e de repente me ver ali, atônito! Eu ouvia minha própria respiração ofegante e sentia um gosto amargo na boca. Algumas lágrimas caíam involuntariamente dos meus olhos que estavam fechados e eu não conseguia abrir. O coração batia acelerado, não conseguia me mexer, estava imóvel, sem qualquer reação. Sentia minhas mãos sujas e com uma delas segurava algo firmemente. Com muito medo, tremia descontroladamente, sem forças para me mover. Com todas as minhas energias, eu consegui abrir os olhos e o vi ali, todo ensanguentado.

Ao olhar para minhas mãos, vi uma faca suja de sangue! Minhas pernas não conseguiam me manter de pé e me sentei no canto do quarto, encolhido e chorando copiosamente. Um filme passou imediatamente na cabeça. Toda a minha vida até ali e tudo que eu iria perder por ter cometido tamanho ato de desumanidade. Ainda que ele fosse o motivo de todo o sofrimento de minha mãe, era um humano, uma outra vida e, como cristão, eu não poderia ter feito aquilo. Lembrei de minha primeira eucaristia e os ensinamentos de Irmã Lucimar, uma gentil freira que nos conduzia com ensinamentos cristãos sobre a missão que temos na terra e o quanto precisamos compreender os desígnios de Deus em nossas vidas. Pensei em tudo que eu perderia: meu futuro, meus sonhos; todos iriam parar na cadeia.

Meu choro era descontrolado, mas consegui ouvir uma voz distante que parecia gritar: “Pare, pare com isso!”. Não conseguia compreender e, de repente, escuto outra voz, dizendo: “Você quer terminar de criar seu filho, quer?” Ouvia panelas batendo, caindo no chão. Foi quando abri meus olhos e me levantei. Percebi que estava sonhando, mas acordei com um rosto

banhado em prantos. Um sentimento de alívio acalmou meu coração, pois era mais um dos pesadelos que me assombrava, atormentava-me como um fantasma que nos persegue pela vida.

Em seguida, voltei a ouvir os gritos e batidas, porém desta vez não era sonho. Corri para a cozinha e o vi enforcando minha mãe com a fúria de uma besta descontrolada. Foi quando gritei forte para ele parar. O chamei de bandido e disse que ia denunciá-lo à polícia para colocá-lo na cadeia. Ele se voltou contra mim, dizendo que ia mostrar que um filho de uma puta não iria acabar com a vida dele. Fugi correndo, pelo beco na lateral da casa onde tinha um portão que dava acesso à rua. Consegui abrir o portão e correr até a casa de Naldo e Toinha. Eu gritava pedindo socorro, entretanto eles não ouviam, pois seu quarto ficava nos fundos da casa envolta por um muro.

Fui até uma parte externa onde ficava o banheiro do bar¹³, pois lá tinha uma estrutura fixa que me permitiria subir e pular o muro da casa. Pulei e cai me machucando no chão. Ao me levantar, escutei um latido e um vulto em minha direção. Era um cachorro *pastor alemão* que a família criava como medida de segurança contra invasões. O cachorro avançou contra mim, mas, como uma benção de Deus, ele me reconheceu, como que por um relance antes de me morder. Eu gritava pedindo ajuda e batendo na porta da cozinha, quando Naldo veio e a abriu para me socorrer. Chorava e não conseguia falar direito, apenas dizia “ele vai matar ela, ele vai matar ela”. Toinha me abraçou tentando me acalmar e pediu a Naldo para ir até minha casa e ajudar.

Ao sair da casa, Naldo presenciou minha mãe na calçada sendo agredida. Pedi pelo amor de Deus para que chamassem a polícia, mas sem sucesso. Naldo conseguiu que ele parasse e saísse de casa por aquela noite. Em estado de choque por todo o trauma, acabei dormindo na casa deles, junto com seus filhos, por quem tinha um carinho de irmão. No dia seguinte, eu não conseguia entrar em minha casa, pois o medo me fazia hesitar. Acompanhado por Toinha, eu entrei e encontrei minha mãe deitada numa rede, como que se tivesse retornado de um velório, do seu próprio velório. Ela me abraçou forte e disse que nada iria acontecer comigo, que me amava muito e eu era a razão de sua vida. Naquele dia, eu olhei fundo em seus olhos e disse que não aceitaria morar mais naquela casa com aquele homem. Ela escolhesse, ou ele, ou eu, pois não iria desgrçar a minha vida por causa de um vagabundo, que além de viver às custas do trabalho dela, ainda a agredia e me ameaçava de morte.

A minha reação foi como um golpe em seu peito, pois para além do sofrimento provocado pela situação, pelo desamparo e pela crise instaurada, ela ainda teria que lidar com

¹³ O imóvel era formado pela mercearia/bodega, pelo bar e lateralmente conjugada à casa. Toda essa estrutura tinha um quintal ao fundo, todo murado.

a minha revolta. Àquela altura eu já tinha dezesseis anos de idade, compreendia os impactos de uma vida desajustada na qual eu estava inserido. Exigi que ela fosse à polícia denunciá-lo, principalmente para sua própria proteção. Contudo, o medo era maior do que a força de lutar e me pediu um tempo para resolver toda a situação. Aquele dia foi o recomeço em minha vida. Jurei para mim mesmo que sairia daquela condição e não permitiria mais ficar à mercê daquela violência.

Os meses se seguiram, os pedidos de perdão vieram, tanto para ela, quanto para mim, porém em meu coração não restava mais a possibilidade de reconciliação, por saber que se tratava de algo crônico que moldou o caráter. Não era algo idiossincrático, um arroubo momentâneo; era a expressão da violência crua, persistente, sem medo das sequelas que poderia deixar e que só recuou quando percebeu que para o crime existe punição, ainda que não tenha havido avanço neste aspecto, por não ter sido denunciado. Este foi o meu despertar, a minha ruptura com o fator que mais me feria a alma e despertava em mim os sentimentos mais primitivos nos pesadelos que me assombravam. Foi, de fato, uma libertação para mim. Para minha mãe, o processo foi mais doloroso e mais lento.

O outro fato que mudou a minha trajetória ocorreu no ano de 2002, quando eu cursava o segundo ano do ensino médio, quando tinha 17 anos. Nesse ano, eu acabei me envolvendo de forma mais direta nos problemas da escola, muito por conta da falta de professores de Química, Física e Biologia, matérias indispensáveis para quem iria prestar vestibular. Esse envolvimento despertou em mim um sentimento coletivo de representação. Para agravar ainda mais o quadro já periclitante que envolvia os estudantes, os professores da rede estadual de ensino, em meados de maio daquele ano, deliberaram por definir um indicativo de greve, cobrando um acordo firmado ainda no Governo Garibaldi¹⁴ e que seu vice herdou, ao assumir o executivo estadual. Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte (SINTE-RN) passaram de sala em sala nas escolas estaduais explicando os motivos da greve iminente e pedindo o apoio dos estudantes, inclusive os convidando para participarem da assembleia.

No dia marcado, eu estava em casa refletindo sobre a dificuldade que seria mais uma greve, mais um adiamento do calendário letivo e as repercussões em nossa vida estudantil. Como por um sopro no ouvido, uma epifania ou uma revelação divina, decidi ir à assembleia e ver o que de lá restaria.

¹⁴ O então governador Garibaldi Alves renuncia ao Governo do Estado para concorrer ao Senado Federal

O evento ocorreu na sede da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e foi muito concorrida. Quando entrei no local foi como se tivesse entrado em uma arena, com debates, discursos acalorados e uma dúzia de representantes estudantis. Rapidamente, enturmei-me e conheci companheiros de outras escolas estaduais que carregaria para o resto da vida como amigos. Além de mim, representando a escola Aída Ramalho, estavam Flávio Roberto, presidente do grêmio estudantil da escola Eliseu Viana e Deykciano Max, da mesma escola, Álamo César, presidente do grêmio da escola Abel Coelho, e muitos outros estudantes representando várias escolas, como a Jerônimo Rosado e Moreiras Dias.

Naquele dia, exatamente naquele dia, eu fiz o meu primeiro discurso, minha primeira fala com um microfone em público. Após uma conversa rápida entre os estudantes, combinamos em fazer três falas, e se inscreveram Álamo César, Flávio Roberto e eu. Fui o primeiro dos três a usar o microfone. Enquanto esperava, minha transpiração aumentava, as mãos enxarcadas e a boca seca, as pernas trêmulas e o receio de pronunciar alguma bobagem que me transformasse imediatamente em chacota. O nervosismo aumentou quando o orador que me antecedia concluiu sua fala e eu fiquei a pensar como iria iniciar, o que poderia falar para romper com tamanho medo.

Como que uma benção de Deus, o secretário da mesa por si só resolveu me auxiliar, ao chamar para fazer uso do microfone “Erickson Natercio, do Abel Coelho”. Minha primeira expressão ao microfone foi: “meu nome é Érisson Natécio e estudo na escola Aída Ramalho”. O professor prontamente pediu desculpas e ainda brincou com o “nome difícil” que eu tinha. Dali em diante, quebrei o gelo e entre gaguejos e trava-línguas consegui sair ileso, sem nenhum tratamento jocoso e com um aplauso gratificante, principalmente por parte dos professores de minha escola que estavam presentes na assembleia.

Esse dia, que infelizmente a memória não me deixa lembrar¹⁵ a data exata, foi o primeiro de muitos discursos proferidos em vida de militância estudantil. Dali em diante, muitas portas se abriram, o céu clareou e as nuvens foram embora. Tomei gosto e amor pela vida no movimento estudantil, que mais tarde seria uma de minhas principais marcas.

1.3 Uma vida de militância: o doce e o azedo em passos de ousadia

A minha vida de militância começa em um desses acasos que a vida proporciona e que só o tempo nos faz entender o propósito das coisas. Eu estava em casa, sem nada fazer e

¹⁵ Pretendemos superar essa e outras limitações da memória por meio do acesso aos arquivos do jornal *O Mossoroense* e consulta ao acervo do Museu Lauro da Escóssia.

pensando o quão desafiador seria meu futuro, a depender de uma greve que se avizinhava e a falta de professores que, momentaneamente, assolava o ensino. Estava à mercê das decisões de outrem. Ir àquela assembleia modificou a minha vida e me apresentou um mundo que eu não conhecia, senão através das páginas marrons dos jornais tendenciosos. Naquele instante, eu fui o senhor do meu destino e percebi que a ação muda as trajetórias.

Há quem diga que não há curva que sobrecarregue quem tem o domínio da estrada, e eu passei a ser o condutor dos meus caminhos, participar dos processos decisivos. Não se trata de uma ida à uma assembleia, até porque a decisão lá tomada não teve a menor influência de minha participação isoladamente. Trata-se da tomada de consciência, de compreender que, ou eu participo e me manifesto, ou outras pessoas influenciariam em meu destino sem que eu sequer tome conhecimento dos motivos e motivações.

Depois daquele dia, eu ampliei minha leitura, tomei gosto por participar de grupos de discussão, estudei com mais afinco e passei a questionar os porquês da vida e de nossa posição à margem da sociedade, em razão das condições financeiras e a precarização do acesso aos serviços públicos. Saúde e educação de qualidade ou até mesmo o poder aquisitivo básico para uma família não era facilmente alcançável, e meu olhar para essa realidade ganhou amplitude periférica.

Como movimento estudantil, a de auto-organização, nos anos de 2002-2003, se deu de forma espontânea, como o acaso do tempo e da vida. Em Mossoró, passávamos por um processo de ostracismo político dos estudantes, onde o aparelhamento das entidades, como o Centro Estudantil Mossoroense (CEM), era uma espécie de amarra para a criação de novos quadros. Entretanto, ao passo que esse fator prejudicava a auto-organização dos estudantes, também causava indignação no segmento, e isso proporcionou o surgimento de novas lideranças, das quais cito os, à época, estudantes secundaristas Vanicleudo Batista, Nestor Duarte, Adalberto Frank, Álamo Jackson, Álamo César, Flávio Roberto, Saulo Spinelly e outros que seguiram o caminho da militância pelas diversas forças políticas e partidárias existentes, como a Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) e Juventude Socialista Brasileira (JSB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Criamos uma rede de contatos e socialização de experiências entre estudantes, organizamos um braço do movimento estudantil que estava adormecido e fundamos muitos grêmios estudantis pela cidade, um deles, inclusive, o da escola onde eu estudava. Na verdade, nós refundamos o Grêmio Estudantil Glênio Sá, da Escola Estadual Aída Ramalho Cortez

Pereira¹⁶, e eu fui o primeiro presidente eleito neste processo de resgate, com a formação de uma comissão provisória para reativação da entidade. Meu primeiro cargo estudantil, foi Presidente do Grêmio Estudantil Glênio Sá, da Escola Estadual Aída Ramalho Cortez Pereira, no ano de 2003.

Um dos primeiros protestos que participei foi em 2003, contra a retirada das disciplinas de Filosofia e Sociologia, da grade obrigatória do ensino médio. Esta iniciativa foi da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, do governo Vilma de Faria, e culminou com uma marcha macha estudantil até à 12ª Diretoria Regional da Educação e Desporto (DIREC), em Mossoró. Reivindicamos que a alteração fosse revogada, por entender que essas disciplinas eram importantes para a formação intelectual dos estudantes; e a solução encontrada pelo governo para a falta de professores, foi a retirada de tais matérias. O protesto chamou a atenção pelo gesto em si e gerou visibilidade para os líderes estudantis da época. Em vista disso, fomos à Natal conversar com a secretária da época, entretanto não conseguimos lograr êxito na luta.

O ano de 2003 foi atípico e intenso para mim, pois era o último ano do ensino médio e eu estudava para prestar vestibular. Meu sonho era fazer direito na UERN e me formar advogado, conforme minha mãe falava, orgulhosa, para as suas amigas na calçada de casa. Ocorre que o então Reitor, José Walter da Fonseca, propôs ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a alteração na forma de ingresso na UERN. O antigo Processo Seletivo Vocacionado (PSV) daria lugar ao Processo Seletivo por Desempenho do Ensino Médio (PSDEM). Essa mudança foi proposta de maneira intempestiva, pois não se sabia, ao certo, como seria o procedimento para a seleção e geraria uma assimetria ainda maior, em razão da discrepância existente entre instituições públicas e privadas, além de muitos outros elementos não mensuráveis que envolviam o processo.

Diante disso, nos reunimos e nos organizamos como movimento estudantil, com o auxílio de pais e professores, e fomos às ruas protestar contra a mudança. A Câmara Municipal de Mossoró fez audiência pública, momento no qual ocupei a tribuna para denunciar o que considerava um equívoco histórico da reitoria àquela mudança. Os protestos ecoaram pelo estado e a Governadora Vilma nos recebeu em uma agenda na cidade de Mossoró. Demonstramos a preocupação com a mudança repentina e a total falta de transparência no processo seletivo proposto. A governadora compreendeu os nossos apelos e determinou, na qualidade de Chanceler da instituição, que se procedesse o vestibular nos moldes do PSV e que qualquer discussão de mudança ocorresse para o ano subsequente.

¹⁶ O Grêmio Estudantil Glênio Sá foi fundado no dia 27 de julho de 1990 e estava desativado até 2003, com a formação da comissão provisória que presidi durante 8 meses.

O envolvimento com o movimento estudantil e a defesa de um modelo transparente de ingresso na UERN me custou o meu primeiro vestibular. Infelizmente, não consegui entrar no curso de Direito, ficando na quinta suplência. No ano seguinte, passei no vestibular da UERN e ingressei em Serviço Social, com aulas iniciadas a partir de 2005. Eu me apaixonei completamente com o perfil do curso e seu projeto ético-político, o qual foi um divisor de águas em minha formação política.

Particpei de muitos congressos e eventos em nível estadual e nacional, como o Congresso da Associação Potiguar de Estudantes Secundaristas (APES), o Fórum Social Potiguar¹⁷(2002) e Fórum Social Brasileiro¹⁸(2003), dentre outros. Também estive nas principais lutas do movimento estudantil da época, inclusive pela regulamentação da meia passagem na cidade de Mossoró, na Câmara Municipal, e em favor da meia passagem intermunicipal, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Mas nenhum desses momentos se equipara à transformação ocorrida ao ingressar na UERN; nada se compara e foi um divisor de águas em minha vida. A UERN é um caso de amor à primeira vista.

O 2005, foi um momento de profundas descobertas e adaptação, tanto ao universo que se abria diante de mim, quanto pelas dificuldades impostas pela condição financeira que me trazia enormes dificuldades para estar na universidade. O cotidiano não era fácil, pois cedo eu saía do Conjunto Nova Vida com os dois vales-transportes que me garantiam apenas chegar até o encontro da Avenida Presidente Dutra com a Avenida Francisco Mota, onde estava localizada a famosa carona da UERN, imediatamente ao lado da delegacia de plantão. Além do grande número de estudantes, também estavam presentes o sol – que embora sendo pela manhã cedo, ainda provocava um certo ardor com o passar do tempo e da exposição – a poeira, a fumaça¹⁹ dos caminhões e carretas que passavam, a insegurança que desafiava a luz do dia e a delegacia próxima; e nas sextas-feiras éramos premiados com o cheiro intenso da feirinha de pescados que se formava naquele mesmo local.

Nos melhores dias, normalmente segundas e terças, a carona era generosa e chegávamos à UERN no tempo certo, sem sofrer tanto com as intempéries descritas acima. Entretanto, nos dias ruins, normalmente quintas e sextas, quando os espíritos de luz que nos franqueava a carona

¹⁷ O Fórum Social Potiguar constitui-se na etapa estadual das discussões preparativas para o Fórum Social Brasileiro.

¹⁸ O Fórum Social Brasileiro engendra-se na etapa nacional preparativa para o Fórum Social Mundial. Discute os eixos e temas deste, que é um evento organizado pelos movimentos sociais de todo o mundo e que defende alternativas para a construção de uma outra sociedade, em contraposição ao Fórum Econômico de Davos, da Suíça. O slogan do Fórum Social Mundial é *Um outro mundo é possível*.

¹⁹ As vezes, brincávamos que os caminhões de Mossoró eram movidos à lenha e que os motoristas nos escolhiam para jogar as cinzas da queima.

eram acometidos pela pressa e pelo estresse dos últimos dias da semana, chegávamos à faculdade atrasados, sobressaltados e sujos. Literalmente, sujos de suor, poeira e fumaça.

O regresso era outra odisséia, já que sequer existia ônibus para o Bairro Alto de São Manoel naquele horário, ainda que pudéssemos pagar. Da mesma forma, a carona era ainda mais complicada, pois o sol ardia²⁰ mais forte por volta das 11h e o vento gostava de nos visitar com a poeira quente da terra batida onde ficávamos. Na carona, parecia brotar novos caroneiros a cada dia e nos valíamos do cômico, para não padecer diante do trágico. De fato, o ir e vir sempre foi uma enorme dificuldade, por isso a pauta do transporte sempre esteve presente nas lutas estudantis. Contudo, a alimentação e a reprografia se juntavam e se transformavam nas principais despesas da nossa vida acadêmica.

Eu e muitos alunos da UERN, àquela época, tínhamos que fazer duras escolhas sobre o que iríamos fazer: se comíamos ou tirávamos as cópias, ou se retornaríamos a pé para casa. Lembro-me de uma passagem que me marcou profundamente e me revoltou. Dois dos principais autores do Serviço Social são José Paulo Netto e Marilda Villela Iamamoto. Suas obras são de grande referência para o Serviço Social, principalmente os livros *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* e *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. Livros com mais de 400 páginas, cada, e que não dá para compreender a obra pelas partes, é preciso ler o todo. Esses livros não estavam disponíveis na biblioteca em quantidade, e quando achávamos logo precisávamos devolver, haja vista a alta procura. Para fazer cópia dos livros, eu passei duas semanas sem dinheiro para pegar o ônibus até a carona e precisei contar com uma bicicleta emprestada por alguns dias, e em outros uma carona até o Alto de São Manoel, na altura de uma empresa que prestava serviço à Petrobras e estava sediada a mais ou menos um quilômetro de distância da carona.

Sempre ficamos à mercê dos desígnios da “copiadora”, ou *xérox* como chamávamos a empresa que prestava o serviço de reprografia no centro de convivência, pois o acesso aos livros era quase inalcançável, com o acervo sendo disputado numa prova de 300 metros da FASSO até a biblioteca. A biblioteca passou a ser um ambiente de disputas e presença constante de alunos que não tinham condições financeiras para pagar a reprografia. Tínhamos os sorrateiros, que escondiam os livros entre títulos de outras áreas, quando terminava o seu tempo de

²⁰ Hoje em dia, muitos dos meus amigos brincam com a minha aparência mais envelhecida, notadamente por causa do *melasma* e das marcas em meu rosto. Não sabem eles que isso se deu pelo excesso de exposição ao sol que me perseguiu por toda a vida estudantil.

empréstimo, e aqueles que chegavam com o livro nas mãos de outro estudante para que este tomasse emprestado e mais um ciclo fosse concedido.

As dificuldades eram imensas, e somos remanescentes de um tempo em que a UERN promovia a reserva de vagas com pouca ou quase nenhuma assistência estudantil minimamente satisfatória. Garantir o acesso requer muito além do que garantir a vaga, e a ausência de apoio estudantil causava revolta, sobretudo naquilo que não tinha sequer uma explicação lógica, como as taxas cobradas para expedição de alguns documentos e para a realização de segunda chamada das provas. Era o puro e simples desejo de punir duplamente aquele aluno pobre, que por algum motivo precisava fazer a segunda chamada em razão da sua ausência, muitas vezes, por falta de condições.

Tudo aquilo que passávamos, nos tocava (Bondía, 2002) profundamente, e as implicações, as repercussões e inquietações nos levaram a questionar tudo aquilo como um movimento de reação. Os desafios de estar na academia não dizia respeito à capacidade intelectual, mas, sim, às condições objetivas enfrentadas por nós, e se tornou a mola propulsora do movimento de auto-organização e reivindicação que naturalmente gerava tensões. Nossas experiências eram, nos termos de Bondía (2002), em primeiro lugar, um encontro ou uma relação com algo que se experimentava, que se provava.

Ao tomar consciência do contexto no qual estávamos inseridos, o engajamento no Movimento Estudantil, que seria algo natural com o tempo, se tornou imprescindível. Ainda no ano de 2005, tivemos o primeiro contato com a luta estudantil, compondo a chapa única, que se dispôs a resgatar o Diretório Central dos Estudantes do ostracismo vivido no ano anterior com uma carta programa que defendia a tese “Ainda Há Tempo”. Ainda havia tempo de reerguer o movimento estudantil e defender pautas, como abolição das taxas, melhorias no transporte coletivo e redução do preço das reprografias. Adalberto Frank Teixeira da Silva era o presidente e participei da gestão, no cargo de Diretor de Articulação com as Entidades.

No ano seguinte, em 2006, a chapa encabeçada por Adalberto Frank perderia a eleição para um grupo capitaneado por quadros do Partido dos Trabalhadores e Centro Feminista 8 de Março. Como a ocupação dos cargos era proporcional, apesar de perdermos no total geral, ainda elegemos 5 dos 11 cargos, e a chapa vencedora também faria 5 cargos, contando com a presidência, que seria assumida por Adriana Vieira. O último cargo foi ocupado por uma terceira chapa, tendo como membro Diocle Leite. Nessa gestão, eu ocupei o cargo de Diretor Financeiro e construímos com Adriana Vieira uma gestão compartilhada, em que pese as enormes divergências internas em decorrência das pautas partidárias que incomodavam profundamente os estudantes da época.

Em 2007, fui candidato ao DCE contra Jorge Luís, estudante do curso de História. Vencemos a eleição e conduzimos a entidade até o ano de 2008. Neste período, participamos das principais lutas do segmento na época, seja no plano local – Participação no processo de *Estatuante* da universidade, onde propusemos e conseguimos aprovar que se constasse no texto do novo estatuto a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a paridade nos processos eleitorais e a política de assistência estudantil como meta central da instituição; ou no plano regional e nacional – seja com a participação do 40º e 41º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em 2007 e 2009, respectivamente, ocasião em que debatemos as cotas para alunos de escola pública e as cotas étnico-raciais que emergiam no debate do movimento estudantil à época como política pública de acesso ao ensino superior brasileiro, na Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília, e nas discussões da Conferência Nacional de Educação (Conae, 2010) também ocorrida na capital federal.

Além das lutas narradas acima, um dos momentos mais emocionantes da minha passagem pela presidência do DCE, foi a realização da oitava edição do Congresso dos Estudantes da UERN (CONEUERN).

Foto 7 - Abertura do VIII CONEUERN



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

Neste congresso, tivemos como palestrante de abertura o então deputado federal Ciro Gomes. Aliás, aqui merece o registro de uma passagem particularmente emocionante, pois como estudante pobre é óbvio que determinadas experiências eu ainda não tinha desfrutado e

difficilmente desfrutaria, não fosse meu lugar de fala. Ocorre que a assessoria do deputado Ciro Gomes destacou a exigência de que seu traslado Mossoró-Natal ocorresse por transporte aéreo. Após uma articulação junto ao Governo do Estado, conseguimos que a Governadora Vilma disponibilizasse a aeronave oficial para transportar o palestrante.

Após informar à assessoria que havíamos conseguido o avião, outra exigência foi colocada na mesa, porém dessa vez seria mais fácil, por se tratar de alguém para recepcionar o deputado, explicar a dinâmica do evento e a topografia da região, situando-o sobre os elementos que deveriam ser abordados. Prontamente, dirige-me à capital do estado para recepcionar a estrela da noite e experimentar aquela que seria a primeira e mais longa viagem de avião que teria em minha vida. O avião era o famoso *teco-teco*, conhecido pelo por balançar facilmente sob efeito da mais leve brisa que soprasse pelo caminho.

No avião, estávamos o deputado Ciro Gomes, o professor Paulo Linhares, que aproveitara uma “carona” e representaria a Governadora no evento junto com sua esposa. A cada sopro dos ventos, um frio na barriga e o tremor nas pernas me dominavam, o suor encharcava a camisa e eu ficava cada vez mais tenso. Percebendo o nervosismo, o deputado Ciro Gomes me olhou com um sorriso discreto no canto da boca e diz: “primeira vez voando?”. Atônito, só conseguia balançar a cabeça com um sinal positivo. Gentilmente, o deputado começou a conversar sobre vários assuntos, de política às amenidades, como forma de tirar a minha atenção dos balanços persistentes daquela aeronave. Após o pouso em Mossoró, pousou também a alma de volta ao meu corpo. Exageros à parte, foi uma experiência *sui generis*, até ali.

A palestra de abertura ocorreu no ginásio poliesportivo da UERN, localizado no *Campus Central*, em Mossoró, completamente lotado e igualmente concorrido pela imprensa local e estadual. Presença de personalidades políticas, como deputados estadual e federal, secretários de estado, secretários municipais, reitores de outras instituições e a presença mais ilustre que poderia existir em um congresso estudantil: muitos estudantes. A UERN simplesmente parou neste dia e grande parte do corpo estudantil se fez presente naquela noite de festa. O deputado Ciro Gomes fez uma fala extremamente elogiada, entre discursos eloquentes e dados estatísticos. Falou sobre a economia, educação superior e política. Foi um dos momentos mais ricos que vivi na universidade, mais intenso e significativo.

Foto 8 - Abertura do VIII CONEUERN 2.



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

O DCE da UERN foi a mais importante passagem de minha vida de militância estudantil. Foi à frente da entidade, onde aprendi como funciona uma instituição de ensino superior pública. Foi através do DCE que participei de todos os conselhos superiores da UERN e da FUERN (CONSUNI, CONSEPE, Conselho Diretor e Conselho Curador) e que pude perceber como se constrói uma universidade pública, gratuita e de qualidade²¹.

1.4 Encontro com os saberes da educação no entrelaçar com a autobiografia e formação

A UERN foi um divisor de águas em minha vida, como já descrevi, anteriormente. De fato, existe um antes e um depois dessa que é uma máquina de realização de sonhos. Quando lembro das lições de minha mãe, ao me incentivar com seus vaticínios sobre o destino triste que é uma vida sem educação, percebo que suas palavras eram, na verdade, um apelo desesperado para que eu não jogasse minha vida fora e investisse no único bem que, depois de adquirido, ninguém consegue usurpar. Ela compreendia a minha militância, concedia-me a liberdade para viajar e fazer tudo que eu acreditava ser justo. Eu sempre busquei explicar o que eu fazia, a importância e os desafios que existiam, sem sofisma ou qualquer outro tipo de desonestidade, pois precisava de sua aquiescência e apoio.

²¹ Durante a escrita, buscamos nos arquivos pessoais recortes de jornais ou fotografias de nossa militância. Entretanto, até o fechamento deste capítulo não as encontramos e agendamos visitas ao acervo do Jornal *O Mossoroense* para pesquisa. O material coletado será incluído na pesquisa, posteriormente.

Lembro-me da minha participação em uma das viagens ocorridas no ano de 2003, com destino à Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, para os debates do Fórum Social Brasileiro (FSB). Ao procurar minha mãe para explicar o que era o evento e para onde seria a viagem, percebi seu susto, imediato, acompanhado de uma indagação: “pra onde você sonha que eu vou deixar você ir?” Seu semblante sisudo, expressão não verbal, acompanhou o questionamento e naquele dia a tarefa do convencimento foi equivalente a um dos 12 trabalhos de Hércules. Ao final, mesmo com o coração angustiado e preocupado, ela consentiu.

A única ressalva que ela fazia era por conta do atraso em meu curso, prejuízo que adquiri em razão das viagens, congressos e movimentos políticos, que acabaram me fazendo sacrificar o tempo regular de integralização de alguns componentes. Tanto que só consegui concluir as disciplinas em 2011 e colar grau em 2012. Neste ponto, reside um detalhe importante de minha trajetória na Faculdade de Serviço Social. Na verdade, numa pessoa muito importante, que é a Professora Maria Ivonete Soares Coelho. Conheci a Professora Ivonete Soares nos primeiros períodos do curso e nos aproximamos sobremaneira no processo eleitoral que ela vivenciou para a direção da faculdade. Naquela época, todo o carinho e empatia mútua que existia entre a professora e a turma nos fez apoiá-la não só na eleição, mas também nos processos delicados que ela vivenciou.

Tornamo-nos amigos, companheiros de militância, haja vista ela também ter sido presidente do DCE, à sua época. Ivonete saiu para o doutoramento e voltou quando eu estava no final do meu curso. Voltou e pediu para que eu a deixasse me orientar, ser minha condutora no processo de trabalho de conclusão de curso, frente às dificuldades de relacionamento existentes com as divergências ideológicas e programáticas. Com o título *Programa Universidade Para Todos (PROUNI): uma avaliação sob a ótica dos seus usuários no município de Mossoró/RN*, meu trabalho discutia a efetividade das políticas sociais, notadamente a importância do PROUNI, do Governo Federal, no processo de democratização do acesso ao ensino superior. Esse debate, da forma posta, não parecia palatável ao grupo hegemônico do Serviço Social. Ao contrário, o ponto de partida, a proposto, foi o sucateamento do ensino superior público a partir do financiamento do setor privado com a ocupação das vagas ociosas nas IES privadas. Divergência montada, Ivonete Soares, lotada no Departamento de Serviço Social, acolheu o meu estudo, montou uma banca com doutoras e me colocou nos trilhos da produção científica de forma tão eficiente que veio um gigantesco dez, como nota final. Uma etapa vencida, diploma na mão!

Em 2010, prestei concurso²² para o quadro de servidores técnicos efetivos da FUERN e, após aprovado, tomei posse em 31 de dezembro daquele ano, entrando em efetivo exercício em janeiro de 2011. O outrora aluno da instituição, ex-presidente do DCE e militante agora era servidor da instituição que o proporcionou de todas as maneiras o acesso à formação profissional, humana e pessoal. Uma vez servidor, pude perceber de dentro, ainda mais intensamente, o papel dessa universidade na sociedade norte riograndense. Inicialmente, fui lotado na Direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, entretanto foi removido para o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) e, posteriormente, em 2012, compus os quadros da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sob comando do Professor Pedro Fernandes Ribeiro Neto, que viria a se tornar Reitor da UERN.

O então recém-eleito reitor Pedro Fernandes me convidou para ocupar o cargo de Diretor do SIB. *A priori*, não entendi o propósito da intenção, mas resumi fazendo a ele uma simples pergunta: “esse é o projeto e a missão que tens para mim?”. Após o “sim”, eu prontamente aceitei e iniciei um novo momento na minha carreira profissional, que foi a gestão direta de uma estrutura da UERN. Foi uma experiência extraordinária, pois tive a oportunidade de mostrar o quanto eu poderia contribuir com a instituição. Foram 4 anos à frente do SIB, mas que por duas oportunidades tentou-se uma interrupção para que eu pudesse conduzir o setor responsável pela gestão da assistência estudantil na UERN.

Em 15 de maio de 2016, o reitor Pedro Fernandes me faz uma espécie de sondagem para compor a equipe da futura Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que estava em discussão. A sondagem, tinha a anuência empolgada da minha eterna professora Ivonete Soares, que, inclusive, era uma das figuras proeminentes da nova discussão da *Estatuinte*. Em verdade, o processo de *Estatuinte* que se iniciou em 2008 foi parado pela justiça e retomado anos depois. Nesta retomada das discussões pelo CONSUNI, ganha evidência a criação da PRAE. Inicialmente, eu rejeitei o convite do reitor, justificando que minha missão no SIB ainda estava pelo caminho e que não gostaria de deixar todas as mudanças em curso, pela metade ou inacabado. Disse, também, que a criação da PRAE seria algo mais para o futuro e que outros sujeitos poderiam contribuir melhor nessa caminhada. No primeiro momento, o reitor não concordou e não se conformou com a resposta, deixando claro que retomáramos essa conversa mais à frente.

Em 2017, após a sua reeleição, o reitor forma sua nova equipe e por intermédio de sua vice-reitora, Professora Fátima Raquel Rosado Moraes, formaliza o convite para assumir a

²² Edital nº 01 – CCTA/UERN, de 22 de fevereiro de 2010, que ofertava 186 vagas para o cargo de técnico-administrativo da FUERN (nível médio e nível superior).

Diretoria de Assuntos Estudantis, que mais tarde se tornaria a PRAE. Muitas são as pessoas citadas, até referenciadas. Cada um (a) com sua importância e, conforme aponta Pollak (1992, p. 201):

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.

A citação se faz para que, amparado em Pollak (1992, p. 201), apresentemos, aqui, um registro que considero importante em minha trajetória como servidor da UERN. Aliás, esta trajetória não existiria sem, primeiro, a coragem do então reitor e saudoso Professor Milton Marques de Medeiros²³ para realizar o tão esperado concurso público da instituição. Doutor Milton, como era chamado, foi o condutor dessa universidade em um momento de transição que possibilitou não só a realização do certame, mas a renovação dos quadros e uma união entre a experiência dos servidores que aqui permaneceram com a juventude e vontade de aprender dos que ingressaram em 2010. A ele a minha gratidão e respeito. Segundo, não posso deixar de mencionar o perfil visionário do sucessor de Milton Marques, o professor Pedro Fernandes Ribeiro Neto, primeiro reitor com título de Doutor da instituição e que promoveu a quebra de vários paradigmas. Pedro Fernandes acreditou em nossa capacidade de contribuir com a construção de uma universidade socialmente referenciada, deu-nos oportunidade e foi o principal responsável pelo meu crescimento profissional na UERN.

Indicado para dirigir a DAE, o reitor me passou duas importantes missões neste novo ciclo: criar a PRAE e conseguir que a UERN acessasse os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), compondo o rol de órgãos contemplados na partilha do orçamento. Em 19 de junho de 2018, após ampla discussão, o CONSUNI da UERN aprovou a alteração do Estatuto que possibilitou a criação da PRAE.

²³ Professor com “P” maiúsculo, como forma de expressar minha homenagem ao verdadeiro Mestre que nos ensinou não só lições acadêmicas. Ensinou, também, como a tolerância e o respeito devem fazer parte do cotidiano de uma instituição de ensino superior.

Foto 9 - Sessão do CONUNI do dia 19 de junho de 2018



Fonte: arquivos AGECON/UERN (2018).

Nesse dia, um filme passou pela minha cabeça. Muitas lembranças me ocorrem, sobretudo as lutas dentro do processo de *Estatuinte* de 2008-2010 para fazer constar no estatuto e que só agora conseguíamos aprovar. Quis o destino que quem outrora tinha proposto, agora novamente abria o processo administrativo que possibilitou a criação deste marco. Lembrei-me imediatamente do companheiro de lutas Petrônio Andrade, ex-presidente do DCE, que foi o idealizador da proposta de levarmos a *estatuinte* à criação da PRAE. Meu discurso naquela sessão, para além das questões legais voltadas à assistência estudantil, fez todo o percurso histórico da luta dos estudantes pela PRAE.

A foto, a seguir, é uma imagem do importante dia em que aprovamos a criação da PRAE. Uma conquista a muitas mãos, com as digitais de pessoas que sonhavam com este importante instrumento de inclusão da universidade.

Foto 10 - Sessão do CONUNI do dia 19 de junho de 2018.



Fonte: arquivos AGECON/UERN (2018).

Após a aprovação, veio o convite formal do reitor para ocupar o cargo de Pró-reitor titular junto com Séphora Edith, como Pró-reitora adjunta. No dia 28 de junho de 2018, na Sala dos Conselhos Superiores da UERN, tomamos posse nos cargos em uma reunião muito concorrida. Motivo de muito orgulho brindar a nossa trajetória estudantil com o título de Primeiro Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UERN, sobretudo tendo sido um dos idealizadores deste patrimônio na minha época de militância estudantil. Na gestão, procuramos melhorar os programas existentes²⁴ e criar iniciativas que atendessem à demanda presente, principalmente àquelas quem impactam nas taxas de retenção e evasão²⁵.

A assistência estudantil foi ampliada e a UERN a define como centralidade nas suas ações, destinando recursos e possibilitando uma mudança na cultura que outrora, em certa medida, negligenciava por não compreender que permitir o acesso não é suficiente, pois a permanência se faz desafio ainda maior para os alunos de camadas populares. A imagem seguinte, é o registro da entrega da portaria de minha nomeação como Pró-Reitor titular, em cerimônia conduzida pela vice-reitora, professora Fátima Raquel Rosado Moraes.

²⁴ Programa de Concessão de Auxílio-Alimentação aos discentes da UERN, Programa de Apoio ao Estudante (PAE) e Programa de Residências Universitárias.

²⁵ Os principais problemas que impactam a vida acadêmica do aluno estão intimamente ligados à condição de vulnerabilidade socioeconômica, falta de moradia para alunos oriundos de cidades distantes da sede do curso, mães que não tinham com quem deixar seus filhos durante os horários de aula, falta de dinheiro para reprografia, transporte, alimentação etc.

Foto 11 - Posse como Pró-reitor de Assuntos Estudantis.



Fonte: arquivos AGECOM/UERN (2018).

A PRAE foi outro divisor de águas em minha vida, e por isso este relato até aqui. Foi na PRAE que meu contato com a assistência estudantil, agora na posição de Pró-Reitor, ampliou e se entrelaçou. Passei a vivenciar cotidianamente as vidas modificadas pelas ações de permanência e entender e ressignificar o meu papel na posição de Pró-Reitor, de sujeito. O percurso deste tópico até serve como preâmbulo de um encontro e um reencontro. Meu encontro com a Professora Ana Lúcia Oliveira Aguiar é um reencontro com a formação. A convivência e a partilha no dia a dia da UERN despertaram além de respeito e admiração um ressignificar das coisas, dos projetos e do olhar.

Professora Ana, ou *Aninha*, apresentou para mim a possibilidade de me perceber partícipe de um processo motivado a partir de minha própria história. Ela não me apresentou a autobiografia como método, mas como o meu próprio reconhecimento de si e para si. Esse encontro foi, como aponta Josso (2010), o desabrochar do saber que “cada encontro será uma ocasião para se aperfeiçoar ou infletir”. Neste ponto, a autobiografia nos auxilia a compreender “o nosso ser-no-mundo, o nosso-ser-dentro-do-mundo, o nosso ser-com-o-mundo” e este processo de descoberta foi uma revelação.

Recordo-me que suas palavras fluídas me permitiram entender que ingressar no Programa de Pós-graduação em Educação não se tratava somente do título, mas de me ver partícipe de algo maior. Alertava-me um grande amigo-irmão, David de Medeiros Leite, que a professora Ana Lúcia me ensinaria a ser um pesquisador, verdadeiramente isso, em suas

palavras. Eu sairia de um patamar elementar para a descoberta da academia *stricto sensu*, em um caminho de aprofundamento de leitura e visão do mundo. Aconselhou-me,, ele: seja um trem e permita que ela determine os trilhos do caminho.

Em 2021, submeti-me ao processo seletivo do POSEDUC com um projeto voltado a discutir a expansão do acesso ao ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte, trabalhando da democratização do acesso à garantia de permanência. Com a aprovação, meu pré-projeto foi acolhido pela Professora Ana Lúcia. Após passar por uma banca de defesa, de acordo com o edital de seleção para alunos regulares, a acolhida foi um processo de lapidação que possibilitou mergulhar no mundo da autobiografia e sua aplicação nas pesquisas em educação. A partir de suas contribuições, o projeto que outrora estava estéril, do ponto de vista acadêmico, passou a ter status metodológico e transcendeu os limites interdisciplinares das áreas, passando a discutir de forma coesa o *Ensino Superior e Políticas de Inclusão: da Democratização do Acesso à Permanência*.

A olho nu, parece apenas uma mudança de título, entretanto passamos a buscar nas narrativas autobiográficas apreender as histórias e experiências de vida da trajetória de um militante, identificar as contribuições da política de inclusão e permanência estudantil na democratização do acesso ao Ensino Superior e apresentar os impactos das ações de inclusão da UERN por meio das narrativas nas vozes dos/das beneficiários (as). A partir do encontro com os saberes da autobiografia, pude ressignificar minha formação, perceber-me como pesquisador em formação e compreender que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática” (Freire, 2016, p. 24).

Freire (2016) me permite mergulhar na minha história de vida e formação, com a mesma pertinência, para além de mim como uma argila nas mãos do oleiro. Renova minhas forças, ao me potencializar para a produção da vida. Pequenos detalhes à nossa volta são fortalecedores e estimuladores para lermos por outros modos sensíveis que maior do que pensamos rascunhos e borrões de vivências carregam os mais robustos testemunhos da essência da vida. Deixo, com as lições de Freire, um tapete estendido para construir um caminho caminhado pelo sujeito do e com o caminho.

2 DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À GARANTIA DE PERMANÊNCIA NA UERN

O objecto é a continuação do sujeito por outros meios
Boaventura de Sousa Santos (2008).

Neste capítulo, identificamos as contribuições da política de inclusão e assistência estudantil da UERN na democratização do acesso e permanência ao Ensino Superior. Evidenciamos, também, a história da UERN, desde sua fundação, em 28 de setembro de 1968 aos dias atuais, com recorte importante para os momentos mais significativos de seu percurso até o amadurecimento institucional. Em um primeiro momento, discorreremos sobre a história da universidade, sua construção, fazeres e refazeres em aprendizados. Momentos como a sua fundação (1968), passando pela estadualização (1987), reconhecimento (1993), expansão (de 1974 a 2005), recredenciamento (2018) e a conquista da autonomia financeira (2021). São, incontestavelmente, os pilares da trajetória da instituição e nos debruçaremos sobre essa linha do tempo, tecendo teias, traços e linhas que remontam o fazer universitário, numa tecitura que se faz bela por si só, mas que transcende os limites da academia e se transforma em uma máquina de realização de sonhos.

Discutimos, ainda, a expansão da universidade, sob o ponto de vista da interiorização do ensino superior. Com raízes fincadas na cidade de Mossoró, a UERN tem perfil eminentemente interiorano e seu processo de expansão se dá do interior para o interior, protagonizando um dos mais expressivos e exitosos exemplos de interiorização do ensino superior público do Brasil. Assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca da expansão da UERN por meio de seus *campi* e núcleos avançados, quais os fatores que favoreceram tal ampliação e quais as cidades que foram contempladas.

Em seguida, evidenciamos o processo de construção da política de cotas e reserva de vagas no interior da instituição: de que forma surgem, qual contexto favorece, seus principais atores e suas principais atrizes. Para este tópico, percorremos os escritos sobre a trajetória, na prática, da lei de cotas desde a sua origem à formatação atual e quais os impactos dessa política. É o entrelaçamento entre a construção e a consolidação das cotas e os sonhos dos sujeitos beneficiários, seus sonhos e projetos de vida.

Trilhamos a trajetória da assistência estudantil, como surge, de que forma se caracteriza e quais impactos produz no interior da instituição. A Lei nº 10.480, de 30 de janeiro de 2019²⁶, por exemplo, é um marco de conquista da inclusão, pois traz em seu bojo um avanço na reserva de vagas da UERN. Anteriormente, tínhamos leis separadas dispondo sobre a destinação de 50% das vagas para alunos oriundos de escola pública (Lei nº 8.258/2002) e 5% para Pessoas Com Deficiência (Lei nº 9.696/2013). Além disso, não havia previsão de reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Após um processo de discussão interna e amadurecimento institucional, com a participação dos setores que discutem a inclusão na instituição, o texto da lei foi elaborado e encaminhado para o então Deputado Estadual Fernando Mineiro, que acolheu o trabalho e protocolou o projeto de lei que, mais tarde, se tornaria Lei. Aqui, é importante destacar o envolvimento dos diversos setores da UERN nessa construção, mas fazemos uma ressalva especial à então Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN)²⁷, através da Professora doutora Ana Lúcia Oliveira Aguiar, que participou das discussões e escrita sobre o modelo de texto mais adequado à realidade da universidade. A DAIN foi protagonista tanto na construção e implantação da Lei nº 9.696/2013, quanto na que a substituiu, a Lei 10.480/ 2019. O novo texto representou o fortalecimento da democratização do acesso.

A UERN promove a reserva de vagas por intermédio da política de cotas, que reivindica expressivos esforços na garantia da permanência. Não se trata, portanto, de apenas incluir. É preciso ser inclusivo, includente e possibilitar que o estudante oriundo das classes menos abastadas tenha o suporte necessário para vivenciar o ensino, a pesquisa e a extensão de forma satisfatória.

2.1 Uma universidade em construção: fazeres e refazer em aprendizados

Sendo, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, o objeto a continuação do sujeito por outros meios, assumimos, portanto, a condição de sujeito parte deste estudo ao definirmos a UERN como campo empírico e, por esta razão, torna-se necessária uma retrospectiva histórica com o objetivo de compreender a trajetória dessa instituição de ensino superior. Perscrutar o ensino superior e as políticas de inclusão requer que façamos essa viagem no tempo, esse

²⁶ Dispõe sobre a instituição de cotas e sobre o argumento de inclusão regional nos processos seletivos de vagas iniciais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN para alunos egressos da Rede Pública de Ensino, revoga a Lei nº 8.258/2002 e a Lei nº 9.696/2013, fixando outras providências.

²⁷ Atualmente, Diretoria de Ações Inclusivas (DAIN), de acordo com a Resolução nº 59/2022 – CD/FUERN, de 1 de setembro de 2022, que dispõe sobre o novo organograma da instituição.

resgate histórico das condições que favoreceram o seu surgimento e consolidação. Esse resgate será possível a partir de um entrelaçamento da leitura de documentos institucionais, de produções científicas (dissertação, tese e livro) e da imersão na memória da UERN.

Como ponto de partida, destacamos a tese da Professora Ana Maria Moraes Costa²⁸, intitulada *Educação para a cidadania e ensino superior* e o livro organizado pelo Professor Milton Marques de Medeiros, *João Batista Cascudo Rodrigues: lições de um professor*, bem como os registros no site da própria instituição. Advertimos que nesta retrospectiva não aprofundaremos na análise ou às filigranas de todos os momentos históricos que perpassam a criação e consolidação da UERN.

Fundada em 28 de setembro de 1968, por meio da Lei Municipal nº 20, de 28 de setembro de 1968, sancionada pelo então Prefeito de Mossoró, Raimundo Soares de Souza (1963-1968), a então Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN) nasce vinculada à Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) (UERN, 2022). O “DNA” da UERN traz consigo duas outras instituições que contribuíram para a sua concepção: a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), criada pela Sociedade União Caixeiral no ano de 1943, por intermédio da Resolução 01/43, sendo esta a sua mantenedora, conforme aponta Costa (2011, p. 81); e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNCITEC), fundada em 1963, através do Decreto 41/1963, na gestão do prefeito Raimundo Soares de Souza (Filgueira, 2006).

Para além das contribuições dessas duas instituições, a URRN nasce das inquietações, do sonho de instalar em Mossoró uma instituição de ensino superior, mas, sobretudo, da ousadia de figuras proeminentes da cidade e do estado. A obra *João Batista Cascudo Rodrigues: lições de um professor* destaca a trajetória da UERN (Medeiros, 2009), que discorre acerca do pioneirismo e da coragem de personagens históricos²⁹ que têm em sua identidade a marca “UERN”. Moura (2009, p. 23-24) aponta que “à luta do grupo de idealistas da União Caixeiral, somou-se a União Universitária Mossoroense, entidade criada em 9 de julho de 1955, composta por universitários de Mossoró que estudavam em outras cidades”. Não por acaso, essa entidade

²⁸ Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais e Política e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas (UERN)

²⁹ Alcides Dias Fernandes, Carlos Borges de Medeiros, Antônio Francisco de Albuquerque e Raimundo Nonato da Silva, Walter Wandeley, Afonso Freire, Augusto Rodrigues, além de João Batista Cascudo Rodrigues, o professor Vingt-un Rosado, o senador Dix-huit Rosado, o deputado federal Tarcísio de Vasconcelos Maia, Monsenhor Walfredo Gurgel, Lídio Luciano de Góes, Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas, Abel Freire Coelho, Maria Gomes de Oliveira, Alcir Leopoldo da Silveira e muitos outros que, direta ou indiretamente, contribuíram nas etapas da construção do sonho de fazer funcionar uma instituição de ensino superior em Mossoró.

foi presidida por João Batista Cascudo Rodrigues, que se tornaria o primeiro Reitor da UERN (Medeiros, 2009).

Esse movimento impulsionou o avanço na oferta de ensino superior na capital do oeste potiguar, notadamente a partir da criação da FUNCITEC, que passou à condição de mantenedora da FACEM e de outros cursos criados posteriormente, como a Faculdade de Serviço Social de Mossoró³⁰, em 1965, e o Instituto de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró³¹, no mesmo ano, com os cursos de Pedagogia, Letras, História e Ciências Sociais, e, em 1968, a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró. Em 28 de setembro de 1968, o então prefeito Raimundo Soares de Souza sanciona a Lei Municipal nº 20/68, que transforma a FUNCITEC em URRN, e o governador Monsenhor Walfredo Gurgel autoriza o seu funcionamento como instituição de ensino superior, por meio do Decreto Estadual 5.025, de 14 de novembro de 1968 (Moura, 2009).

Criada e autorizada com *status* de instituição de ensino superior, a URRN teve como seu primeiro reitor o professor João Batista Cascudo Rodrigues, um dos idealizadores de um sonho desafiador, mas que se tornou realidade em razão dos esforços empenhados pela sociedade mossoroense e dos agentes políticos da época. A universidade, em seus primórdios, era dotada de uma burocracia e influência política que gerava instabilidade administrativa. Tal fato é evidenciado nos registros históricos da instituição (UERN, 2022), ao narrar que o reitor acumulava a função de presidente da fundação mantenedora, mas que de 1973 a 1983 houve o desmembramento das atribuições, recaindo-lhe apenas as funções acadêmicas da URRN, e o presidente da FURRN ficaria a cargo das questões administrativas e financeiras (UERN, 2022). De fato, a influência política era um elemento marcante nos primeiros anos da UERN, como revela

O controle e a ingerência política nas decisões da UERN, neste ato protagonizados pelo prefeito Dix-huit Rosado, encontrava respaldo na frágil estrutura organizativa da instituição, nos aliados políticos no Conselho Estadual de Educação e no Governo Estadual e Federal. Mas, também, na política fisiologista, mediante compensações, cargos e outras vantagens atribuídas aos seus correligionários (Costa, 2011, p. 89).

A segregação das funções aludidas anteriormente foi realizada pelo então prefeito Dix-huit Rosado, que buscava para seu prestígio político uma forma de manter o controle da neófito IES, que funcionava sob controle público, mas que cobrava dos estudantes uma mensalidade.

³⁰ Decreto Municipal nº 01/65.

³¹ Decreto Municipal nº 47/65.

Ao longo do tempo, a UERN passou por processos históricos importantes e ao mesmo tempo desafiadores. Um dos mais importantes foi a sua estadualização.

Como instituição de ensino superior gerida sob a égide e influência do poder público, mas que era mantida pelo pagamento de mensalidades, a universidade cumpria, inicialmente, o papel idealizado de oportunizar o acesso ao ensino superior à sociedade mossoroense e, mais tarde, a uma região que outrora era desprovida do serviço. Mossoró já despontava como um polo regional concentrando uma população com mais de cem mil habitantes e importantes atividades produtivas, conforme aponta Filgueira (2006, p. 47)

Com a falência da agro-indústria, criam-se projetos e unidades produtivas como a MAÍSA Mossoró Agro-industrial S.A., fábrica de cimento Nassau Itapetinga Agro-industrial, Confecções Guararapes. E a partir de 1979, se deu início às atividades de petróleo na parte terrestre da Bacia Potiguar, provocando a instalação de empresas, acentuando o predomínio do setor terciário à estrutura econômica da cidade.

Seguindo o fio condutor da pujança econômica, o setor educacional da UERN ganha destaque como um dos polos educacionais do interior do Nordeste, junto com Campina Grande, na Paraíba (Rodrigues, 2004), e busca atender à crescente demanda local e regional, expandindo suas fronteiras, com a criação de novos *campi* (*Campus* de Assú, em 1974, de Pau dos Ferros, em 1976, e de Patu, em 1980), ainda que de forma não sustentável ou com garantias claras de viabilidade.

[...] de forma um tanto rápida, vai ampliando o seu raio de ação, com a criação de novos cursos e órgãos suplementares, amoldando-se aos interesses políticos, à medida que passa a implantar, sem a mínima condição de sustentação econômica, os *Campi* Avançados das cidades de Açu, Pau dos Ferros e Patu, no Peste do Rio Grande do Norte (Filgueira, 2006, p. 47).

As citações acima estão dispostas como um enunciado do contexto que contribuiu, a princípio, para a instabilidade que mais tarde se tornaria a tempestade perfeita e influenciaria nas crises que levaram aos cenários críticos e, por conseguinte, protestos e reivindicações. Sob forte influência política, a UERN impôs um ritmo intenso ao seu crescimento e isso tem repercussões severas em termos orçamentários, ainda que sua receita tivesse contribuições diversas, além das mensalidades. Com constantes atrasos no pagamento dos salários dos professores e outros servidores, cobrança intensa de mensalidades dos alunos, registrou-se críticos rebatimentos acadêmicos, o que Filgueira (2006, p. 50) descreve como “o ‘pacto da mediocridade’, na medida em que os professores fingiam que ensinavam e os alunos faziam de conta que aprendiam, enquanto a ‘Universidade’ caminhava em ‘ritmo de barbárie’”.

A crise de identidade da instituição, por ser pública, mas de caráter privado, com pagamento de mensalidades, gerava enormes dificuldades de ordem econômica e financeira, pois o alto custo provocava atrasos nos pagamentos por parte dos alunos, ocasionando conflitos internos e reivindicações permanentes do segmento estudantil. A escassez de recursos municipais e estaduais agudizava ainda mais a crise e provocava um tensionamento sem precedentes na história da instituição, com realização de greves de professores e de estudantes. Todos os segmentos da UERN tinham, em maior ou menor grau, um conjunto de reivindicações que não seriam, àquela altura, atendidos pela configuração política, administrativa e financeira interna.

Em 1985, para além da crise financeira, a UERN passava por um momento político delicado de desentendimento entre o prefeito Dix-huit Rosado e o reitor Laplace Rosado Coelho, seu sobrinho. A permanência do reitor ficou insustentável, dada a influência e a ingerência política na instituição por parte do grupo político dominante, os Rosados. Em vista disso, e buscando uma saída para contornar a crise financeira e política, encontrou-se no nome de Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas o nome ideal para conduzir a universidade. Professores, técnicos, alunos, políticos e sociedade civil organizada, por meio de suas entidades de classe, maçonaria e diocese iniciaram um trabalho para convencer Pe. Sátiro a aceitar o convite. No dia 5 de agosto de 1985, toma posse como Reitor Pró-tempore da então FURNN aquele que seria considerado o baluarte do processo de estadualização da universidade.

Ao assumir, o novo reitor tratou de buscar saídas para o desequilíbrio financeiro da instituição, batendo a porta do governo federal, das prefeituras dos municípios onde os seus *campi* estavam localizados e do governo estadual. Inicialmente, ventilou-se a possibilidade de federalização da UERN, anexando-a à ESAM, mas esta foi descartada diante da negativa do então Ministro da Educação, Marco Maciel, alegando o fato de que o governo federal não pretenderia implantar mais de uma universidade federal por estado e até mesmo a fusão seria negada. Pe. Sátiro, em seu livro *Os Bastidores de uma luta*, relata que o Ministro Marco Maciel sugeriu o caminho mais viável: a estadualização. Àquela altura, a UERN passava por um momento tão crítico que até o fechamento dos *campi* avançados foi cogitado, ao passo que o reitor decidiu pedir ajuda aos prefeitos dos municípios. Era necessário a colaboração de todos para evitar o fechamento das unidades de ensino.

Diante de tantos problemas e da negativa do governo federal, restou ao reitor seguir o conselho do Ministro da Educação e centrar suas energias no movimento de estadualização. Dessa maneira, deu-se início a uma luta que verdadeiramente uniu os três segmentos (discentes, docentes e técnicos) da UERN e a sociedade mossoroense em torno dela (Dantas, 1990). O

reitor, seguindo o conselho do ex-reitor Francisco Canindé Queiroz (1973 a 1975), buscou audiência com o governador Radir Pereira e pautou a estadualização na mesa de negociação. No primeiro momento, houve uma negativa por parte do governador, sob o argumento de que o estado não teria condições de manter a instituição e que seria uma irresponsabilidade de sua parte assumir um ônus daquela envergadura em um governo de poucos meses³². O governador, entretanto, aconselhou o reitor a reivindicar o apoio dos candidatos à sua causa, haja vista o processo eleitoral em curso.

Em 8 de julho de 1986, foi realizada uma assembleia geral envolvendo professores, técnicos-administrativos, estudantes e entidades representativas (ADFURN³³, AFFURN³⁴ e DCE) no auditório do *Cine PAX*, localizado em frente à Praça Rodolfo Fernandes, centro de Mossoró. A reunião é considerada um divisor de águas na conquista da estadualização, pois foi nesse momento que a comunidade acadêmica se uniu em prol da estadualização. Ao acessar a memória do ex-reitor Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas por intermédio do seu livro *Os Bastidores de uma luta*, percebemos o quão rico foi esse momento, dado que todos os segmentos se irmanaram em uma luta comum. Transcrevemos a fala do então presidente da ADFURN, professor Paulo Afonso Linhares, trazida pelo autor

Pois bem, esta é a encruzilhada histórica em que estamos. É preciso que todos aqueles que fazem a FURN, seja aluno, seja funcionário, seja professor, seja da administração, do conselho de curadores, se juntem nessa luta pela estadualização. É possível vencermos. Sabemos que, hoje, a posição do Palácio do Potengi seria contrária a esta proposta, pois não querem assumir, certamente, o ônus financeiro de nossa universidade, mas isso não quer dizer nada. Isso é muito pouco até diante de nossa luta. A pressão popular que tentaremos imprimir nesta luta certamente fará abrir as portas do Palácio do Potengi, certamente conseguirá o apoio maciço dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado (Dantas, 1990, p. 189).

Com o mesmo ímpeto e coragem, o presidente da AFFURN, Carlos Alberto Lima Filgueira, fez uso da fala para demonstrar a importância daquele momento e da decisão a ser tomada

Somos a favor de que, se essa luta vier a não lograr uma sensibilidade maior por parte das autoridades, então sim, fecharemos a universidade e gritaremos, bem longe e bem alto,

³² Radir Pereira, então vice-governador, assumiu o governo após a renúncia de José Agripino Maia para concorrer ao Senado Federal.

³³ Criada em 11 de setembro de 1980, a Associação dos Docentes da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte, hoje Associação dos Docentes da UERN (ADUERN), é a entidade representativa dos professores da universidade.

³⁴ Criada em 1985, a Associação dos Funcionários da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte passou a Sindicato dos Funcionários da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (SINDFURN) no ano de 1992 e, posteriormente, no ano 2000, adotou o nome de Sindicato dos Técnico Administrativos da UERN (SINTAUERN).

cruzando os nossos braços e soltando a nossa voz, para que as autoridades sintam no pesadelo de suas consciências que não é possível uma instituição séria como esta fechar as suas portas. Então, companheiros, o ano é este e a hora é esta (Dantas, 1990, p. 190).

O estudante Djalma Oliveira, presidente do DCE, participou da assembleia e destacou a posição dos seus pares frente ao processo de sucateamento da universidade e a luta pela estadualização da instituição:

Dessa forma, a estadualização a estadualização se apresenta como a maneira mais viável de se concretizar o nosso objetivo, que é o de ter uma solução para a Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte. [...] É esse o momento de se criar um clima amplo de mobilização, de se fazerem passeatas, acampamentos, se possível, em Natal, pressionando as autoridades competentes e culminando com um processo de paralização, para que assim possamos conseguir a definição da FURRN (Dantas, 1990, p. 191).

Os trechos resgatados da memória do ex-reitor demonstram o quão unido sairia a universidade daquela assembleia. De fato, a situação era periclitante e a UERN corria risco de encerrar suas atividades. Diante desse risco, a comunidade decidiu encampar a batalha e suspender temporariamente, em nome de uma luta, as atividades para não fechar por imposição do quadro crítico. No dia 8 de agosto de 1986, o candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Geraldo Melo, comprometeu-se em público com o processo de estadualização. A solenidade foi transmitida pelas rádios de Mossoró e região.

Em 15 de agosto, o candidato pelo Partido Democrático Social (PDS), João Faustino, também se comprometeu com a UERN e garantiu apoio à estadualização. As adesões dos candidatos melhores posicionados eleitoralmente desencadearam as adesões dos outros candidatos, Sebastião Carneiro, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Aldo da Fonseca Tinoco, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Após o apoio dos candidatos ao governo, diálogos com os deputados estaduais e a mobilização da sociedade, a atmosfera estava favorável para o que o ex-reitor Pe. Sátiro chamou de “o sim de Radir para Mossoró”.

O “dia D” da estadualização estava marcado para o dia 20 de agosto de 1986, às 15h, no Palácio do Potengi. O governador Radir Pereira recebeu a comissão da universidade, liderada pelo reitor, e uma caravana com quase 20 ônibus que se deslocou da região oeste do estado para testemunhar o dia histórico da entrega do anteprojeto da estadualização. Os que não puderam ir à Natal acompanharam pelas rádios locais a audiência. Muitos, inclusive, se reuniram no Clube Aceu (Dantas, 1990). A comunidade política do estado estava presente no salão do Palácio do Potengi. Candidatos ao governo, deputados estaduais, federais, vereadores,

o prefeito de Mossoró, Dix-huit Rosado, e muitos outros políticos prestigiaram o ato do governador para com a universidade.

O governador Radir Pereira disse sim à UERN e ao povo de Mossoró, anuindo com a estadualização da universidade, em comum acordo com o prefeito de Mossoró. Já em 10 de setembro de 1986, a Assembleia Legislativa aprovou a unanimidade dos presentes o projeto que autorizava o Estado do Rio Grande do Norte receptionar a então UERN à sua estrutura administrativa. No dia 16 de setembro daquele mesmo ano, a Câmara Municipal de Mossoró aprovou o projeto de lei que transferia a universidade para o estado, e no dia 18 de setembro o prefeito sancionou a lei.

Após toda a tramitação e cumprimento dos ritos legislativos e burocráticos, no dia 8 de janeiro de 1987 o governador Radir Pereira sancionou a Lei Estadual nº 5.546, de 8 de janeiro de 1987. No Edifício Epílogo de Campos, situado na cidade de Mossoró, dois atos foram assinados: o primeiro, pelo prefeito Dix-huit Rosado, transferindo a FURRN ao governo; e o segundo, assinado pelo governador Radir Pereira, incorporando a entidade ao sistema estadual de ensino.

A estadualização é considerada o momento mais importante da história da UERN, desde a sua fundação. Representa um grande passo para o que hoje chamamos maturidade institucional, onde o estado assume o papel de mantenedor da instituição de ensino superior que atua no interior do estado, promovendo a inclusão por meio da interiorização do ensino que antes só era ofertado na capital. Com a estadualização, a UERN se torna uma universidade pública, gratuita³⁵ e fincada no interior do estado do Rio Grande do Norte, algo jamais pensado ou com precedentes históricos e que, em certa medida, não contava inicialmente com a simpatia da classe política estadual.

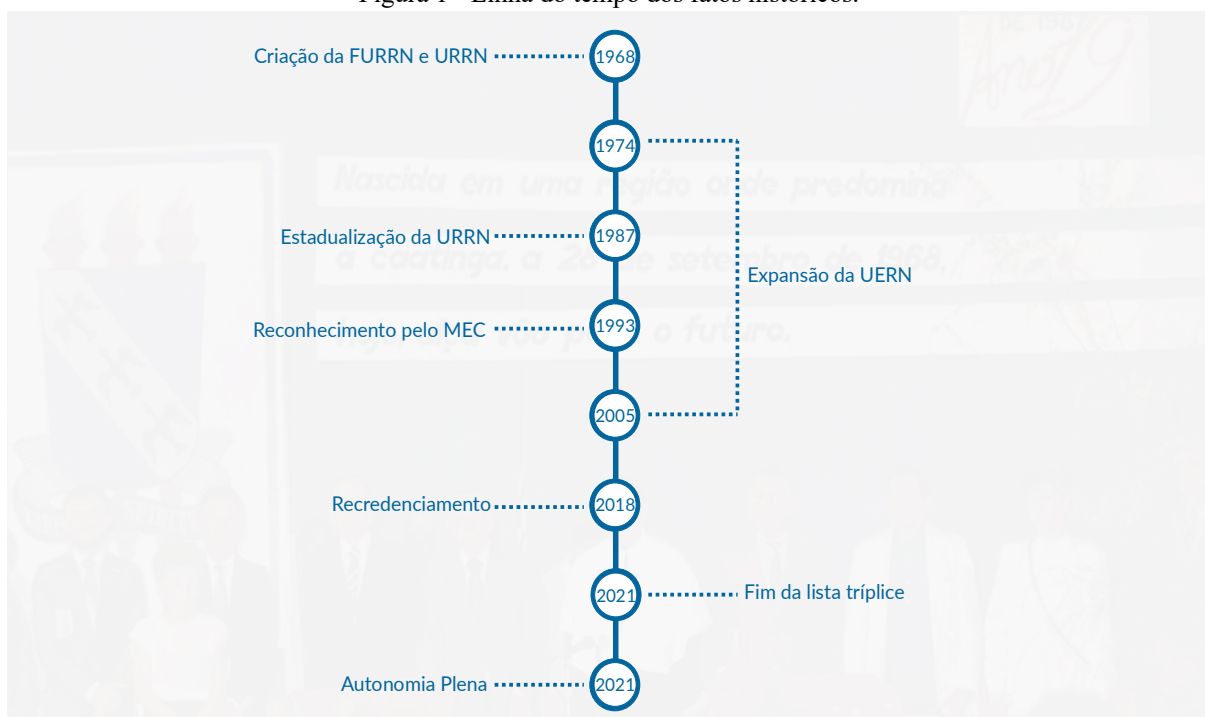
O professor João Batista Xavier, decano da instituição, em entrevista concedida por ocasião da comemoração dos 30 anos da estadualização, destaca que “nenhum grupo político queria a estadualização que só aconteceu por causa da ação de baixo para cima” (UERN, 2022). O professor frisa, ainda, que “com a estadualização avançamos em todos os aspectos com o reconhecimento da universidade, a institucionalização, o funcionamento das entidades sindicais... a estadualização não se deve a A, B ou C, mas por uma luta coletiva das instâncias das universidades” (UERN, 2022). Ou seja, este processo contrariou todas as expectativas e todas as posições contrárias à sua concretização, tornando-se, de fato, uma conquista que entrou para o rol dos fatos políticos de todo o estado. Neste sentido, é imprescindível que conservemos

³⁵ Com a estadualização, houve também o perdão da dívida dos alunos com mensalidades atrasadas.

a memória, a construção do imaginário desta luta e de seu significado para a instituição nos dias atuais.

Entretanto, a história da universidade estadual também perpassa por outros aspectos relevantes e com amplo impacto social. A figura, abaixo, apresenta uma linha do tempo de alguns acontecimentos que são relevantes na história da instituição para o que consideramos maturidade institucional.

Figura 1 - Linha do tempo dos fatos históricos.



Fonte: Portal da UERN, produzido e sistematizado pelo autor, 2023.

Nos próximos tópicos deste capítulo, discutiremos como se deu o processo de interiorização da UERN, sua configuração e rebatimentos em suas duas fases. Ainda, será abordado aspectos relacionados ao reconhecimento da universidade pelo Ministério da Educação (1993) e seu recredenciamento pelo Conselho Estadual de Educação (2018).

2.2. Do interior para o interior: o processo de expansão no aroma da terra

Neste tópico, faremos um percurso histórico sobre a ampliação das estruturas da universidade pelo estado e, posteriormente, articularemos com o debate acerca da interiorização do ensino superior. Para situar a UERN nessa discussão, se faz necessário compreender de que forma tudo se processou na instituição, quais os contextos políticos e administrativos que favoreceram, de que forma se configurou e como evoluiu ao longo dos anos.

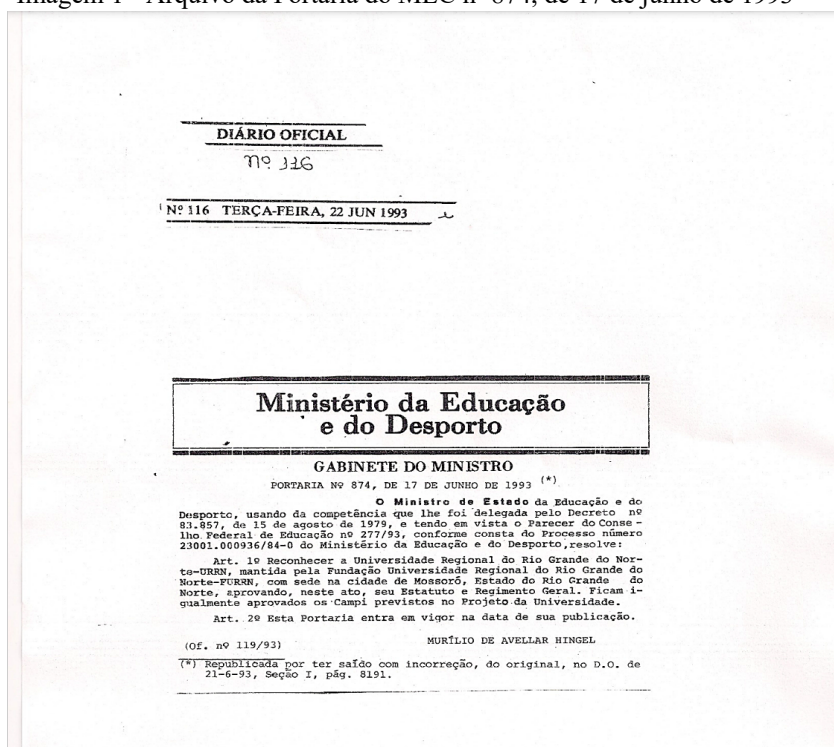
Após falarmos sobre a estadualização, é imprescindível destacar o processo de expansão da UERN, que ocorreu de 1974 a 2005, conforme mencionado anteriormente. Em que pese o fato de ter ocorrido, em certa medida, sem planejamento e sob forte influência política, a implantação de novos *campi* impulsionou a oferta de vaga de cursos de graduação nas pequenas cidades do interior do Rio Grande do Norte. A expansão da UERN é dividida em dois momentos: a implantação dos campi avançados e a criação dos Núcleos Avançados de Educação Superior.

A primeira etapa de expansão contou com a criação do Campus Avançado de Assú, em 25 de março de 1975, em consonância com a Lei 1, de 19 de fevereiro de 1973, com os cursos de Economia, Letras, Pedagogia e Serviço Social até 1979, quando Serviço Social foi substituído pelo curso de História (Filgueira, 2006, p. 48); Campus de Pau dos Ferros, que foi criado pela Lei 1, de 28 de setembro de 1976, e pelo do Decreto nº. 15/76, sendo-lhe autorizada a instalação no ano de 1977, com os cursos de Economia, Letras e Pedagogia; e o Campus de Patu em 01/08/1980, nos termos do Decreto 178, de 4 de setembro de 1980, com os cursos de Pedagogia, Contábeis e Matemática (Filgueira, 2006, p. 48-49).

Nesse período, a implantação de novas unidades acadêmicas se deu de forma desordenada, desprovida de qualquer planejamento orçamentário e financeiro. Contratações precárias, docentes que sequer faziam parte do quadro da UERN, falta de investimento em pesquisa e extensão. Esse era o contexto da primeira fase de expansão da universidade. Mesmo diante de tantos desafios, a UERN cumpria um importante papel de ofertar ensino superior em cidades até então esquecidas.

A estadualização representou um avanço em muitos campos no interior da universidade. Contudo, não resolveu todos os problemas. Os desafios se apresentavam de diversas formas, algumas delas em novo formato, mais completo e mais exigentes. O crescimento acelerado impôs cautela aos gestores e novos *campi* foram criados no início dos anos 2000. Neste intervalo, um outro fato histórico é relevante mencionar, que é o reconhecimento por parte do Ministério da Educação (MEC).

Imagem 1 - Arquivo da Portaria do MEC nº 874, de 17 de junho de 1993



Fonte: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 1993.

A Portaria nº 874, de 17 de junho de 1993, assinada pelo então Ministro da Educação e do Desporto, Murílio Avellar Hingel, considerando o Parecer 277/93, do Conselho Federal de Educação, reconheceu a URRN como universidade. No mesmo documento, também consta o reconhecimento dos *campi* existentes e a aprovação do Estatuto e do Regimento Geral da universidade. O ato do Ministério da Educação alça a universidade a um outro patamar, dotando-a de um *status* e reconhecendo nacionalmente sua atuação.

Após o reconhecimento, a universidade passou por dois episódios de mudança de nome. Em 1997, a Lei Estadual nº. 7.063, de 29 de setembro de 1997, alterou a denominação Universidade Regional do Rio Grande do Norte para Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (URRN). Já em 1999, a alteração foi promovida pela Lei Estadual nº 7.761, 15 de dezembro de 1999, estabelecendo o nome de Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Esta mudança obrigou, também, a alteração da mantenedora, que por meio do Decreto nº 14.831, de 28 de março de 2000, passou a se chamar Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN.

Feito este percurso, chegamos à segunda fase de expansão da, agora, UERN. Em 13 de junho de 2002, na gestão do Reitor José Walter da Fonseca³⁶, é aprovado pelo Conselho

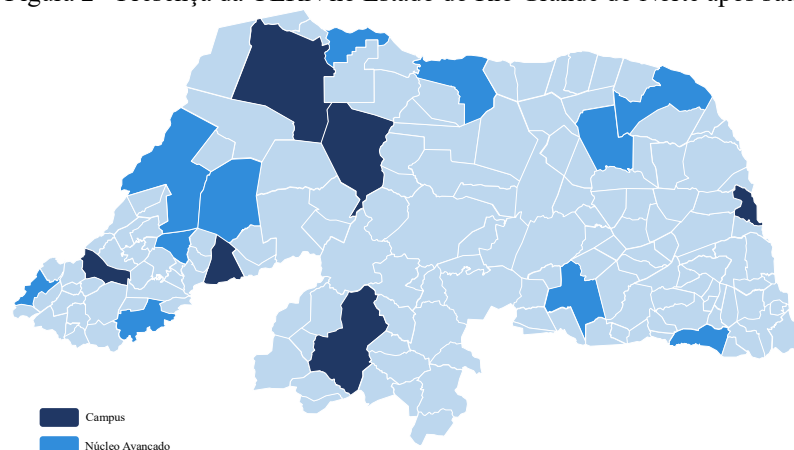
³⁶ Em sua segunda gestão à frente da UERN, de setembro de 2001 a setembro de 2005.

Universitário (CONSUNI) a Resolução 02/2002, que Disciplina o Programa de Interiorização da UERN com a implantação de Núcleos Avançados de Educação Superior (NAES). Os NAES eram estruturas temporárias ligadas à uma unidade acadêmica (faculdade ou *campus*), abrigando cursos rotativos para atender a uma demanda específica por profissionais de determinado município, por meio de convênios onde as prefeituras disponibilizavam a estrutura física e operacional, enquanto a universidade se responsabilizava pela parte acadêmica, com seu quadro docente. Essa resolução possibilitou a implantação de 11 núcleos espalhados pelo interior do Rio Grande do Norte, em parceria com as prefeituras. No dia 2 de setembro, foi instalado o primeiro núcleo, na cidade de Macau. Em seguida, outros foram instalados nos municípios de: Alexandria, Areia Branca, Apodi, Caraúbas, Umarizal, São Miguel, Santa Cruz, Nova Cruz, Touros e João Câmara.

Ainda em 2002, tivemos a criação de mais uma nova unidade acadêmica avançada: o *Campus* de Natal, criado pela Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 3, de 13 de junho de 2002. O *campus* funcionou inicialmente com três cursos: Ciência da Computação, Direito, Turismo e Ciência da Religião. Em 2005, através da Resolução 7, de 11 de agosto de 2005, foi criado o *Campus* Avançado de Caicó, que, à época, recebia o nome de *Campus* do Seridó Prof^a Wilma Maria de Faria³⁷, que sediou os cursos de Odontologia, Enfermagem e Filosofia.

Percebe-se que rapidamente a UERN amplia sua área de atuação, seja com seus *campi*, seja com seus núcleos, não havendo uma só cidade no Estado que não estivesse a uma distância inferior a 50 quilômetros de suas unidades.

Figura 2 - Presença da UERN no Estado do Rio Grande do Norte após sua expansão



Fonte: UERN (sistematizado pelo autor, 2023)

³⁷ Wilma Maria de Faria, governadora do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 1 de janeiro de 2003 a 31 de março de 2010.

No entanto, a falta de planejamento que outrora predominou na primeira fase de expansão da universidade, se repete na segunda. Mesmo considerando os expressivos impactos na oferta de cursos de graduação nos municípios, é imprescindível compreender esse movimento sob o prisma da qualidade do ensino. Nesse ponto, Andrade (2012, p. 167) aponta para os reflexos da falta de planejamento

No âmbito da qualidade do ensino ofertado, o ENADE, que é um dos indicadores na avaliação dos cursos de graduação, demonstra as fragilidades dos cursos de graduação dos Núcleos. No período de 2004 a 2009, dos 27 cursos dos núcleos que foram avaliados pelo ENADE, vinte (20) ficaram Sem Conceito (SC) em função destes cursos só terem ingressantes ou só concluintes nos anos em que foram avaliados pelo ENADE, não reunindo, assim, elementos para estabelecer o conceito de curso. Isso se deve ao fato de que, como nos núcleos os cursos são rotativos, dificilmente se tem ingressantes e concluintes no mesmo ano. Os demais cursos avaliados tiveram os seguintes resultados: três cursos foram avaliados com conceito 3 (Letras em Umarizal, Educação Física em João Câmara e Pedagogia em Caraúbas); quatro cursos tiveram avaliação insatisfatória (os cursos de História e de Ciências Contábeis em Alexandria, Ciências Econômicas em Umarizal e Turismo em Areia Branca) com Conceito Preliminar de Curso 2.

Os resultados obtidos no ENADE apontavam para uma evidente deficiência na qualidade da oferta. Muito além, aquelas unidades não tinham participação expressiva no campo da pesquisa, pós-graduação e extensão e representavam um incremento na despesa de pessoal que se tornava relevante. Aliado a isso, um outro importante elemento que prejudicava a sustentabilidade da expansão da UERN era a influência política na criação de novos cursos e NEAS, conforme aponta Andrade (2012, p. 134)

Em alguns casos, a criação de cursos e núcleos foi aprovada pela Assembleia Legislativa através de projetos de deputados, ferindo a autonomia pedagógica e administrativa da UERN. Como exemplo, cite-se a criação da Faculdade de Ciências da Saúde, oriundo do projeto de lei apresentado pela deputada Sandra Maria Escócia Rosado/PMDB à Assembleia Legislativa do Estado. Outro exemplo refere-se aos Núcleos Avançados de Educação Superior que também, sofrem interferência político-partidária, por meio de proposições de deputados junto à Assembleia Legislativa do RN, aprovando a criação de núcleos em alguns municípios, como é o caso do Núcleo de Santa Cruz, que passou a funcionar em 2006 com os cursos de Enfermagem e Ciências da Computação.

É incontestável que a oferta de cursos de graduação nos municípios do interior do estado poderia favorecer o desenvolvimento e ter outros impactos positivos imediatos. Porém, com o passar do tempo, o viés político contaminou sensivelmente a gestão desta expansão, tornando-a inviável a médio e longo prazos. Não eram poucos os prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais ou senadores que reivindicavam para suas respectivas zonas de influência política uma unidade de ensino da UERN. Algo absolutamente insustentável se produziu e com

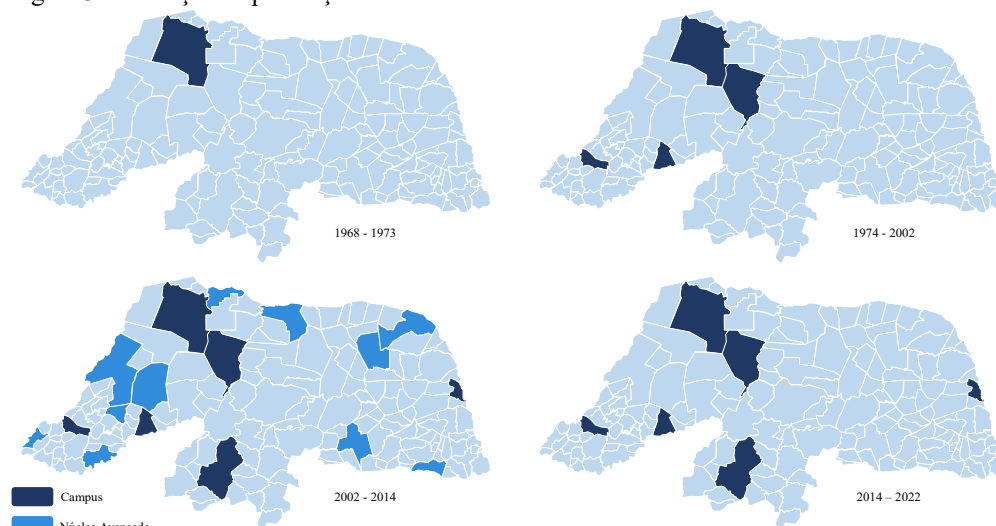
o tempo muitas iniciativas foram vetadas, reposicionando a autonomia da universidade para decidir sobre os rumos de sua gestão.

Diante deste quadro, após ampla discussão na comunidade acadêmica, notadamente no âmbito do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a UERN decidiu por suspender a oferta de vagas iniciais nos cursos de graduação sediados nos NAES, mediante Resolução 64/2014 – CONSEPE/UERN. Com a suspensão da oferta de vagas, restavam apenas as turmas em curso, que vieram a concluir no ano de 2020. Nesse mesmo ano, o CONSEPE extinguiu os NAES, aprovando a Resolução 80/2020 - CONSEPE/UERN. Essa medida que parece, *a priori*, ser drástica, na verdade representou a garantia da segurança jurídica e acadêmica para os alunos, pois o Conselho Estadual de Educação, por ocasião das avaliações com vistas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, alertava para o prejuízo iminente e manifestou sua discordância do modelo nas visitas dos avaliadores.

É evidente que a expansão da UERN se constitui em um grande avanço na interiorização do ensino superior. A extinção dos NAES não representa, nem de longe, o fim desse processo. Ao contrário, inicia um novo momento que remonta à discussão de viabilidade e qualidade na oferta de novos cursos. Em vista disso, a universidade optou por garantir a qualidade na educação superior, pautada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na qualidade de sua estrutura e no atendimento da demanda por profissionais nas estruturas dos *campi* avançados. O modelo inaugurado pelos NAES cumpriu sua missão e se mostrava insatisfatório para o novo momento da universidade, em razão do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação por parte do Conselho Estadual de Educação.

Abaixo, temos a ilustração da evolução/involução da expansão da UERN pelo Estado do Rio Grande do Norte:

Figura 3 - Evolução da presença da UERN no Estado do Rio Grande do Norte consolidada a sua expansão



Fonte: UERN (sistematizado pelo autor, 2023)

Destarte, podemos concluir que a UERN experimentou ao longo dos anos uma expansão que em cada uma de suas fases cumpriu um papel institucional, em que pese os desafios e as limitações. Após compreendemos os processos históricos que nos trouxeram até aqui, torna-se mais nítida a leitura sobre algumas discussões. Por um lado, podemos inferir que a marcha da UERN se dá do interior para o interior, oportunizando à população interiorana o acesso à educação superior. Por outro, é necessário compreender o movimento de inflexão nessa marcha por conta da falta de planejamento sustentado, haja vista a universidade não conseguir alcançar indicadores que motivassem o modelo de expansão.

Mesmo diante de percalços e intempéries é imprescindível situar a UERN no debate acerca da interiorização, sobretudo buscando uma interseção com o contexto brasileiro. Neste ponto, não é forçoso dizer que os anos 2000 inauguraram, sob vários pontos de vista, um novo marco na educação superior no país. A importância estratégica da universidade no desenvolvimento econômico de uma nação remonta a necessidade de se garantir a expansão do ensino superior no Brasil em várias frentes. O ensino superior torna-se, definitivamente, um claro objeto de uma política nacional voltada não só à expansão de vagas em cursos já existentes, ou em novos, mas focada, também, na implantação de novas instituições/*campi* através do Programa de Expansão da Educação Superior Pública/Expandir (2003-2006), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³⁸ e na relação íntima com a iniciativa privada, como se pode verificar no Programa

³⁸ Instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007.

Universidade para Todos (PROUNI)³⁹ e no aumento das facilidades para o financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)⁴⁰.

Para se ter uma ideia, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010⁴¹ previa como meta a oferta de educação superior para 30% dos jovens de 18 a 24 anos, até o final da década. Dados do Censo da Educação Superior (Brasil, 2019) demonstram que de 2001 a 2010 tivemos um crescimento de 110% no número de matrículas em instituições federais, estaduais, municipais e privadas. Contudo, além do desafio de ampliação do acesso, tornou-se igualmente importante a redução das assimetrias regionais na distribuição da oferta, haja vista o fato das regiões Sudeste e Sul concentrarem, juntas, mais de 70% das matrículas.

Isso posto, o resultado prático, em uma perspectiva simples, é o aumento vertiginoso no número de matrículas. Uma leitura rápida sobre o número de matrículas no Censo da Educação Superior para o período de 2006 a 2015 mostra que as regiões Norte (68%) e Nordeste (80%) cresceram mais que o dobro das regiões Sul (19%) e Sudeste (32%). Em suma, o processo de expansão e interiorização do ensino superior ganha evidência numa conjuntura permeada por contradições, que perpassam especificidades históricas na constituição da sociedade brasileira.

Ao olharmos para o contexto, notamos que somente a partir dos anos 2000 o Brasil define como ordem do dia a expansão e interiorização efetiva do ensino superior por meio de medidas práticas (programas, financiamento, metas e objetivos). Nesse percurso, a UERN, desde sua origem, já promove esta interiorização, por se tratar de uma IES que nasce no interior do RN. Quando a universidade decide ampliar sua capilaridade, o faz seguindo a rota do interior para o interior em um movimento de consolidação de sua base estratégica. Isso demonstra uma vocação nítida para atender a uma parcela da sociedade que outrora não tinha acesso à educação de terceiro grau, e quando ela se instala na capital do Estado define sua sede na zona norte da cidade, uma região reconhecidamente como a mais popular.

À vista disso, em que pese todos os desafios do modelo de expansão da UERN, de fato ela promove a interiorização de forma pioneira no Brasil. Frente aos limites, gera-se possibilidades, ao compreender que os NAES cumpriram o seu papel e a atualidade exige um crescimento sustentado que promova o pleno acesso, a garantia de permanência de qualidade com vistas à formação, atendendo às demandas por profissionais da região, notadamente a região da área de influência onde está localizada a unidade de ensino.

³⁹ Instituído pela Medida Provisória 176, de 13 de setembro de 2004, e, posteriormente, transformado em Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

⁴⁰ Instituído pela Lei Federal nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e redimensionado durante os anos seguintes, proporcionando maior abrangência e facilidades no acesso.

⁴¹ Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

2.3 Uma construção de cotas como a argila nas mãos do oleiro

Precede a discussão de cotas a compreensão da educação como um direito social. Atualmente, o debate sobre os direitos sociais está permeado por desafios frente à ofensiva neoliberal em curso, que busca consolidar esses direitos como uma mercadoria. Por conseguinte, vemos cotidianamente comprometida a sua essência e se perdendo na frenética relação de mercado. Ou seja, os direitos sociais, na sociedade de consumo, estão em xeque, postos à prova. Como já expressamos, anteriormente, a educação está tensionada a atender aos interesses do capital financeiro e ser garantida como direito social.

A transformação da educação em mercadoria não é um fator local ou regional, mas, sim, global e que visa a transnacionalização deste mercado (Santos, 2011). Resta evidente, o quão dinâmico e complexo é a área da educação, tendo em vista estar permeada por contradições e conflitos sociais, próprios da sociabilidade capitalista, o que nos leva a inferir que esta cumpre, também, uma dupla finalidade: contribuir para o desenvolvimento do indivíduo, com sua inclusão social e acesso aos bens de consumo; e, ao mesmo tempo, responder às exigências do capital, o qual visa a permanência do *status quo*.

Em diálogo com Santos (2011), concluímos que as últimas décadas têm sido marcadas por profundas transformações/deformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na educação, em decorrência da explosão dos negócios mundiais, financeirização do capital, aliado ao avanço da robotização e da nanotecnologia, e o que se chama de inteligência artificial, que reverberam expressivamente no âmbito da educação. Estas transformações ecoaram em um cenário de disputas que eclodem de forma antagônica.

Seriam esses, a *grosso modo*, os impactos de “uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema” (Bauman, 1999, p. 5): a globalização. As transformações aludidas anteriormente e o ritmo frenético das inovações tecnológicas se fazem sob um pseudoentendimento: “o de que a globalização seria a única saída e unificadora visão para dar conta das contradições que permearam por longas e curtas ondas as relações entre os Estados Nacionais, e a sociabilidade humana” (Arcoverde, 2008, p. 108).

No contorno dessa trajetória, ao passar pelo regime autocrático burguês⁴² (Paulo Netto, 1993), sobretudo até os anos 2000, entendemos que frente ao processo da crise de hegemonia, legitimidade e institucionalidade da Universidade, os debates sobre o ensino superior são intensificados, destacadas as discussões sobre a democratização do acesso, interiorização,

⁴²Expressão utilizada pelo autor José Paulo Netto para designar o período da Ditadura Militar no Brasil.

sistema de cotas e outros programas que visam a ampliação da oferta de vagas e a tentativa de redução do fosso na distribuição da oferta.

Trabalhar o conceito democratização pressupõe um ponto de partida, que, para nós, representa dois pilares fundamentais: a inclusão por meio da reserva de vagas e o apoio à permanência. Neste capítulo, trataremos o primeiro pilar, sobretudo as cotas na UERN, como uma construção que vem ao longo dos anos, ampliando a relação da universidade com os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Ao apontar para a construção das cotas na UERN é importante compreender história das cotas no país, haja vista o fato de que esta iniciativa não surge ao acaso. Ao contrário, embora possamos argumentar qualquer traço de ineditismo, ela pertence a uma tendência que se montava diante do novo contexto da universidade no país. Guarnieri (2008) e Duarte Júnior (2020) nos oportunizam o acesso a informações importantes sobre as cotas em sua dissertação. Os autores destacam que o Rio de Janeiro foi o primeiro estado brasileiro a legislar sobre um programa de cotas, através da Lei 3.524, de 28 de dezembro de 2000, que regulamentava os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais. A lei reservava 50% de suas vagas para alunos oriundos de escola pública. Prescreve a Lei:

LEI Nº 3524, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ADMISSÃO DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos e instituições de ensino médio oficiais situadas no Estado do Rio de Janeiro, em articulação com as universidades públicas estaduais, instituirão sistemas de acompanhamento do desempenho de seus estudantes, atendidas as normas gerais da educação nacional.

Art. 2º As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais serão preenchidas observados os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento), no mínimo por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) tenham cursado ...VETADO... o ensino ...VETADO... médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado.

a) tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado.

Veto rejeitado pela ALERJ. Publicado no D.O de 11/04/2001

b) tenham sido selecionados em conformidade com o estatuído no art. 1º desta Lei;

II - 50% (cinquenta por cento) por estudantes selecionados em processo definido pelas universidades segundo a legislação vigente.

* Parágrafo único - Os candidatos oriundos das escolas públicas não pagarão taxa de inscrição.

* Veto rejeitado pela ALERJ. Publicado no D.O de 11/04/2001

Art. 3º VETADO.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º VETADO.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2000.

ANTHONY GAROTINHO

Governador

(Rio de Janeiro, 2000)

Mais tarde, a Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 30.766 de 4 março de 2002, trouxe em sua estrutura legal a reserva de vagas de 40% para a população negra e parda nas universidades do estado, conforme disposto, abaixo:

LEI Nº 3708, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001.

INSTITUI COTA DE ATÉ 40% (QUARENTA POR CENTO) PARA AS POPULAÇÕES NEGRA E PARDA NO ACESSO À UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E À UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.

Parágrafo único - Nesta cota mínima incluídos também os negros e pardos beneficiados pela Lei nº 3524/2000.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2001.

ANTHONY GAROTINHO

Governador

No ano de 2003, houve outra alteração, passando a vigorar a Lei nº 4.151/2003. Após essas alterações, a legislação para a reserva de vagas ficou sob os trilhos das Leis nº 5.074/2007 e nº 5.346/2008. Esta última, em vigor até a presente data, passou a reservar 45% das vagas de ingresso:

LEI Nº 5346, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE O NOVO SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

[...]

Art. 2º As cotas de vagas para ingresso nas universidades estaduais serão as seguintes, respectivamente:

I - 20% (vinte por cento) para os estudantes negros e indígenas;

II - 20 % (vinte por cento) para os estudantes oriundos da rede pública de ensino;

III - 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

A Lei nº 8.121, de 27 de setembro de 2018, prorrogou por mais 10 anos os efeitos da Lei nº 5.346/2008 para as universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro, com 20% das vagas reservadas a negros, indígenas e alunos oriundos de comunidades quilombolas; 20% das vagas reservadas a alunos provenientes de ensino médio da rede pública, seja municipal e estadual, seja federal; e 5% das vagas reservadas a estudantes com deficiência, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão de serviço. Manteve, também, o regime de autodeclaração nas inscrições e matrículas nos exames de admissão para estudantes negros e indígenas.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da Resolução do CONSUNI 196/2002, de 25 de julho de 2002, estabeleceu 40% de suas vagas de ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação para os estudantes afrodescendentes e oriundos da escola pública (Duarte Júnior, 2020, p. 75). Duarte Júnior (2020) destaca em sua pesquisa que as universidades estaduais foram pioneiras no processo de implantação de cotas nos vestibulares e processos seletivos, ainda que não houvesse critérios idênticos, conforme suas especificidades em cada região, seguindo uma tendência que se formava no início dos anos 2000. O autor destaca, ainda, em seu estudo que quase que a totalidade das IES estaduais tinham reserva de vagas em seus processos seletivos:

Nesse sentido, das 32 IES investigadas, 30 delas adotam algum tipo de medida afirmativa. São distribuídas basicamente em três grupos: os que adotam as cotas para estudantes oriundos das escolas públicas, os que adotam as cotas étnico-raciais, ou um sistema misto, considerando os dois aspectos ou associado ou compartilhando percentuais no total destinado às cotas [...] (Duarte Júnior, 2020, p. 75)

Esses são os primeiros dispositivos legais, que dispõem sobre a reserva de vagas para grupos específicos na história da educação superior brasileira como ação afirmativa. De lá para cá, o debate acerca das cotas ganhou força. Muitas instituições implantaram este sistema nas suas modalidades de acesso. No período de 2003 a 2005, 14 universidades implementaram o sistema de cotas, atingindo 43, em 2006, e 83, em 2010 (Guarnieri, 2008).

Um caso particularmente importante é o da Universidade de Brasília (UnB), que também foi uma das pioneiras do país a utilizar as cotas raciais em seus processos seletivos de ingresso. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) aprovou, em 6 de junho de 2003, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, que previa a destinação de 20% das vagas para negros e indígenas. A particularidade levantada se dá por conta do debate gerado

em todo o Brasil quanto ao sistema de cotas adotado pela instituição, ganhando tal proporção que resultou em um acirramento dos pontos de vista.

Para agravar o quadro, em 2009 o partido político Democratas (DEM), antigo Partido da Frente Liberal (PFL), impetrou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a legalidade do ato administrativo do Cepe/UNB. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 foi ajuizada sob alegação de que a política de cotas adotada na UnB fere vários preceitos fundamentais da Constituição Federal de 1988⁴³. A ADPF considerava que a medida era um desrespeito aos princípios da impessoalidade, da razoabilidade, da publicidade e da moralidade, além de dispositivos que estabelecem o direito universal à educação, à igualdade nas condições de acesso ao ensino, à autonomia universitária – em que pese ter sido uma decisão de um conselho universitário – e ao princípio meritocrático. Somente em 2012, o STF julgou a ação e declarou, por unanimidade, a política de cotas raciais constitucional, destacando que as ações afirmativas, como a política de cotas da UnB, deveriam ser usadas e tornadas modelo para outras instituições e para o sistema universitário brasileiro como forma de combater as desigualdades históricas entre negros e brancos.

Após uma verdadeira *odisseia* na luta pela “validação” das cotas no STF, o sistema federal adotou as cotas através da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, anos depois do primeiro registro de uma ação afirmativa visando a reparação das desigualdades na universidade e com um amplo debate que revelou o abismo histórico existente no acesso ao ensino superior. A lei traz em seu bojo a reserva de 50% de suas vagas para alunos oriundos de escola pública e a precisão de preenchimento de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, segundo o censo do IBGE. Em 2016, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro daquele ano, incluiu na reserva de vagas as pessoas com deficiência, passando a lei a dispor da seguinte forma:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

[...]

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição,

⁴³ Como os princípios republicano (artigo 1º, caput) e da dignidade da pessoa humana (inciso III); repúdio ao racismo (artigo 4º, inciso VIII); igualdade (artigo 5º, incisos I) e legalidade (inciso II).

segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012).

Essa lei federal trouxe um avanço considerável no combate às desigualdades sociais de acesso à universidade, sobretudo para os grupos mais vulnerabilizados, como pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, com recorte de renda que permite uma espécie de filtro social na ocupação das vagas. Ademais, aprimorou os sistemas de checagem e validação das autodeclarações que outrora geravam questionamentos, fraudes e assimetrias nos procedimentos de ingresso.

Mas, e a UERN? Como as cotas foram criadas e implantadas nesta instituição? Qual a sua origem e sua configuração atual?

A UERN faz parte do seleto rol de instituições de ensino superior a implantar, de forma pioneira, a reserva de vagas para os grupos mais vulnerabilizados da sociedade. Se o Rio de Janeiro tem sua lei aprovada no ano de 2000, a UERN passa a estabelecer as cotas no ano de 2002, com a aprovação da Lei n.º 8.258, de 27 de dezembro de 2002. Tal lei, foi promulgada pelo então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Deputado Álvaro Dias, e garantia a reserva de 50% das vagas do Processo Seletivo Vocacionado (PSV), antigo vestibular da instituição, para alunos que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em escola pública, sem restrição geográfica nacional (Rio Grande do Norte, 2002).

Prescrevia a referida lei:

LEI Nº 8.258, de 27 de dezembro de 2002.

Estabelece reserva de vagas nas Universidades Públicas Estaduais para alguns alunos egressos da Rede Pública de Ensino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, § 7º, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 71, II, do Regimento Interno (Resolução nº 46, de 14 de dezembro de 1990).

FAÇO SABER que o PODER LEGISLATIVO aprovou e EU promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Ficam as Universidades Públicas Estaduais do Estado do Rio Grande do Norte obrigadas a reservar, anualmente, cinquenta por cento, de suas vagas, no mínimo, por curso e turno, para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escola pública.

Parágrafo Único – O direito à vaga pressupõe aprovação no processo seletivo adotado pela Universidade e classificação dentro do percentual estabelecido.

Art. 2º. O Poder Executivo, por meio de seu órgão competente, regulamentará esta Lei, no prazo de noventa dias, contados a partir de sua vigência.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Palácio “JOSÉ AUGUSTO”, em Natal, 27 de dezembro de 2002.

Deputado ÁLVARO DIAS
Presidente da Assembleia Legislativa
(Rio Grande do Norte, 2002)

A adoção das cotas evidencia a forte vocação da UERN para o processo de inclusão e democratização. Ao longo do tempo, houve um aprimoramento destes instrumentos, notadamente com a aprovação de duas novas leis. Primeiramente, a Lei nº 9.696, de 25 de fevereiro de 2013⁴⁴, que reserva 5% das vagas de ingresso para pessoas com deficiência, é outro importante marco de inclusão da universidade. Neste ponto, a Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN), tendo à frente a Professora doutora Ana Lúcia Oliveira Aguiar, foi protagonista na implantação, pois trouxe para o centro das discussões os principais marcos legais no processo de articulação imprescindível à sua efetivação. No âmbito federal, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil (LDB) e que preconiza a imperatividade nas condições de acesso e permanência⁴⁵. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, intitulada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que entrou em vigor em 5 de janeiro de 2016⁴⁶, e o Plano Nacional de Educação⁴⁷.

É necessário, também, referenciar o importante trabalho que a DAIN/UERN realizou durante dois anos (de agosto de 2015 a agosto de 2017). O órgão atuou como protagonista no estudo da referida Lei, na cidade de Mossoró e em municípios em seu entorno, como Apodi, Caraúbas, Baraúna, Serra do Mel e Areia Branca, e reuniu 23 parcerias institucionais no referido percurso. Coordenado pela Professora Dra. Ana Lúcia Oliveira Aguiar, titular da DAIN, e pelo Professor Me. Vicente Celeste de Oliveira Júnior, o estudo contou com a realização de conferências e com a presença de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da educação, do direito, da saúde, gestores, universidades públicas e privadas, estaduais e federais, instituições, associações e centros ligados às pessoas com deficiência.

Em seguida, tivemos a provação da Lei nº 10.480, de 30 de janeiro de 2019⁴⁸, com um novo texto compilando todas as reservas de vagas ofertadas pela UERN e revogando as leis

⁴⁴ Dispõe sobre a reserva de 5% das vagas para pessoas Portadoras de Necessidades Especiais nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN em todas as suas unidades de ensino e dá outras providências (texto conforme publicação da lei).

⁴⁵ Art. 3º, inciso I da LDB.

⁴⁶ O início da vigência se deu após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de *Vacatio legis*, conforme disposições do Art. 127.

⁴⁷ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que dispõe sobre o PNE com vigência de 10 (dez) anos.

⁴⁸ Dispõe sobre a instituição de cotas e sobre o argumento de inclusão regional nos processos seletivos de vagas iniciais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, para alunos egressos da Rede Pública de Ensino, revoga a Lei nº 8.258/2002 e a Lei nº 9.696/2013, fixando outras providências (texto conforme publicação da lei).

correlatas anteriores (Lei nº 8.258/2002 e a Lei nº 9.696/2013). O novo texto representou o fortalecimento da democratização do acesso com a inclusão das cotas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), bem como o Argumento de Inclusão Regional.

A partir da publicação dessa lei, a UERN passou a ter: (1) Cota Social para alunos de escolas públicas, que reserva 50% das vagas para os que tenham cursado o ensino fundamental e médio em escola pública no Brasil; (2) Cotas para Pessoas com Deficiência, que destina 5% das vagas nos processos seletivos de ingresso para pessoas com deficiência; (3) Cotas Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), que determina o preenchimento de vagas da Cota Social por parte dos autodeclarados pretos, pardos, e indígenas, em proporção no mínimo igual a de pretos, pardos e indígenas da população norte-riograndense, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (4) Cota para Argumento de Inclusão Regional, que consiste no acréscimo de um percentual na pontuação geral obtida pelo candidato no certame, desde que este tenha cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas ou privadas localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Ao voltarmos o olhar para o Brasil, no ano de 2022 comemora-se 10 anos da lei de cotas no sistema federal, um marco para as políticas de ações afirmativas no país. Ela contribuiu decisivamente para a redução das assimetrias sociais, demográficas e étnicas da população acadêmica brasileira, proporcionando formação superior para grupos até então invisibilizados. Se é motivo de júbilo os 10 anos das cotas no sistema federal, o que dizer de 20 anos das cotas na UERN? Uma universidade fñcada no interior de um estado localizado no interior de uma região que, por sua vez, é interior de um país com tantas desigualdades em sua estrutura social, ser protagonista na política de democratização do acesso é algo extraordinário.

Temos o que chamamos de democratização do acesso na UERN em seu formato institucionalmente estável, pautado na equidade e que contempla os grupos populacionais que precisam de suporte institucional, ainda que temporário, haja vista a lei prever em seu texto a revisão em 10 anos. Uma universidade que nasce no interior, cresce para o interior e implementa medidas que garantem a inclusão dos filhos e das filhas das camadas populares da sociedade é sem precedentes na história da educação superior do Brasil.

2.4 Memórias, lugares, tempos, acontecimento em diálogo

Lançamos mão da assertiva de que o conceito democratização pressupõe um ponto de partida, que para nós representa dois pilares fundamentais. No tópico anterior, tratamos sobre a política de cotas como instrumento de inclusão, fazendo um percurso sobre seu histórico e de

que forma ela se estabeleceu na UERN. Neste presente, trataremos do segundo pilar, que é a permanência, pois trazer para os bancos da universidade estudantes de camadas populares não é suficiente. A inclusão perpassa outros elementos que não se restringe ao acesso; que é preciso frisar: democratizar o acesso se funda com a inclusão, mas não se finda com esta. O que queremos dizer é que democratizar não é só inserir na universidade. A inclusão reivindica uma universidade *includente*.

As trilhas que pretendemos seguir nos exigirá acessar e tomar emprestada a memória individual e coletiva, nossa e de terceiros. Pollak (1992) concebe a memória como percepções, apreensões da realidade e seus fatos, e esta precisa ser compreendida como coletiva e social, mutável, pessoal e/ou coletiva. O tempo e os acontecimentos, as memórias, os lugares, todos coincidem para o cenário da UERN, e é importante ressaltar que para nos reconhecermos como sujeito, como extensão do objeto de pesquisa, é preciso compreender, também, as vivências, os cotidianos que formaram o EU em formação.

O desafio da permanência tem data anterior à sua primeira lei de cotas (2002), pois o processo de interiorização do ensino superior que ela promoveu por si só já demonstra o caráter popular da instituição, mas se agudiza, a partir de então, muito em razão da ampliação do número de estudantes das classes menos abastardas que ingressaram com a reserva de vagas. Em nosso caso, até onde a memória alcança, enquanto acadêmico do curso de Serviço Social, vivenciamos, na pele, as dificuldades cotidianas. Transporte, alimentação, reprografia, livros, apoio à participação em eventos, tudo e mais o que se possa precisar na academia, era praticamente inacessível na instituição para quem não dispunha de recursos financeiros. O cotidiano de um estudante cotista, filho de empregada doméstica, não era fácil com os dois *vales-transportes*, isso em meses fartos, porque em tempos difíceis, a caminhada e a carona eram as únicas saídas para chegar à universidade.

Essa limitação não era um “privilegio” meu. Pelo contrário. Lembro de um grande amigo de curso que caminhava do Conjunto Alto da Pelonha, bem próximo, colado ao Conjunto Vingt Rosado, até a UERN. A distância era aproximadamente 2,5 quilômetros, o que parece ser pouco, mas atravessar essa distância com o sol a pino, todos os dias, e em atalhos de estrada de barro não era tarefa fácil. Amparado em Halbwachs (1990), aproprio-me da memória para entrelaçar as minhas lembranças com os relatos da vivência do outro, e por serem as memórias construções coletivas, delimitamos o memorável e os lugares.

Éramos dois, éramos cem, éramos mil, e tantos quantos entraram, passaram, ficaram, desistiram, choraram ou simplesmente nem tentaram. A UERN, àquela altura, não tinha ações que nos permitissem amenizar os efeitos do sol, do calor, da poeira, da falta de livros, das

reprografias compartilhadas. Aliás, em meio às dificuldades emergia também o sentimento de solidariedade e partilha, seja dos poucos recursos que dispúnhamos ou das angústias que nos assolavam diariamente. Muitas vezes, fazíamos cotas para comprar uma torta de frango que a cantina vendia, saborosa, por sinal. Lá em Jane⁴⁹? Perguntava eu ao meu amigo, Nestor Duarte. De pronto ele dizia: “estou liso, viu?”

Claro, existiam aqueles fanáticos que não abriam mão de considerar as intempéries das expressões da pobreza como uma predestinação e que estaríamos ali tão somente experimentando uma espécie de purgatório para provar que apesar de estarmos ali, ainda sim, não tínhamos como nos desvencilharmos do trágico destino a nós traçado pelo universo perverso e conspirador. Não guardavam expressões de fé ou de esperança, em termos generosos. Outros, por sua vez, buscavam, na organização do movimento estudantil, o amparo para suas pautas, um lugar comum para compartilhar os problemas e buscar soluções.

O movimento estudantil ocupou um espaço importante de nossa trajetória na UERN, como já relatado no primeiro capítulo. Foi na construção coletiva que conseguimos avançar em lutas históricas, sobretudo no que diz respeito à auto-organização do segmento estudantil em torno do que tanto desesperançava e assolava o cotidiano dos nossos pares. Ora, se por um lado não percebíamos gestos ou movimentos nítidos por parte da administração da universidade., no sentido de garantir o apoio à permanência, por outro o tensionamento da luta fez despertar nessa mesma gestão a percepção de que estavam na direção errada quanto à implementação de ações afirmativas que atuassem em consonância com a inclusão dos alunos advindos das camadas populares.

Sem receio de cometer injustiças, resta consignado na memória a total falta de ações efetivas no campo da permanência estudantil que estivesse articulada com as cotas nos primeiros anos de sua implementação. Para corroborar com o preâmbulo, encontramos em Andrade (2012, p. 139) a ratificação do que elencamos aqui quanto ao fato de que “os pressupostos da democratização do ensino superior nas universidades subtemem a ampliação do acesso e das condições de permanência do estudante”, ou seja, um complementa o outro, um não pode existir sem o outro.

Sobre as ações de assistência da UERN, até o ano de 2013 tínhamos institucionalizado somente dois dispositivos: a Resolução do CONSUNI nº 9, de 31 de agosto de 2007, que versa sobre o programa de residências universitárias, e a Resolução do Conselho Diretor nº 39, de 26 de outubro de 2009, que estabelece critérios para concessão de auxílio à participação de

⁴⁹ Jane era a permissionária de uma das cantinas da UERN, muito gentil e atenciosa conosco. Adorávamos os seus sanduíches e tortas. Volta e meia, ela deixava passar um ou dois reais na conta, para nossa felicidade.

estudantes em Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais - AACC's. As demais iniciativas, não tinham norma própria ou ação devidamente institucionalizada, como, por exemplo, o apoio financeiro às entidades estudantis⁵⁰, a inclusão de estudantes residentes universitários no atendimento odontológico do Programa “Meu Sorriso”, de responsabilidade da então Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis (PRORHAE)⁵¹, e a implantação de “bolsa trabalho⁵²”. Todas essas ações tinham a coordenação do Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), que mais tarde se tornaria a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Notem que, excetuando-se o programa de residências universitárias, não existia programas de assistência estudantil efetivos, permanentes e articulados, ainda que consideremos as iniciativas anteriormente mencionadas como de relativo impacto para os beneficiários.

Como paralelo para ilustrar o quão desafiador é a permanência em articulação com as medidas de inclusão, expressas das mais diversas formas, elencamos dois fatos relevantes no sistema federal – e com interseção com a UERN – que requisitam das IES o redimensionamento da centralidade na permanência: o advento do SISU e das cotas/reservas de vagas. O Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação (MEC), considerado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), proporcionou uma expressiva mudança na forma de seleção e acesso ao ensino superior público no país. Muito além de um sistema informatizado gerenciado pelo MEC, o SISU trouxe um processo de nacionalização das vagas para as universidades, unificando, por meio da nota do ENEM, a concorrência em uma plataforma digital.

Quase nove anos após a publicação da portaria que instituiu o SISU, não foram apenas os desafios operacionais que se fizeram às IES após sua adesão ao sistema. Muito além disso, a nova forma de seleção proporcionou, também, o aumento vertiginoso da mobilidade de estudantes de todo o país. Para se ter uma ideia, um ano após a implantação do SISU, tivemos um número de 11.432 jovens que deixaram suas residências, cidades ou estados para estudar. Em 2013, esse número já chegava à casa dos 15 mil, e de lá para cá cresce a cada ano.

Já a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, trouxe em seu texto a reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, pretos, pardos e indígenas e para pessoas com deficiência. Fica,

⁵⁰ O Diretório Central dos Estudantes e os centros acadêmicos poderiam receber da universidade um valor anual voltado ao financiamento das ações da respectiva entidade.

⁵¹ Atualmente Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), criada em razão do desmembramento ocorrido com a criação da PRAE, por meio da Resolução n.º 02/2018-CONSUNI.

⁵² Uma bolsa que se assemelhava ao estágio não-obrigatório, onde o estudante desempenhava funções em setores da universidade e recebia uma bolsa. Entretanto, não era uma atividade supervisionada, tampouco curricular, e nos anos seguintes foi suspensa em razão da falta de normatização e de questionamentos sobre o formato.

portanto, consignado em lei que uma população específica, notadamente oriunda de camadas populares, terão direito à graduação. Assim, na mesma medida em que tivemos um aumento das vagas em uma perspectiva de democratização do acesso e redução das assimetrias (econômicas e regionais), houve a ampliação das demandas oriundas do segmento estudantil com um foco determinado: assistência estudantil com vistas a permanência.

Não obstante, é necessário registrar que os esforços dos governos no campo da assistência estudantil parecem não atender satisfatoriamente a crescente demanda existente. Em que pese o avanço ocorrido com a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, não podemos dizer que o mesmo ocorreu com a Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010, que dispôs sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais (PNAEST), tendo em vista não ter havido o mesmo tratamento e liberação de recursos.

A permanência se constitui como o maior desafio das políticas de inclusão e acesso ao ensino superior. Isso é constatado facilmente ao consultarmos os dados de retenção e de evasão de qualquer IES, pois garantir o acesso por meio das cotas sem as ações de assistência estudantil irá apenas reproduzir na universidade as desigualdades sociais e regionais existentes fora dela. Nesse sentido, consideramos meta crucial o ensino superior socialmente referenciado, tendo a assistência estudantil como centralidade estratégica de combate às desigualdades sociais e regionais, respeito à diversidade e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, da permanência e do sucesso dos (as) estudantes.

3 UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA, INCLUSIVA E INCLUDENTE

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

Neste capítulo, tratamos sobre a construção de um conceito intitulado *universidade socialmente referenciada, inclusiva e includente*. Inicialmente, a provocação se deu a partir da política de assistência estudantil e da ideia de articulação institucional de suas ações com as práticas inclusivas, sobretudo em uma sociedade excludente, onde a educação é um privilégio de poucos. Entretanto, a construção de uma universidade com este perfil institucional perpassa a construção de sua identidade junto à comunidade, sua pertença e rebatimentos nas vidas dos cidadãos do estado, da região e do país. Como ponto de partida teórico, dialogamos com autores, como Freire (1992), Santos (2008), Mészáros (2008) e Fávero (1980), que assentam a respeito do papel da educação e da universidade no contexto de sociabilidade capitalista, bem como o relativamente recente e controverso conceito de Responsabilidade Social Universitária (RSU), a partir das contribuições de François Vallaëys, Calderón (2006), Eidt, Trindade e Calgaro (2021), Jara, Fontecilla e Troncoso (2006), Ribeiro (2013), e Santos (2008).

Adiante, caminhamos acerca dos trilhos da história da assistência estudantil da UERN, seus dados e impactos na comunidade acadêmica como uma construção a várias mãos que atravessou o tempo. Destacamos a configuração da assistência estudantil até o ano de 2022, seus precedentes históricos e de que forma ela ganha protagonismo na cena universitária como instrumento de inclusão e permanência dos estudantes.

Evidenciamos, a importância da instituição na transformação de vidas e de que forma a assistência estudantil proporciona o esperar, muito além do que está visível. O aparente por si só não responde às perguntas que emergem no contexto da assistência. É preciso ir além do que está abaixo da linha do visível, compreender quem são esses sujeitos e como eles e elas precisam do apoio da universidade. Perceber, sentir e provar nas vozes dos/das estudantes ensinantes e aprendentes o despertar de um empoderamento por meio da educação, como um desabrochar para o sol da autonomia. À luz do que preceituam Josso (2010) e Pollack (1992), buscamos auxílio para a necessária compreensão dessas narrativas, a partir das memórias e experiências de vida dos estudantes.

Há uma evidente interseção, um ponto comum entre a UERN e a mudança nos destinos dos estudantes das camadas populares no RN que proporciona, também, empoderamento e

ascensão social mediante políticas de acesso e permanência. Compreender de que modo a política de inclusão e permanência estudantil da UERN contribui para a democratização do acesso ao ensino superior a partir das narrativas de um militante e dos sujeitos beneficiários dessas ações é, sobretudo, evidenciar o entrelaçamento existente entre as ações da instituição e os sonhos da juventude.

3.1 A construção de um conceito socialmente referenciado, inclusivo e includente

As discussões propostas, a seguir, são frutos das experiências vividas a partir do diálogo institucional por meio de universidades da América Latina, em especial entre o POSEDUC/UERN e a Faculdade de Educação da *Universidad Nacional Federico Villarreal*, sediada em Lima, no Peru. Por intermédio da DAIN, em atenção ao seu Plano Estratégico de Ação, mais precisamente no que tange à internacionalização e à inserção internacional das políticas de inclusão, fomos convidados pela *Unidad de Investigación, Innovación y Emprendimiento*, enquanto Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UERN e discente do POSEDUC, para ser conferencista em uma conferência internacional com o tema “Responsabilidad Social Universitaria: Alcances Y Retos”. O evento ocorreu em 22 de novembro de 2022 e nos proporcionou uma base teórica para além do evento em si, pois foi com base na conferência que nos aproximamos das discussões acerca da Responsabilidade Social Universitária e como ela se reproduz no interior da UERN. De fato, foi um momento enriquecedor, de socialização de conhecimentos e de ampliação da teia internacional que tecemos enquanto instituição de ensino superior.

Mas, afinal, o que é uma universidade socialmente referenciada? Do que trata esse pretenso conceito? Poder-se-ia dizer que o termo advém de um neologismo sintático ou do interesse em criar desordem ou uma contraposição ao recente e, em certa medida, controverso e criticado conceito de Responsabilidade Social Universitária. De fato, os dois conceitos têm interseção, similaridade em alguns aspectos, a depender do ponto de partida do que se compreende como RSU, mesmo ciente das divergências e ambiguidades existente sobre o tema. Sendo assim, propomos neste diálogo uma construção *tese-antítese-síntese* quanto aos dois conceitos – de RSU e de universidade socialmente referenciada – e sua suposta similaridade ou interseção. Entretanto, advertimos que não é nosso objetivo aprofundar o debate sobre o primeiro, sendo de nosso interesse somente o segundo. Neste percurso, propomos, ainda, que a síntese considere o papel do Ensino Superior no seu lugar de fala em sociedade, ou seja, como um direito social.

Como partida, é preciso ter em mente que a definição de RSU é multidisciplinar, transversal e complexa (Eidt, Trindade e Calgaro, 2021), haja vista ter várias configurações, a depender do prisma histórico e conceitual. Para alguns autores, por exemplo, é uma nova categoria analítico-conceitual, e que embora enfrente resistência de alguns setores da academia – notadamente nas universidades públicas, por se aproximar das formulações neoliberais – ela é emergente. Isto significa, em que pese estar situada em um ambiente permeado por contradições, ela ganha evidência nos últimos anos. Em um campo, é reivindicado da RSU respostas às demandas sociais; e em outro, ela sofre influência da ofensiva neoliberal, mercadológica e produtivista pautada pelas estratégias de marketing.

Em linhas gerais, o conceito de responsabilidade social é recente e ganha evidência no mundo dos negócios, no mundo empresarial, notadamente na segunda metade do século XX, manifestada por intermédio do assistencialismo, da filantropia ou de outras iniciativas de cunho social-midiático. Todavia, no início, do século XXI, há uma expansão do conceito que busca saídas para questões de natureza social e ambiental, e depois se estende às Organizações Não-Governamentais (ONGs) (Eidt; Calgaro, 2006) e, por fim, às instituições acadêmicas.

As autoras Eidt, Trindade e Calgaro (2021) nos dispõem de elementos essenciais à compreensão da atual configuração da RSU no Brasil, pois se apropriaram dos escritos dos principais autores e autoras sobre a temática, produzindo um estudo importante para a caracterização da pauta. Elas evidenciam que o conceito de RSU tem suas origens no Chile, no ano de 2001, sob iniciativa de 13 universidades públicas que implantaram o Projeto Universidad Construye País (UPC). O objetivo da iniciativa era ampliar o conceito e a prática da RS entre as universidades chilenas, conforme apontam Eidt, Trindade e Calgaro (2021):

O UPC definiu a University Social Responsibility (USR – termo em inglês) como a capacidade da universidade em difundir e implementar um conjunto de princípios e valores gerais e específicos por meio dos processos chave de gestão, ensino, pesquisa e extensão, retribuindo socialmente à comunidade universitária e ao país em que está inserida.

O trabalho de Eidt, Trindade e Calgaro (2021), abriu portas para buscarmos as principais referências no assunto. Aqui, citamos, em especial, Mónica Jiménez de La Jara⁵³, José Manuel

⁵³ Assistente Social, pela Pontificia Universidade Católica do Chile; Mestre em Educação para o Trabalho Social, pela Catholic University of América, Washington, D.C; Reitora da Universidade Católica de Temuco; presidente do Diretório e fundadora da Corporación Participa; membro do Diretório e fundadora da Corporación Aprender; diretora do Projeto Universidad Construye País.

de F. Fontecilla⁵⁴, Catalina Delpiano Troncoso⁵⁵, membros do Projeto *Universidad Construye País* e, por meio da revista Estudos nº 36, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), traçaram o que consideramos o caminho para a compreensão do que se constrói como RSU. Sobretudo pelo fato do projeto estar situado em seu contexto regional, alicerçado no Chile, os autores evidenciam que o advento do século XXI impõe uma série de mudanças em que “todos sentem o chão vibrar”, pois elas (as mudanças) estão intimamente ligadas à globalização, como aludimos no segundo capítulo deste trabalho, parafraseando Bauman (1999) e Arcoverde (2008). Assim dizendo, ainda que o objetivo inicial seja construir um projeto de RSU em solo chileno, é preciso entender que o papel do ensino superior deve ser pautado por um consenso que ultrapassa as cercas embandeiradas, principalmente em se tratando de América Latina.

A trilha teórica feita por Jara, Fontecilla e Troncoso (2006) nos permite compreender que a RSU está situada em um ambiente de permanentes contradições, pois emerge e ganha notoriedade com o viés ideológico do Terceiro Setor e setor empresarial, mas se consolida com a percepção de que, de fato, os elementos constitutivos da RSU estão ligados ao DNA das universidades (Calderón, 2006). Ou seja, a RSU seria algo intrínseco à universidade. Sob esse prisma estão fincados os ideais “humanísticos, em prol de uma universidade comprometida na luta contra a pobreza e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática”, contrapondo-se “às forças conservadoras atualmente hegemônicas em âmbito global” (Calderón, 2006, p. 8).

A experiência chilena está vinculada a um projeto de universidade que defende a gestão universitária com foco na criação de uma cultura coletiva, com a implantação de um modelo comum de RSU pautado em *princípios e valores do plano pessoal* (dignidade da pessoa, liberdade e integridade), *princípios e valores do plano social* (bem comum e equidade social, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, socialização e solidariedade, para fins de convivência, aceitação e reconhecimento da diversidade, cidadania, democracia e participação) e *princípios e valores do plano universitário* (compromisso com a verdade, excelência, interdependência e transdisciplinaridade), como centralidade (Jara, Fontecilla e Troncoso,

⁵⁴ Formado em Teologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Chile; doutor em Teologia, pelo Centro de Estudos Superiores (CES) de Belo Horizonte, Brasil; graduado em Capacitación y Desarrollo pela Faculdade de Administração e Economia da Universidade de Santiago do Chile; consultor da Corporación Participa e coordenador executivo do Projeto Universidad Construye País.

⁵⁵ Assistente Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Chile; graduada em Participación Ciudadana y Gestión Ambiental, pela Universidade Alberto Hurtado – Casa de la Paz; chefe de projetos da Corporación Participa e do Projeto Universidad Construye País.

2006). Cada princípio tem seus respectivos indicadores, os quais atuam como parâmetros para mensurar a responsabilidade social universitária no interior da academia.

De maneira conceitual e sintética, Jara, Fontecilla e Troncoso (2006, p. 63) prescrevem:

Entendemos por responsabilidade social universitária a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores gerais e específicos, por meio de quatro processos considerados essenciais, quais sejam, gestão, docência, pesquisa e extensão universitária. Comprometendo- nos, assim, do ponto de vista social, com a própria comunidade universitária e com o país em que se insere.

Já para François Vallaey (2006), a responsabilidade social seria uma “nova responsabilidade central”, associada ao que ele chama de “responsabilidades moral e jurídica”, mas, por sua vez, eminentemente coletiva e promotora de criatividade política, em vez de uma responsabilidade pessoal. Acrescenta o autor:

[...] a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis. (Vallaey, 2006, p. 38)

O movimento da RSU nasce em um cenário influenciado por um movimento impulsionado pelo contexto global (universidades americanas e europeias), em razão da ofensiva neoliberal do setor privado que imprimia um novo desenho na educação superior. De fato, os principais escritos sobre o tema emergem em experiências estrangeiras, contudo recebem acolhida no Brasil. Essa acolhida não está desprovida de críticas, tampouco de questionamentos acerca das discussões que permeiam o tema pelo mundo, provocando resistências em relação ao uso do termo (Calderón, 2006), sobretudo pela aura empresarial e filantrópica que revestia a temática nas primeiras discussões, mas que se torna imperativo legal ao se fazer constar no texto da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004⁵⁶, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:
I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

⁵⁶ Aprovada no primeiro governo do presidente Lula, esta lei institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e trouxe em seu bojo a responsabilidade social, como algo permanente em seus instrumentos de avaliação.

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; (grifo nosso)

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (Brasil, 2004)

Eidt, Trindade e Calgaro (2021) discorrem sobre a incorporação da responsabilidade social no sistema nacional de avaliação do ensino superior e a consequente obrigação institucional para efetivá-la como uma das dez dimensões do processo avaliativo. Ou seja, a partir do SINAES temos um marco legal da responsabilidade social como elemento constitutivo do fazer universitário. Sob o prisma conceitual, nota-se que a RSU está demarcada em uma posição para além do aspecto legal, pois está alicerçada em um compromisso institucional com a sociedade.

Ainda que ocorram dissonâncias do ponto de vista teórico, que hajam sobressaltos e confusão pela similaridade com a responsabilidade social corporativa neoliberal e seus rebatimentos no campo educacional, que precisemos instituir uma contraofensiva à lógica produtivista e empresarial pela qual passa o ensino superior, a RSU não pode ser tratada como modismo ou um viés que destoe da função social da educação por meio do ensino superior. Ao contrário, cabe às IES estabelecerem um pacto para que o seu “fazer institucional” esteja perenemente em sintonia com as demandas que emergem da sociedade, em especial das classes populares, atuando para e em função destas, como aponta Santos, ao afirmar que “a responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor” (Santos, 2008, p. 82).

No início deste tópico, fizemos a seguinte pergunta: “mas, afinal, o que é uma universidade socialmente referenciada? Do que trata esse pretense conceito?” Na citação

anterior, Santos (2008) nos oferece o caminho para a resposta. Entretanto, parafraseando o próprio autor em outra obra⁵⁷, ela (a resposta) se encontra no avesso de sua afirmação. Avesso, não no sentido oposto, mas uma outra face, de um outro lado em um movimento quase que de retroalimentação, simbiótico. Se a responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela instituição, aceitando ser permeável às demandas das camadas sociais, por conseguinte, a própria sociedade a referencia como a instância onde suas pautas são respeitadas e democraticamente acolhidas.

É importante reiterar a advertência de que a discussão proposta nesta pesquisa está disposta, sob a égide que considera Ensino Superior Público como um direito social. No momento em que a universidade toma para si a responsabilidade social, como farol do processo educacional, ainda que em um contexto permeado por contradições, ofensivas e contraofensivas, pluralidade e heterogeneidade, seus princípios e valores serão legitimados pela sociedade.

Por outro lado, à universidade caberá não somente elaborar escritos sobre seus princípios. Terá que ser o exemplo que arrasta a sociedade para construí-los cotidianamente. Não caberá somente defender a democracia; precisará ser um modelo democrático. Não poderá defender a inclusão na sociedade, sem estabelecer mecanismos de inclusão interna. Para defender o meio ambiente, precisará ser polo irradiador de uma cultura sustentável e ambientalmente responsável. Não bastará dispor em seus projetos pedagógicos sobre a dignidade e liberdade da pessoa humana; necessitará estabelecer marcos e ações efetivas de defesa da liberdade e diversidade em seus documentos oficiais, respeitar e acolher as diversas manifestações de religiosidade, ao mesmo tempo que defende o *Estado laico*. Não será suficiente elaborar manifestos de combate à aporofobia, ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia, à misoginia. Ela precisará trazer para dentro de seus muros os filhos e filhas das camadas populares, pobres, pretos, a comunidade LGBTQIAPN+. Precisar, também, estabelecer mecanismos de equidade de gênero, de igualdade de oportunidades. Não basta ter sistema de cotas e reserva de vagas para grupos vulnerabilizados como forma de inclusão. É necessário garantir a inclusão com permanência para garantir a formação de qualidade com

⁵⁷ Na obra “Um discurso sobre as ciências”, Santos (2008, p. 19) discorre sobre a transição de paradigmas, produzindo o que ele chama de “o fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica”. Neste tempo, a simplicidade das perguntas e respostas não se faziam tal qual no iluminismo rousseauiano, pois “as condições epistêmicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar a resposta” (Santos, 2008, p. 19). Para alcançar a inteligibilidade da resposta, portanto, restaria necessária a lucidez como espelho que desvenda o avesso, descrito pelo autor como um fio de navalha, uma linha tênue.

igualdade de condições. O instituto, o ente, Universidade deverá entender que “as soluções não podem ser apenas *formais*, elas devem ser *essenciais*” (Mészáros, 2008, p. 35).

Uma Universidade Socialmente Referenciada é aquela que assume a Responsabilidade Social Universitária como um pacto essencial com a sociedade e esta, por sua vez, a legitima como interveniente de suas demandas. Ela atuará como o modelo e a balança que,, por meio da educação, equilibra a relação de hipossuficiência das camadas mais empobrecidas da sociedade.

Mas, e a UERN, o que a torna uma universidade socialmente referenciada, inclusiva e includente? Com relação à sua origem, a UERN nasce do anseio da população de Mossoró e região por formação superior disponível no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Sua trajetória, até aqui, demonstra uma vocação eminentemente *interiorana*, ao ser fundada na principal cidade do interior e se expandir em um movimento de interiorização. Seria a interiorização da interiorização, por assim dizer, que permitiu a outras cidades entrar no mapa da educação superior. Em que pese seus primeiros anos terem sido marcados pelo caráter privado, sua demanda principal não era necessariamente as elites, mas, sim, os filhos e filhas da classe média, comercial e do serviço público que não dispunham de recursos para cursar graduação na capital, ou até mesmo em outros estados. Os cursos tidos como mais elitizados, como Direito e Medicina, não constavam, até então, na oferta de vagas dos primeiros vestibulares.

Após a estadualização, avançamos ainda mais com a política de expansão para o interior. Desta vez, com o caráter *público e gratuito*. No auge do seu processo de expansão, concluída a implantação de todos os seus *campi* e núcleos, não existia uma cidade sequer que não estivesse a uma distância máxima de 50 quilômetros de uma unidade de ensino da UERN. Indo além, a UERN, em seus processos de abertura de cursos, sempre buscou atender a demanda das escolas públicas por professores, o que trouxe para ela um cariz voltado às licenciaturas, sem prejuízos aos bacharelados, que também cresceram ao longo dos anos. Aqui, destacamos que a instituição compreende e assume o papel importante na formação de professores para atuar na educação básica, pública, em sua maioria, se percebendo como agente de transformação da sociedade na qual está inserida, a partir das demandas que emergem dela. A UERN é *socialmente implicada*. Para se ter uma ideia, em matéria oficial da universidade veiculada, ainda em 2019, apontava que 90% dos professores da rede básica do interior eram formados pela UERN (UERN, 2019).

Na garantia de *acesso*, a política de *cotas e reserva* de vagas amadureceu e ampliou sua capilaridade desde a Lei nº 8.258, de 27 de dezembro de 2002 (Rio Grande do Norte, 2002). O que antes era destinado somente para os estudantes oriundos de escola pública, atualmente contempla também pretos, pardos, indígenas, povos e comunidades tradicionais, bem como

pessoas com deficiência. Com o advento do ENEM/SISU, a posterior adesão por parte da UERN possibilitou uma mobilidade sem precedentes na história da universidade, o que proporcionou, por um lado, um perfil mais *heterogêneo* de seus estudantes, vindos de todos os cantos do RN e de outras unidades da Federação (Rio Grande do Norte, 2002).

O ano de 2016 é considerado o marco de início do que chamamos de maturidade institucional da UERN, pois dá início a mudanças que se tornariam cruciais para o processo de fortalecimento da universidade. No dia 15 de dezembro de 2016, o CONSUNI aprovou, após amplo debate e um sentimento consensual, a alteração do parágrafo primeiro do artigo 14 de seu estatuto, instituindo a *paridade* no processo de escolha de seus dirigentes. O princípio da paridade prescreve que os três segmentos que compõem a universidade (estudantes, técnicos e professores) terão o mesmo peso de voto. Ou seja, a partir desta alteração, os segmentos passaram a ter 33,33% do peso eleitoral, que, anteriormente, estabelecia uma relação de 70% para professores, 15% para técnicos e 15% para estudantes. Já no ano de 2021, mais precisamente em 28 de setembro, a governadora Fátima Bezerra sancionou a Lei Estadual nº 10.998/2021, que dispõe sobre o processo de escolha e nomeação do Reitor e do Vice-Reitor da UERN, determinando o *fim da lista triplíce*. Com essa mudança, prevalecerá a escolha democrática da comunidade acadêmica, devendo o chefe do executivo estadual nomear o vencedor da eleição. Antes dessa mudança, o CONSUNI elaborava uma lista triplíce a partir de uma consulta aos três segmentos, na qual não necessariamente era escolhido aquele ou aquela que vencera o pleito. Naquele mesmo ano, em 29 de dezembro, a governadora Fátima Bezerra sancionou a Lei 11.045/2021, que concedeu a *autonomia de gestão financeira e patrimonial* da FUERN. Estava, portanto, fechado o ciclo que estabeleceu a maturidade institucional, onde a UERN passa a ser uma universidade efetivamente democrática e autônoma (UERN, 2022).

No campo do *respeito à diversidade*, em 13 de abril de 2016 o CONSEPE aprovou a Resolução 22/2016 – CONSEPE, que dispõe sobre o uso do “nome social” no interior da UERN. Esse dispositivo legal interno, foi aprovado considerando as discussões e as recomendações do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. Com a aprovação da resolução, as pessoas que requerem terão direito de fazer constar seu nome social nos diários de presença, declarações, histórico, matrícula curricular, diplomas e certificados de conclusão de curso e, mais importante, será reconhecido e tratado pelo nome que escolher para si. É uma forma de materializar promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos da população LGBT, bem como de incorporar as particularidades de orientação sexual, gênero e identidade de gênero (UERN, 2022).

Em 23 de novembro de 2021, o Conselho Diretor da FUERN aprovou a Resolução 53/2021 – CD/FUERN, estabelecendo o princípio da *igualdade de gênero* na ocupação dos espaços de gestão da UERN, com a garantia de que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas referentes aos cargos de Chefia/Subchefia de Gabinete, Pró-Reitorias titulares/adjuntas, Diretorias e Assessorias vinculadas à Reitoria sejam ocupadas por servidoras mulheres (UERN, 2022). De fato, a UERN já tinha ampla participação feminina na ocupação dos espaços institucionais, porém o compromisso da universidade não se limita à vontade subjetiva do gestor da época, ficando, agora, consignado em resolução tal compromisso.

No campo da *responsabilidade socioambiental*, a UERN aderiu, no início do ano de 2022, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), que é um apelo global à ação para combater a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2022). Ainda no dia 6 de dezembro desse mesmo ano, a universidade foi agraciada com o *Selo ODS Educação*, concedido às IES que atingem as metas pactuadas (Freire, 2022). Isso demonstra o compromisso da instituição com o meio ambiente; em articular suas ações com as boas práticas e com as lutas por um mundo melhor.

Todos esses aspectos narrados demonstram que a UERN é uma universidade que pauta o processo formativo e sua interlocução com a sociedade, sob os desígnios da RSU. Para Santos (2008, p. 68)

A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado, foram esgrimidas para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem agora uma nova premência, uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social. Porque a sociedade não é uma abstracção, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas.

Uma vez que é necessário e prioritário inserir na ordem do dia a defesa de uma universidade autônoma, livre e que possa contribuir com a formação e o desenvolvimento profissional, cultural, econômico e social do território de sua influência, a UERN, desde o seu nascedouro até os dias atuais, tem essa marca. Feitos estes contornos e entrelaçamentos, trataremos, a seguir, dos aspectos que, ao nosso ver, melhor ilustra o papel transformador da universidade, que é a luta pela efetivação das políticas de inclusão por meio de ações da permanência estudantil.

3.2 O caminhar da assistência estudantil: sabores e saberes a várias mãos

A *grosso modo*, podemos afirmar que nas últimas décadas tivemos um aumento expressivo nas políticas de acesso ao ensino superior no Brasil. Ampliar as vagas e reduzir as assimetrias tornou-se meta no sistema educacional brasileiro. Os números de IES, matrículas, oferta de vagas e interiorização demonstram, sob qualquer ponto de vista, que houve um esforço do país em ampliar as oportunidades de ingresso no chamado terceiro grau. Para se ter uma ideia, expomos, abaixo, uma tabela com a evolução do número de instituições de ensino públicas e privadas no Brasil desde o ano 2000:

Tabela 1 - Evolução do número de IES no Brasil 2000-2021

Ano	Total	UNIVERSIDADES		CENTROS UNIVERSITÁRIOS		FACULDADES		IF/Cefet
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
2000	1.180	71	85	1	49	85	870	19
2010	2.378	102	88	7	119	133	1.892	37
2015	2.364	107	88	9	140	139	1.841	40
2020	2.457	112	91	12	310	140	1.752	40
2021	2.574	113	91	12	338	147	1.832	41

Fonte: INEP (2001, 2012, 2016, 2022a, 2022b). Dados organizado pelo autor (2023).

Notemos que em 20 anos mais que dobramos o número de IES no país, somando públicas e privadas. Tratando somente das instituições públicas, o aumento foi de 72,72%, no período. No que tange às matrículas, houve um aumento de 105% nas IES públicas e de 230% no total geral (públicas e privadas), como podemos ver na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 – Evolução do número de matrículas no Brasil 2000-2021 Presencial e EAD⁵⁸

Ano	Total	UNIVERSIDADES		CENTROS UNIVERSITÁRIOS		FACULDADES		IF/Cefet
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
2000	2.694.245	780.166	1.026.823	4.618	240.061	78.920 ⁵⁹	540.335	23.322
2010	6.379.299	1.435.639	2.029.072	14.166	822.514	105.987	1.884.415	87.506
2015	8.027.297	1.663.222	2.609.933	18.844	1.338.958	125.203	2.126.261	144.876
2020	8.680.354	1.602.149	3.112.285	20.269	2.325.175	116.244	1.286.542	217.690
2021	8.986.554 ⁶⁰	1.709.216	3.239.245	18.390	2.581.220	115.684	1.087.428	235.371

Fonte: INEP (2001, 2012, 2016, 2022a, 2022b). Dados organizado pelo autor (2023).

⁵⁸ No ano de 2000, foram ofertadas 6.430 vagas de matrículas para cursos de graduação à distância, todas em IES públicas. Contudo, este dado não consta no total das matrículas divulgadas pelo INEP no ano em alusão. As informações foram divulgadas em separado.

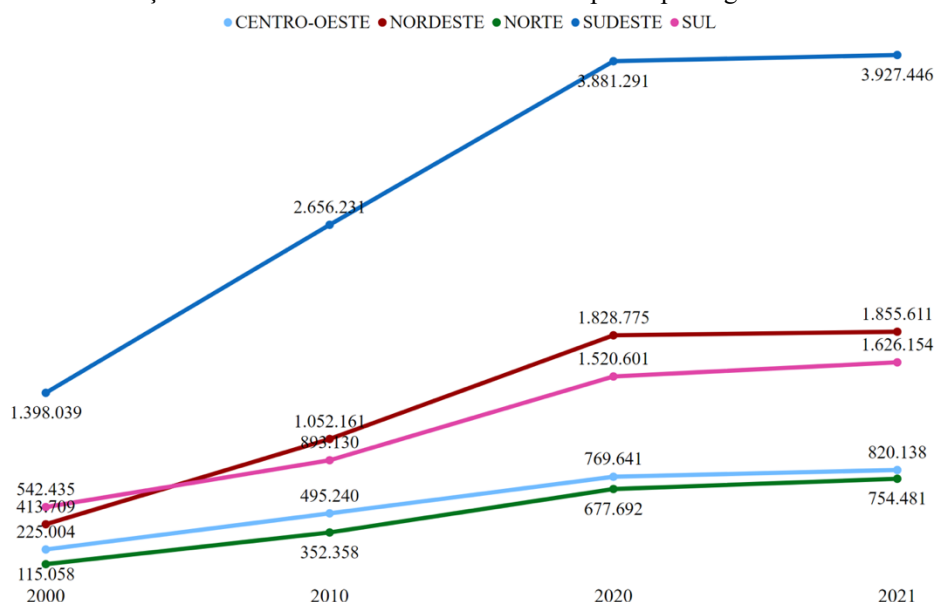
⁵⁹ Soma-se as Faculdades com as Faculdades Integradas, conforme dados do INEP.

⁶⁰ Exclui-se desse total as vagas de cursos na modalidade a distância (EAD) ofertadas por instituições brasileiras no exterior.

Os números apresentados mostram um crescimento exponencial e consistente no número de instituições, oferta de vagas e matrículas. Em 2021, segundo dados do Censo da Educação Superior, tivemos 8.986.554 matrículas na graduação presencial e a distância (INEP, 2022b). Comparado ao ano anterior, o crescimento foi de 3,53%. Essa explosão no número de matrículas se dá pelo impulsionamento do setor privado, onde se concentram 6.907.893 matriculados, enquanto na rede pública existem 2.078.661 matrículas, em 2021. Em termos percentuais, a relação estabelecida é de 77% no privado e 23% no público. Esses dados refletem o resultado de uma política que favoreceu a ampliação de vagas no ensino público, por meio do REUNI, mas que atuou fortemente na relação com o setor privado, por meio do PROUNI e FIES, com duas frentes: a primeira, garantia a ocupação das vagas ociosas nas IES privadas por meio de isenções tributárias; a segunda, concedia financiamento estudantil a juros baixos e acessíveis para o pagamento das mensalidades. O resultado é fácil de perceber com os dados apresentados, ainda que de maneira superficial.

Para além do crescimento na oferta de vagas, era preciso reduzir as discrepâncias existentes entre as regiões, em que pese as suas particularidades e proporcionalidade populacional. O Brasil é um país de contrastes regionais crônicos e persistentes, e isso também se reflete na oferta de ensino superior, onde as vagas estavam concentradas nos grandes centros metropolitanos do Sudeste e Sul do país. Os gráficos que serão apresentados, abaixo, consideram dados de universidades, centros universitários e faculdades públicas e privadas, bem como institutos federais.

Gráfico 1 – Distribuição numérica das matrículas no ensino superior por região no Brasil 2000-2021.

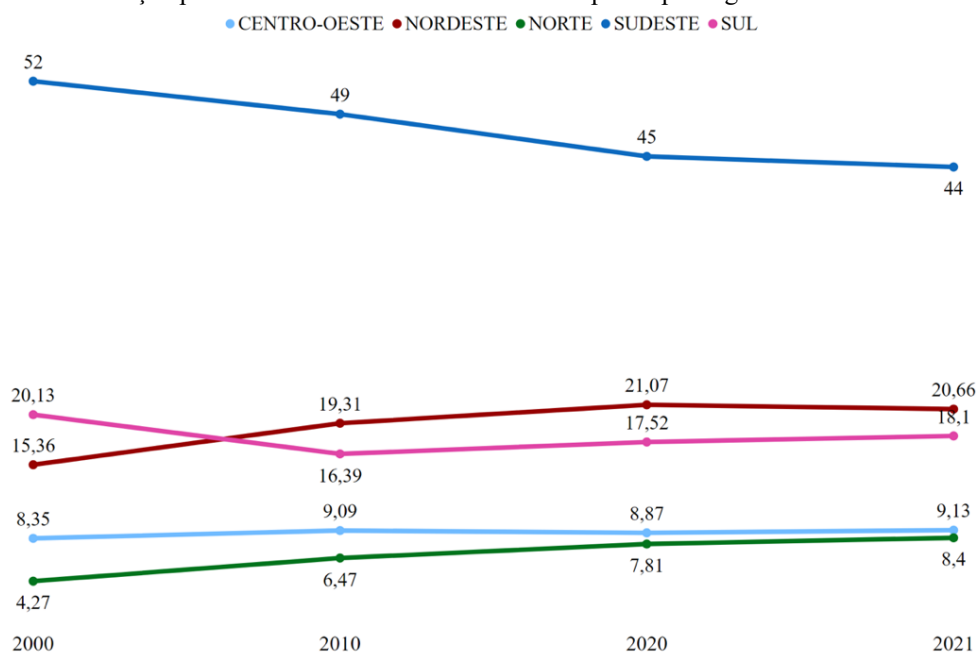


Fonte: INEP (2001, 2012, 2022a, 2022b). Dados organizado pelo autor (2023).

O gráfico acima, ilustra o movimento realizado, no sentido de reduzir as diferenças regionais na oferta de vagas. Em 2000, por exemplo, a Região Nordeste ocupava o terceiro lugar em número de matrículas, atrás da Região Sul. Se considerarmos somente os aspectos populacionais, de pronto evidenciamos a desigualdade existente nessa relação. Com o passar dos anos, temos um realinhamento no número de matrículas, e em 2020 são quatro vezes mais matrículas do que no início da série histórica para o Nordeste. De fato, os territórios antes esquecidos pelo estado brasileiro agora dispõem de um crescimento na oferta das vagas, como a Região Norte, que cresceu mais de 6 vezes o número de matriculados.

Para além dos números brutos, também analisamos a representação percentual da distribuição das matrículas ofertadas por região:

Gráfico 2 – Distribuição percentual das matrículas no ensino superior por região no Brasil 2000-2021



Fonte: INEP (2001, 2012, 2022a, 2022b). Dados organizado pelo autor (2023).

Em termos percentuais, o fosso entre Sudeste-Sul-Centro-Oeste e Norte-Nordeste reduziu. A Região Norte, que outrora tinha metade das matrículas da região Centro-oeste, agora está quase que numericamente empatada. O Nordeste, que antes estava atrás da Região Sul, passou a ocupar a segunda maior oferta de vagas, conforme representatividade populacional. A Região Sudeste, ainda que continue sediando a maior parcela da oferta de vagas, hoje tem uma representação 8% menor. Neste aspecto, as políticas de expansão de vagas, interiorização e criação de novas IES contribuiu, ainda que discretamente, para a redução das assimetrias regionais.

Contudo, a democratização do acesso ao ensino superior não perpassa somente pelo aumento das vagas. Como vimos, as políticas de inclusão oportunizaram aos grupos das camadas populares da sociedade uma vaga na universidade, notadamente nas universidades públicas. Neste aspecto, a análise parte da constatação de que o Brasil, um país com dimensões continentais, guarda em sua estrutura social a mesma dimensão de desigualdade. Como exemplo, segundo dados do PNAD Contínua de 2021 (IBGE, 2022), 56,1% da população é composta por pretos e pardos, enquanto a população autodeclarada branca é de 43%, amarela 0,6% e indígena 0,3%. Essa mesma pesquisa expõe uma face da concentração de renda no país, tendo em conta a questão étnica.

Tabela 3 – Distribuição percentual da população, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento e cor ou raça (%).

REGIÃO	ENTRE OS 10% COM MENORES RENDIMENTOS				ENTRE OS 10% COM MAIORES RENDIMENTOS			
	BRANCA	PRETA	PARDA	PRETA OU PARDA	BRANCA	PRETA	PARDA	PRETA OU PARDA
Brasil	25	10	64	74	71	4	23	28
Norte	10	7	81	88	31	7	61	67
Nordeste	20	10	69	79	40	8	51	59
Sudeste	35	12	52	65	78	4	16	20
Sul	61	6	32	38	89	2	8	10
Centro-Oeste	26	9	64	74	56	5	38	43

Fonte: IBGE (2022). Dados organizado pelo autor (2023).

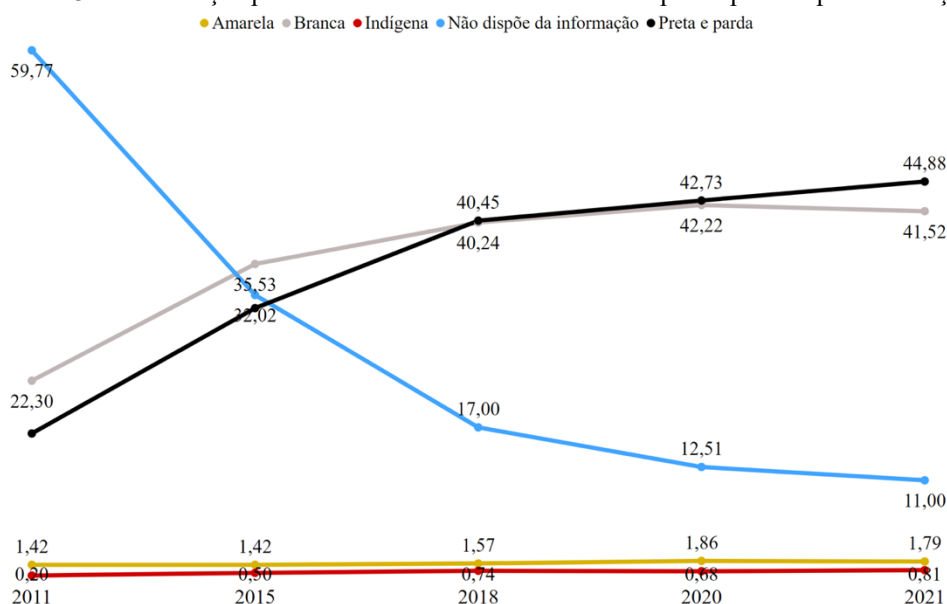
A tabela acima é autoexplicativa, entretanto é necessário estabelecer a crítica aos dados e analisar a interseção com as políticas de inclusão. Dos 10% população que detém os maiores rendimentos, 71% são brancos, enquanto que 28% são pretos ou pardos. Já os 10% que concentram os menores rendimentos, 74% são pretos ou pardos e apenas 25% são brancos. Ou seja, quanto mais preto ou pardo, mais pobre tende a ser. Ainda segundo a PNAD 2021 (IBGE, 2022), o rendimento médio habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade que são pretas ou pardas é de R\$ 1.804, enquanto os brancos têm, nas mesmas condições, renda de R\$ 3.099. Quase duas vezes mais ganha o branco, ocupando os melhores cargos e posições, tendo melhores condições de educação, de moradia, de saúde, de segurança etc.

Quando a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), que dispõe sobre a reserva de vagas nas IES federais, foi sancionada, o cenário não era diferente do que trouxemos aqui. Ela surge justamente como um remédio “temporário” para conter a perda de gerações e gerações que

eram dragadas pela baixa escolarização, falta de oportunidade, falta de emprego, violência e morte. As contradições na sociedade se refletiam no acesso ao ensino superior e as desigualdades educacionais precisavam ser combatidas.

Considerando a lei que garantiu a reserva de vagas nas IES federais, elaboramos um gráfico para ilustrar o impacto da política de cotas na população preta e parda, sobretudo no que tange à presença na academia.

Gráfico 3 – Distribuição percentual das matrículas no ensino superior público por cor e raça 2011-2021

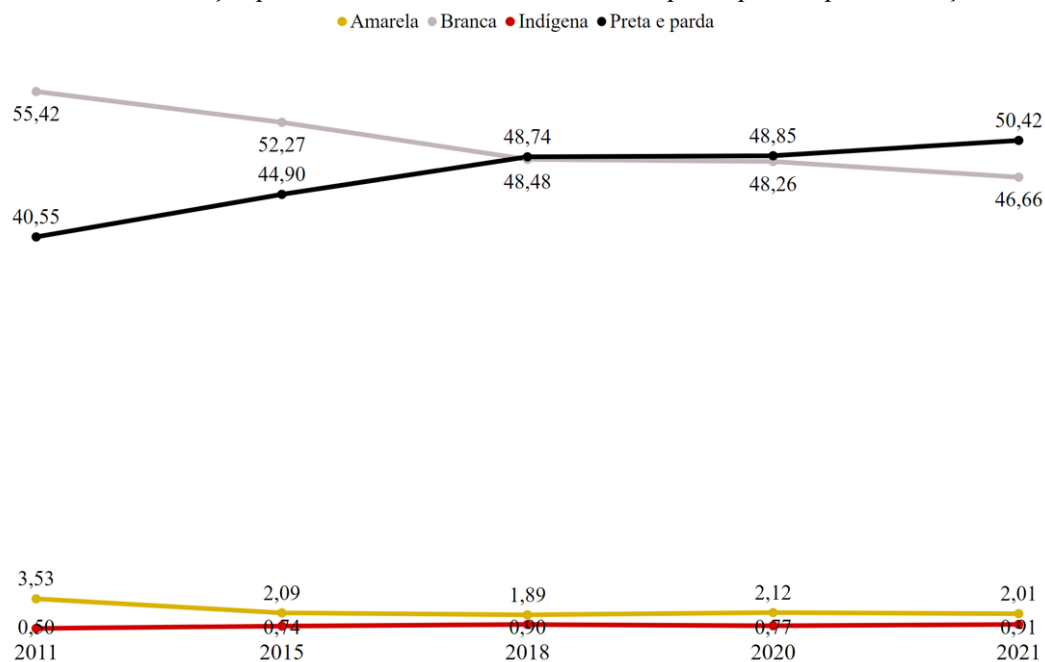


Fonte: INEP (2001, 2012, 2016, 2022a, 2022b). Dados organizado pelo autor (2023).

Esse gráfico foi elaborado com base nos dados de universidades, centros universitários e faculdades públicas e institutos federais. Consideramos as informações dispostas, inclusive as IES que não dispõem da informação⁶¹. Contudo, se considerarmos apenas as pessoas que se autodeclararam, temos o seguinte resultado:

⁶¹ No quesito “Não dispõe da informação” considera-se as instituições que não têm em seus dados informações sobre autodeclaração, bem como aquelas em que apesar de terem o instrumento para autodeclaração, alguns estudantes não quiseram responder sobre sua cor ou raça.

Gráfico 4 – Distribuição percentual das matrículas no ensino superior público por cor e raça 2011-2021



Fonte: INEP, (2001, 2012, 2016, 2022a, 2022b). Dados organizado pelo autor (2023).

Em 2018, temos um marco histórico para as ações afirmativas, visto que o número de matrículas de autodeclarados pretos e pardos superou o de brancos, em um nítido movimento exitoso da política de reserva de vagas. Quando o quesito é pessoa com deficiência e matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, em 2011 tínhamos 6.531 matriculados em IES públicas (INEP, 2012). Após a sanção e entrada em vigor da lei das cotas, mais precisamente no ano de 2013, esse número saltou para 9.406, ou seja, mais de 30%. O Censo da Educação Superior de 2020⁶² divulgou que 19.245 possuem algum tipo de deficiência, ou seja, quase triplicamos o número de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, considerando somente as instituições públicas.

O percurso feito até o momento tem o objetivo de ilustrar, em números simples, que as cotas são uma das medidas mais importantes para a efetivação do direito à educação para os grupos vulnerabilizados do país. Desde as primeiras experiências isoladas até a centralidade que ganhou nos últimos anos, a reserva de vagas tem contribuído significativamente para a diminuição das desigualdades sociais manifestadas também no acesso ao ensino superior.

Os impactos são positivos, entretanto os desafios são em maiores dimensões, sobretudo pelo fato de que não há um consenso formado sobre as cotas e o terreno do debate é arenoso, movediço, pois, de partida, propõe uma guinada sem precedentes na história de dominação

⁶² O Censo da Educação Superior de 2021 não fez a distribuição do número de matrículas por instituição pública e privada, o que nos permite fazer o cálculo somente considerando o censo de 2020.

elitista caucasiana na ocupação das universidades. Nas palavras Gadotti (1981, p. 5, *apud* Martins *et al.*, 2019), “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular”.

Para além desse fator, como já afirmamos, incluir reivindica apoio à permanência, pois somente reservar uma carteira na sala não é suficiente. Neste aspecto é importante frisar que paralelamente à implantação das cotas, tivemos a construção de alternativas para financiamento das universidades no campo da permanência e assistência estudantil, como afirma Duarte Júnior (2020, p. 17)

O debate da permanência estudantil tomou dianteira nesse cenário, uma vez que, a partir da “institucionalização” de um novo perfil socioeconômico nas universidades, registrou-se, na mesma medida, a necessidade latente das IES ampliarem o suporte em infraestrutura (espaços de convivência coletiva, bibliotecas, laboratórios, restaurantes universitários, transportes para garantir participação em eventos, acesso à internet, entre outras ações) bem como, de medidas para atender situações mais individualizadas, como programas de acesso à residências e restaurantes universitários, entre outras necessidades que implicam no desempenho acadêmico dos estudantes.

Igualdade de oportunidade não se concretiza diante das consequências da desigualdade de renda e, neste sentido, é necessário o investimento maciço em programas e ações de permanência estudantil para que as cotas não sejam um movimento *inclusivo excludente*. Resumidamente, o ensino superior brasileiro promove uma guinada sem precedentes em sua história com as experiências das ações afirmativas articuladas com a expansão das vagas no limiar dos anos 2000. Contudo, as respostas às demandas do novo perfil dos estudantes universitários, notadamente em razão de suas dificuldades financeiras, caminharam a passos curtos durante um período expressivo desse processo. Se posicionaram timidamente nos primeiros anos das cotas

É evidente que o principal desafio das IES não seria oportunizar a reserva de vagas, mas, sim, garantir as ações de permanência. Somente no ano de 2010, atendendo a uma reivindicação histórica dos dirigentes de IES federais, com participação importante do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)⁶³ e seus estudos sobre o perfil dos estudantes e a necessidade de ações de permanência, o Governo Federal criou o

⁶³ O FONAPRACE é um colegiado vinculado à ANFIDES, criado por ocasião do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado de 21 a 23 de outubro de 1987, na cidade de Manaus/AM, e congrega os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil.

PANAES, por meio do Decreto nº 7.234/2010. Este dispositivo legal trouxe em seu texto a democratização como objetivo central da assistência estudantil:

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

[...]

(BRASIL, 2010).

Já que a questão econômico-financeira tem impacto direto na continuidade dos estudos, as desigualdades se mostram, em especial, na restrição de acesso à alimentação, ao transporte, à moradia, à inclusão digital, ao material bibliográfico etc. Assim sendo, o PNAES direcionou as ações de assistência estudantil para as áreas ou especificidades onde se materializavam os desafios críticos da permanência dos estudantes:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

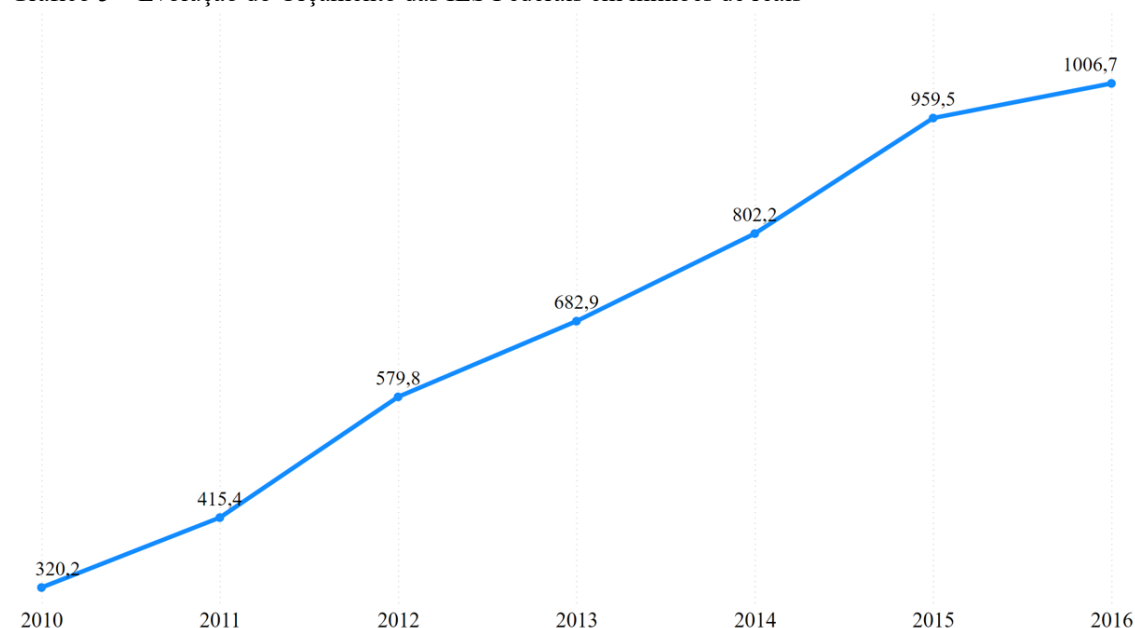
X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

(BRASIL, 2010).

Por meio do PNAES, as IES federais cresceram consideravelmente seus orçamentos na área da assistência estudantil. Dados do Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões

do PNAES, expedidos pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), apontam para um crescimento sem precedentes na história da Rede Federal de Ensino.

Gráfico 5 – Evolução do Orçamento das IES Federais em milhões de reais



Fonte: CGU, Dados organizado pelo autor (2023).

O PNAES representa um marco histórico na assistência estudantil no Brasil, fruto de um contexto de lutas e conquistas protagonizadas por dirigentes universitários e suas entidades representativas, como a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), docentes, técnicos, estudantes e movimento estudantil organizado. Entretanto, em se tratando de assistência estudantil nas instituições estaduais, não houve a mesma atenção.

Após reivindicação das universidades e centros universitários estaduais públicos, o Governo Federal criou o PNAEST, por meio da Portaria Normativa 25, de 2010. Essa iniciativa, voltada exclusivamente para as IES estaduais, foi elaborada sob a mesma base do PNAES, respeitando os mesmos princípios e objetivos, com quase a mesma redação, em alguns aspectos:

PORTARIA NORMATIVA Nº 25, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais - PNAEST, com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual, na forma desta Portaria.

§ 1º São objetivos do PNAEST:

I - fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual;

- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior;
 - III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
 - IV - aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes;
 - V - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
- (BRASIL, 2010).

Em seu Art. 3º, a portaria prescrevia como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

As instituições públicas estaduais de ensino superior que participaram do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), passariam a contar com recursos do governo federal para a promoção de ações voltadas à assistência estudantil. Previa o Art. 5º da portaria que os recursos seriam repassados conforme o número de vagas ofertadas, a saber: instituições que oferecerem até 200 vagas no Sisu, receberão até R\$ 150 mil; entre 201 e 1 mil vagas, até R\$ 750 mil; acima de 1 mil vagas, até R\$ 1,5 milhão. As instituições que ofertassem, na primeira edição do Sisu de cada ano, entre 50% e 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos habilitados a participar da seleção unificada, receberia uma bonificação de até 30% sobre o valor do recurso a ser repassado. Já no caso das instituições que ofertassem acima de 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos, a bonificação seria de até 50% sobre o valor a ser repassado.

Os recursos eram destinados com a vinculação obrigatória ao número de vagas ofertadas via Sisu, tendo como beneficiários estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, oriundos de escola pública e com renda familiar *per capita* não superior a um salário-mínimo e meio. Percebamos que o PNAES e o PNAEST têm pontos comuns ou similaridades que caminham para o mesmo objetivo, que é ampliar as condições de permanência dos estudantes, em especial aqueles de baixa renda e advindos da rede pública. Mas, o PNAEST padecia de burocracia e do não cumprimento das pactuações. Destarte, Duarte Júnior (2020, p. 107) destaca:

É marca de ineficiência, uma vez que, ao não assegurar o repasse acordado como contrapartida pelas vagas ofertadas das universidades estaduais ao processo de seleção unificado, conduzido pelo governo federal, tenciona para o comprometimento, não só do acordo institucional entre estas universidades e a União, mas, fragiliza a meta geral de garantia de condições adequadas de acesso e permanência na educação superior, bem como a diretriz de apoio às instituições de ensino superior não federais.

Para ter acesso aos recursos, as instituições estaduais deveriam, por imposição, participar de editais e/ou chamamentos. As interessadas deveriam apresentar plano de trabalho no prazo fixado em Edital do Sisu, descrevendo a forma de aplicação dos recursos pretendidos. Todas as ações e programas do PNAEST deveriam ter articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, acrescida da vedação que impedia a implantação de programas com pagamento direto de bolsas aos estudantes. Ou seja, um processo de burocratização que contribuiu para o que consideramos um total insucesso do programa, se comparado ao PNAES das federais, para além das dificuldades no cumprimento integral do que foi pactuado em convênios.

Em que pese as dificuldades enfrentadas no PNAEST, sobretudo com o advento da crise político-econômica a partir do ano de 2015, é preciso ressaltar uma virada de chave nas discussões que permeiam o problema da assistência estudantil no Brasil, não sendo diferente nas universidades estaduais. Aliás, as ações afirmativas voltadas à permanência ganham protagonismo e centralidade irreversível, pois se torna imprescindível para a manutenção das políticas conquistadas e que, a rigor, pretende-se que sejam perenizadas.

Seguindo uma tendência nacional, a UERN tem o que consideramos um marco, um antes e depois na assistência estudantil, que coincide com as discussões em nível nacional, ganhando forma e materialidade a partir do ano de 2014, com o redimensionamento das ações e criação de programas de assistência estudantil permanentes, mas que se consolida institucionalmente em 2018, com a criação da PRAE. Para compreender o percurso da assistência estudantil na UERN até esse período, estabeleceremos um diálogo com Duarte Júnior (2013 e 2020), Araújo (2020) e Andrade (2012)⁶⁴, e sobre suas trilhas conduziremos a pesquisa neste quadrante.

Conforme aponta Duarte Júnior (2013), e ao consultarmos o antigo regimento geral da UERN⁶⁵, percebemos de pronto o lugar onde se posicionavam os “assuntos estudantis” da UERN desde 1997: no “Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), listado no regimento como órgão suplementar, ou seja, órgão de suporte imediato das ações da reitoria”. Contudo, após mudanças ocorridas na estrutura dos organogramas da instituição, o DAE passa a compor a estrutura da então PRORHAE. Vale ressaltar que a UERN também já contava em 2008 com

⁶⁴ Nestor Gomes Duarte Júnior, egresso da UERN, pesquisador Doutor em Serviço Social, pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, ex-militante do movimento estudantil que me sucedeu na presidência do DCE da UERN; Maria Luciene Da Silva Araújo, pesquisadora Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da UERN; Maria Edgleuma de Andrade, pesquisadora Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB.

⁶⁵ Aprovado pela Portaria Ministerial N.º 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução N.º 006/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002

um braço forte da assistência estudantil na área de inclusão de estudantes com deficiência por intermédio da DAIN, que oficialmente foi criada pela Resolução do CONSUNI nº 2/2008, de 18 de abril de 2008. Em 2010, ela passa ao *status* de Diretoria, através da Resolução Nº 31/2010-CD/FUERN e, posteriormente, a ser Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas, através da Resolução nº 5/2015-CD/FUERN, e por meio da Resolução Nº 04/2016-CD foi mantida sua natureza de órgão suplementar, ratificando sua denominação e aprovando seu organograma.

Sendo a DAIN um setor transversal, haja vista atuar com a inclusão nos três segmentos, caberia ao DAE atuar como o então “responsável pelo planejamento, coordenação, desenvolvimento e avaliação das atividades relacionadas à política de assistência estudantil da Universidade” (Andrade, 2012, p. 142), com ações nas áreas de moradia estudantil, com as residências universitárias⁶⁶ (os residentes era e ainda são beneficiados com o seguro de vida), programa de bolsas de trabalho, apoio à participação de estudantes em eventos e a inserção de alunos residentes ou em situação de vulnerabilidade no atendimento odontológico.

Andrade (2012) destaca que o DAE realizava um trabalho de apoio e assistência às entidades estudantis, fato que o exercício de resgate da memória nos faz corroborar com a autora, pois enquanto presidente do DCE, durante os anos de 2007-2008, fomos articuladores e intermediadores de repasses financeiros, tanto para o diretório central, quanto para os Centros Acadêmicos que requeressem apoio para alguma atividade ou evento específico. Essas foram as iniciativas com registros históricos que conseguimos evidenciar na pesquisa, com base em consultas aos documentos institucionais, portal da UERN e às pesquisas anteriormente citadas. Quase todas essas ações concentravam-se no *Campus* Central, excetuando-se o Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC's)⁶⁷, que poderia ser acessado pelos estudantes dos *campi* avançados.

No ano de 2014, o então Reitor Pedro Fernandes Ribeiro Neto propôs ao Conselho Diretor da FUERN aquelas que seriam os dois principais programas da universidade no campo da assistência estudantil a partir daquela data. Aprovadas as propostas, foram implantados os dois novos programas de extrema importância para os estudantes da UERN: o Programa de Concessão de Auxílio-Alimentação aos discentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que concedia auxílio financeiro no valor de R\$ 40,00⁶⁸ (quarenta reais) para alunos em

⁶⁶ Apesar de a UERN custear a locação de imóveis para as residências universitárias desde o ano de 1972, essa medida não tinha um marco normativo com caracterização clara de programa, mas apenas uma resolução do Consuni nº 7/2007, que aprovava o Regimento das Residências Universitárias da UERN e revoga a Resolução nº 1/83-CONSUNI.

⁶⁷ Resolução N.º 39/2009-CD, 26 de outubro de 2009, que estabelece critérios para concessão de auxílio à participação de estudantes em Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais-AACC's.

⁶⁸ Valor ampliado para R\$ 80,00, posteriormente.

situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando custear as despesas com alimentação; e o Programa de Apoio ao Estudante (PAE), que concede um valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) também para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para custear despesas com moradia, alimentação, transporte e reprografia. O PAE viria a se tornar o principal programa de assistência estudantil por conta do valor de da grande disponibilidade de vagas.

Ainda em 2014, a UERN implanta, por meio da DAE⁶⁹, o atendimento multiprofissional para os alunos, inicialmente com o serviço de psicologia. Mais tarde, esse serviço seria ampliado e conta, na presente data, com psicologia clínica, psicologia educacional, psicopedagogia e serviço social.

Em 2016, o Governo do Estado implanta na UERN, a pedido do Reitor Pedro Fernandes Ribeiro Neto, uma unidade do Restaurante Popular, ofertando almoço pelo preço de R\$ 1,00 (um real), subsidiado pelo programa de segurança alimentar da Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação Social (SETHAS). Até 2017, eram servidas apenas as refeições do almoço, quando, em julho de 2018, menos de um mês após a criação da PRAE, solicitamos ao então secretário da SETHAS, Vagner Araújo, a implantação do café da manhã no restaurante situado no *Campus* Central. O pleito foi atendido e no mês de setembro desse ano foram ofertados 250 cafés por dia para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica da instituição.

No dia 1º de outubro de 2017, tomamos posse como Diretor da Diretoria de Assuntos Estudantis da UERN, a DAE, que outrora fora departamento. Fomos incumbidos pelo Reitor Pedro Fernandes de propor a criação da PRAE, que já vinha a um certo tempo sendo pautada, mas que não conseguia, em suas palavras, “destravar a tramitação nos conselhos”. Após contar com a ajuda do então Assessor Jurídico da UERN, professor Humberto Fernandes, conseguimos pautar a PRAE no Conselho Diretor para que este autorizasse a criação e o CONSUNI procedesse com a alteração do estatuto, criando definitivamente a tão sonhada PRAE. Em 19 de junho de 2018, o Conselho Universitário aprovou a criação deste, que é o maior marco na política de assistência estudantil da UERN.

Dessa data em diante, a assistência estudantil da universidade só cresceu, sobretudo com a criação de novos programas. Todavia, isso só foi possível porque no ano de 2019, na condição de pró-reitor, iniciamos os diálogos com o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) sobre o acesso da UERN aos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), os quais sempre foram mediados pela então Secretária da SETHAS, Íris Maria de

⁶⁹ Antes Departamento, transformou-se em Diretoria, no ano de 2013.

Oliveira (2019-2022), a quem atribuímos todo o crédito pelas conquistas relacionadas ao FECOP.

No dia 25 de junho de 2019, o CCPIS apreciou e aprovou o pleito da UERN, minutado pelo então Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e assinado pelo Reitor Pedro Fernandes, que solicitava a concessão de 200 bolsas no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para estudantes carentes da UERN (Moura, 2019).

O pleito tinha como base o quadro e o perfil socioeconômico dos estudantes da UERN, que contava com mais de 80% de seus alunos oriundos da rede pública de ensino, conforme dados do questionário socioeconômico e cultural da UERN de 2017 (IDUERN). Grande parte desses eram, ao mesmo tempo, pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, chegando a sequer terem renda familiar, dada a condição de desemprego de seus pais, perfazendo um total de 2,5% de alunos. Já 37,4%, têm renda familiar de até 01 (um) salário por mês.

O mesmo questionário apontava que aproximadamente 25% dos estudantes tinham renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo, ou seja, R\$ 238,50 à época. Um outro dado importante é que dos alunos que tinham renda familiar de até um salário-mínimo, 15% possuem filhos com idade entre 0 e 5 anos. Esse quadro se torna mais desafiador quando analisávamos a escolaridade dos pais e mães de estudantes. Para se ter uma ideia, 50% das mães sequer chegaram a cursar o ensino médio e 9% o ensino fundamental. Quanto à escolaridade dos pais, o cenário é ainda mais delicado, pois 61% não chegou a cursar o ensino médio e 17% o ensino fundamental.

Foto 12 - Reunião do Conselho Consultivo das Políticas de Inclusão Social, em 25/06/2019



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Após o deferimento do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão social, a governadora Fátima Bezerra expediu o Decreto nº 29.167, de 25 de setembro de 2019, abrindo crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em favor da FUERN para que esta procedesse com a implantação das bolsas aprovadas ainda nesse ano. O Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado, em sua edição 14.506, de 26 de setembro de 2019.

Imagem 2 – Recorte do Diário Oficial do Estado

Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Administração da Exma. Sr^a. Maria de Fátima Bezerra - Governadora

ANO 86 • NÚMERO: 14.507 NATAL, 26 DE SETEMBRO DE 2019 • QUINTA - FEIRA

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 10.602, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Estadual a transferir, impenhoravelmente, a sede do Governo para o Município de Mossoró/RN.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, FAÇO SABER: que o Poder Legislativo decretou e eu, no exercício da seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a sede do Governo para a cidade de Mossoró, neste Estado, no período compreendido entre os dias 26 a 30 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Desembargos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 25 de setembro de 2019, 190º da Independência e 131ª da República.

FÁTIMA BEZERRA
Governadora

DECRETO Nº 29.167, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 para a fim que especifica e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 64, V, última parte, da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 10.473, de 18 de janeiro de 2019, combinada com o Decreto nº 28.708, de 19 de fevereiro de 2019, bem como aprovação do Secretário de Estado de Planejamento e das Finanças, através do processo nº 0201006.00170/2019 - R3 - SEPLAN,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), as dotações especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, as anulações em igual valor das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste Decreto, conforme disposto a Lei Federal nº 4.130, de 17 de março de 1964, no seu artigo 43, § 1º, inciso III.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Desembargos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 25 de setembro de 2019, 190º da Independência e 131ª da República.

FÁTIMA BEZERRA
José Aldemar Torres

Programa de Trabalho	Nome do Projeto	Modalidade	Fonte	Valor
001 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00
002 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00
003 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00
004 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00

DECRETO Nº 29.168, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 para a fim que especifica e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 64, V, última parte, da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 10.473, de 18 de janeiro de 2019, combinada com o Decreto nº 28.708, de 19 de fevereiro de 2019, bem como aprovação do Secretário de Estado de Planejamento e das Finanças, através do processo nº 0201006.00170/2019 - R3 - SEPLAN,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), as dotações especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, as anulações em igual valor das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste Decreto, conforme disposto a Lei Federal nº 4.130, de 17 de março de 1964, no seu artigo 43, § 1º, inciso III.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Desembargos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 25 de setembro de 2019, 190º da Independência e 131ª da República.

FÁTIMA BEZERRA
José Aldemar Torres

Programa de Trabalho	Nome do Projeto	Modalidade	Fonte	Valor
001 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00
002 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00
003 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00
004 - Manutenção e Conservação de Imóveis	Manutenção e Conservação de Imóveis	Orçamentária	000000	R\$ 100.000,00

DECRETO Nº 29.170, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

Prorroga, para o dia 30 de setembro de 2019, o prazo para pagamento do ICMS antecipado com vencimento em 25 de setembro de 2019.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V, da Constituição Estadual,

Considerando o adiamento do processamento extrajudicial de notas fiscais relativas ao ICMS;

Considerando o princípio da razoabilidade, visando assegurar os interesses dos contribuintes;

DECRETA:

Art. 1º Excepcionalmente, fica prorrogado para o dia 30 de setembro de 2019, o prazo para pagamento do ICMS antecipado com vencimento em 25 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Desembargos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 25 de setembro de 2019, 190º da Independência e 131ª da República.

FÁTIMA BEZERRA
Carlos Eduardo Torres

www.diariooficial.rn.gov.br - Editoria: (084) 3232 - 6795 - Publicação - (084) 3232 - 6785 Edição de hoje 20 páginas Encerrada às 21h50

Fonte: DOE, 2019.

Junto com a aprovação das bolsas, foi reivindicado junto à SETHAS a implantação do programa *Sopa Cidadã*, que faz parte do conjunto de ações na área de segurança alimentar do Governo do Estado. Em julho de 2019, após apreciação de um estudo apresentado pela UERN, por intermédio da PRAE, a Secretária Íris Oliveira autorizou o funcionamento da *Sopa Cidadã* no restaurante popular, situado no *Campus* Central da UERN (Freire, 2019)⁷⁰, em Mossoró. Isto significa que este *Campus* conta com café, almoço e jantar para os estudantes e comunidade em geral, pois o equipamento fica aberto para que toda a população que preencha o perfil social possa utilizar. Os preços das refeições eram R\$ 0,50 o café, R\$ 1,00 o almoço e R\$ 0,50 o jantar, podendo o estudante realizar as três refeições com R\$ 2,00, por dia.

⁷⁰ Matéria divulgada no Portal da UERN.

Após o êxito da iniciativa de implantação e ampliação do Restaurante Popular no *Campus* Central da universidade, beneficiando estudantes de Mossoró e várias cidades, bem como a comunidade externa, a UERN propôs a celebração de um Termo de Cooperação Técnica visando a implantação de unidades de Restaurante Popular nos *campi* da instituição, mediante apresentação de estudo de viabilidade que comprovasse as condições estruturais e de atendimento ao público-alvo dos programas de segurança alimentar do Governo do Estado.

Imagem 3 – Recorte do Diário Oficial do Estado com publicação do Termo de Cooperação.

[illegible]

Fonte: DOE, 2019.

Em 26 de setembro de 2019, a secretária Iris Oliveira assina junto com o reitor Pedro Fernandes o Termo de Cooperação que possibilitaria a implantação das unidades do restaurante popular nos *campi* da universidade.

Ainda na pauta da segurança alimentar para os estudantes, a PRAE apresentou um novo estudo solicitando a implantação de uma unidade do Restaurante Popular no *Campus* Avançado de Patu, ofertando o serviço do programa *Café Cidadão*. Na exposição de motivos para a implantação deste Programa no *Campus* aludido, solicitamos a transferência de uma unidade do referido programa que funcionava no centro daquela cidade, mas que restringia o atendimento à população mais carente.

O documento continha o resultado de uma pesquisa aplicada pela universidade demonstrando a viabilidade da mudança, sob todos os aspectos. Os dados apontavam para o fato de que 92,1% de entrevistados avaliava positivamente a mudança do restaurante para a UERN. A pesquisa também mostrou que 83,5% do público respondente “utilizará mais” os serviços do programa, caso houvesse transferência para o *Campus* da UERN, enquanto 4,3% “utilizará menos” e 12,2% “permanecerá do mesmo jeito”. Ou seja, restou constatado que uma transferência do *Café Cidadão* para o *Campus* da UERN agradaria o público e representaria uma melhora substancial, não só tocante às condições de infraestrutura (pátio, internet, banheiros, cozinha, refeitório etc.) e acessibilidade (rampas, corrimão, calçadas etc.), mas também no fácil alcance para a utilização do Programa.

Foram entrevistadas 254 pessoas, entre os dias 24 e 26 de julho de 2019, com área abrangência de 14 bairros da cidade de Patu, 3 zonas rurais e, ainda, estudantes de 13 municípios do Estado do Grande do Norte e 5 de municípios de outros estados vizinhos. A margem de erro foi de 3% (três por cento) e o nível de confiança de 95% (noventa e cinco por cento).

No dia 12 de julho, a representação da SETHAS fez uma inspeção (Moura, 2019)⁷¹ no prédio do *Campus* Avançado de Patu, identificando todas os pontos favoráveis e desfavoráveis à implantação do Restaurante Popular. A então diretora, professora Cláudia Tomé, prestou todo o apoio necessário ao êxito da instalação do equipamento, inclusive participando da vistoria e se comprometendo com as providências necessárias.

Foto 13 - Vistoria da SETHAS nas instalações do Campus Avançado de Patu



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

⁷¹ Matéria divulgada no Portal da UERN.

No dia 20 de dezembro de 2019, o Restaurante Popular iniciou suas atividades no *Campus* Avançado de Patu, proporcionando aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica alimentação de qualidade a um preço de R\$ 0,50.

Os diálogos entre UERN e SETHAS avançavam e a meta era implantar os programas de segurança alimentar em todos os *campi*. Entretanto, com a pandemia da COVID-19, o quadro econômico agravou e uma crise financeira comprometeu a arrecadação dos recursos previstos na legislação para o FECOP. Isso impediu a instalação de uma unidade no *campus* de Pau dos Ferros, que seria a próxima a receber, e nos demais *campi*.

O ano de 2019 foi particularmente importante para a UERN, pois foi o ano em que muitas mudanças e conquistas ocorreram. Coincidência ou não, foi o primeiro ano após criação da PRAE e o ano em que sua atuação cresceu exponencialmente, principalmente com a conquista de novos recursos. Em junho de 2019, o Conselho Diretor aprovou a Resolução 3/2019, de 6 de junho de 2019, que dispõe sobre o Programa Auxílio Fotocópia. Esse programa autoriza a UERN a instituir um auxílio para custear exclusivamente o custeio das despesas com as cópias reprográficas inerentes ao desempenho das atividades acadêmicas, tais como cópia de livros, trabalhos de conclusão de curso em geral, artigos, textos, folders, slides etc., para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É necessário ressaltar que em julho de 2019, o CCPIS iniciou as discussões sobre a partilha dos recursos do FECOP dentro do PPA 2020-2023. Ao se abrir uma janela de oportunidade, consultamos o reitor Pedro Fernandes sobre a possibilidade de propor um plano de trabalho ao CCPIS, para além das bolsas que já havíamos conquistado. Em diálogo com a então Chefe de Gabinete da Reitoria, professora Cicília Raquel Maia Leite, apresentamos o plano que previa a criação de novos programas, como o auxílio-creche, moradia universitária, um programa geral de bolsas (que viria a se tornar o Pró-Uern) e a construção de um prédio para residências universitárias (que mais tarde se transformaria em um equipamento multiuso voltado à inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade). A professora Cicília Maia fez apenas um questionamento: “é possível?” De *bate-pronto*, respondemos: “confie!” Foi o suficiente para marcarmos uma reunião, apresentarmos ao reitor a proposta e ouvirmos dele o aval para iniciar as tratativas.

Assim, elaboramos uma apresentação com o diagnóstico atualizado do perfil socioeconômico dos estudantes da UERN. Com o plano de trabalho pronto, submetemos as propostas simplificadas para aprovação de programas e projetos a serem financiados pelo FECOP no PPA 2020-2023. O CCPIS aprovou integralmente todas as nossas propostas, restando tão somente à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do Governo do Estado

estabelecer os tetos orçamentários, considerando a previsão de arrecadação do FECOP para o período. Após a SEPLAN se manifestar, em 2 de agosto de 2019, a UERN foi contemplada com R\$ 10.879.200,00, distribuídos conforme abaixo:

Imagem 4 – Quadro com a partilha dos recursos do FECOP com tetos da SEPLAN

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)
Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS)

Natal, 02 de agosto de 2019

Segunda Reunião ordinária do CCPIS, 30 de julho de 2019

PROPOSIÇÕES PARA FINANCIAMENTO COM RECURSOS DO FECOP E TETOS ORÇAMENTÁRIOS PARA O PPA 2020-2023

ÓRGÃO	Valor proposto para partilha 2020	TETO 2020	Valor proposto para partilha 2021	TETO 2021	Valor proposto para partilha 2022	TETO 2022	Valor proposto para partilha 2023	TETO 2023	TOTAL INVESTIMENTOS PROPOSTOS - PPA 2020-2023	TOTAL TETO PPA 2020-2023
PROJEÇÕES DE RECEITA PARA O FECOP	161.000.000,00	161.000.000,00	170.982.000,00	170.982.000,00	181.582.884,00	181.582.884,00	192.841.022,81	192.841.022,81	706.405.906,81	706.405.906,82
TOTAL DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	190.884.904,76		177.984.276,70		187.478.778,78		172.433.687,44		728.781.647,68	-
SALDO	- 29.884.904,76		- 7.002.276,70		- 5.895.894,78		20.407.335,37		- 22.375.740,87	-
17000 Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE)	4.150.000,00	3.361.500,00	4.150.000,00	3.735.000,00	4.150.000,00	3.735.000,00	4.150.000,00	5.395.000,00	16.600.000,00	16.226.500,00
00000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF)	14.500.000,00	11.745.000,00	18.900.000,00	17.766.000,00	17.500.000,00	15.750.000,00	17.500.000,00	19.775.000,00	68.400.000,00	65.036.000,00
17202 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	3.000.000,00	2.700.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.390.000,00	12.000.000,00	12.090.000,00
19000 Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN)	1.610.000,00	1.610.000,00	1.700.900,00	1.700.900,00	18.100.000,00	18.100.000,00	1.518.000,00	1.715.340,00	22.928.900,00	23.126.240,00
24000 Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP)	19.320.000,00	19.320.000,00	20.517.840,00	20.517.840,00	21.789.946,08	21.789.946,08	23.140.922,74	23.140.922,74	84.768.708,82	84.768.708,82
26000 Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS)	111.942.670,06	91.781.092,00	100.928.302,00	96.783.415,42	93.872.598,00	91.061.943,30	93.418.530,00	105.656.445,19	400.162.100,06	385.282.895,91
26202 Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN (FUNDASE)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.260.000,00	8.000.000,00	8.260.000,00
26203 Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB)	13.300.000,00	10.773.000,00	13.300.000,00	12.502.000,00	13.300.000,00	12.768.000,00	13.300.000,00	15.029.000,00	53.200.000,00	51.072.000,00
Fundação José Augusto (FJA)	1.166.300,00	1.107.985,00	1.166.300,00	1.166.300,00	1.166.300,00	1.166.300,00	1.166.300,00	1.341.245,00	4.665.200,00	4.781.830,00
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)	3.360.000,00	2.721.600,00	2.160.000,00	2.052.000,00	2.560.000,00	2.457.600,00	3.200.000,00	3.648.000,00	11.280.000,00	10.879.200,00
Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJDH)	8.056.500,00	6.606.330,00	1.681.500,00	1.614.240,00	1.560.500,00	1.498.080,00	1.560.500,00	1.794.575,00	12.859.000,00	11.513.225,00
31202 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	2.893.932,70	2.749.236,07	2.893.932,70	2.893.932,70	2.893.932,70	2.893.932,70	2.893.932,70	3.328.022,61	11.575.730,80	11.865.124,07

Secretaria Executiva do CCPIS

Fonte: Secretaria Executiva do CCPIS (2019)

Após a aprovação e divulgação dos valores a serem repassados, percebemos que a partir daquele momento a UERN iniciava um novo momento para o financiamento de sua política de assistência estudantil. Saltamos de um orçamento que outrora era de R\$ 900.000,00 para mais de R\$ 3.000.000,00 por ano, somente para bolsas estudantis. Foi a partir da conquista desses recursos que criamos programas, ainda em 2019, como o Programa de Moradia Universitária, redimensionando o antigo programa de residências, o Programa de Apoio ao Estágio Curricular Supervisionado Não-obrigatório, que apesar de não ter recursos do FECOP foi aprovado pela liberação dos recursos da fonte 100.

O novo Programa de Moradia Universitária, instituído pela Resolução 8/2019 – CD, de 5 de dezembro de 2019, foi efetivado por meio das modalidades Residências Universitárias (imóvel mantido pela FUERN para residência dos estudantes) e Auxílio Financeiro, sendo este último destinado ao apoio no pagamento de aluguel de imóvel, vedada a acumulação das duas formas de benefício. Já o Programa de Apoio ao Estágio Curricular Supervisionado Não-

Obrigatório, instituído pela Resolução 9/2019 – CD, de 5 de dezembro de 2019, visa fomentar a prática do estágio, tanto internamente, quanto nos demais órgãos públicos, Iniciativa Privada e Terceiro Setor, respeitadas as dimensões educativa, de fiscalização e de expansão do estágio. Esse programa possibilitou a abertura de campos de estágios não-obrigatórios no interior da UERN, com o pagamento de bolsa para os alunos e proporcionando o aprimoramento da relação teoria-prática na formação.

O ano de 2020 foi desafiador em todos os aspectos, pois com o advento da pandemia da COVID 19, que tanto causou mortes e dilacerou famílias, para além das repercussões sociais e de aumento da pobreza, teve impactos severos no ensino superior. No dia 15 de março de 2020, a UERN suspendeu todas as suas atividades administrativas e acadêmicas presenciais por meio da Portaria 346/2020 – GP/FUERN. Nesse período, a UERN funcionou pelo formato remoto com quase todas as suas atividades.

No dia 20 de maio de 2020, o Conselho Diretor da UERN aprovou o Programa de Fomento às Ações de Assistência a Permanência Estudantil no âmbito da Uern (Pro-Uern). O Programa garante o apoio e o financiamento, por meio de bolsas ou auxílio financeiro, de iniciativas ligadas às áreas do ensino, pesquisa, extensão, esportes, eventos, transporte, cultura e inclusão que auxiliem no combate à pobreza manifestada por meio das desigualdades sociais e regionais no interior da UERN.

Foi por meio do Pro-UERN que implementamos o Auxílio Inclusão Digital, medida que oportunizou aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica uma bolsa no valor de R\$ 1.000,00 para adquirir equipamentos (computador, tablet ou *smartfone*) e custear a internet banda larga para assistir aula no formato remoto⁷². O primeiro edital do Auxílio Inclusão Digital ofertou 1.000 auxílios, perfazendo um total de R\$ 1.000.000,00 investido em apenas um mês, fato sem precedentes na história da UERN. De lá para cá, outros editais foram lançados e o Auxílio Inclusão Digital passou a constar nos discursos de formandos em todos os *campi*, dada a sua importância em um momento tão sensível da instituição.

O último programa criado em nossa passagem pela PRAE, foi o Auxílio-creche. A ideia desse programa surgiu após relatos que ouvimos, no ano de 2019, em uma visita ao *Campus Avançado* de Pau dos Ferros, de que uma estudante, mãe de uma bebê de 4 meses, estaria

⁷² O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UERN aprovou a Resolução 70/2020, que estabeleceu o calendário no formato remoto. Em seu artigo 11, a resolução prescrevia: “com o objetivo de garantir o acesso às ferramentas digitais no semestre letivo 2020.2, o estudante de graduação da modalidade presencial, regularmente matriculado e em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, poderá receber auxílio financeiro para tal finalidade, por meio do Programa de Fomento às ações de Assistência à Permanência Estudantil – Pro-Uern ou outros programas institucionais”.

levando sua filhinha para a sala de aula para não perder o seu curso. Aquele relato nos tocou profundamente e nos inquietou, pois seria algo extremamente desafiador naqueles dias uma mãe percorrer quilômetros e quilômetros de uma cidade para outra⁷³ com uma criança de 4 meses para assistir aula. O desafio revelava também o tamanho da força de vontade daquela estudante que só por ser mulher, em uma sociedade machista e patriarcal, já teria mil e uma dificuldades para terminar um curso superior.

No dia seguinte à vista, buscamos nos dados do IDUERN informações sobre estudantes mulheres com renda familiar até um salário-mínimo e que possuíam filho. Ao extrair a informações, constatamos que dos alunos que tinham renda familiar de até um salário-mínimo, 15% possuem filhos com idade entre 0 e 5 anos. Era, portanto, o caso e o dado, a necessidade e a informação que subsidiariam a elaboração de uma proposta de resolução criando o Auxílio-creche. O reitor Pedro Fernandes prontamente acatou a proposta e solicitou que encaminhássemos à Secretaria dos Conselhos para distribuição e apreciação.

Uma passagem que marcou pessoalmente esta trajetória, foi em uma de nossas viagens à Natal para tratar dos recursos do FECOP quando, ao entrar na capital do estado, recebemos uma ligação de uma servidora do *Campus* de Pau dos Ferros chamada Débora Sizenando. Dizia ela que uma aluna gostaria de falar conosco sobre uma matéria que havia lido no portal da UERN e que tratava sobre a proposta do auxílio-creche, que havia sido protocolada junto aos conselhos superiores. Ao explicar a proposta relatamos que a ideia, inclusive, teria surgido por conta do caso de uma aluna do *Campus* de Pau dos Ferros que estaria levando sua filha para a sala de aula para não perder o curso. Repentinamente, percebemos um silêncio momentâneo na ligação seguido de um choro incontido, copioso.

A aluna de nome Samara Lopes, que nos ligara para saber mais informações e tirar dúvidas sobre a proposta, era justamente a aluna que lutava bravamente para não perder o seu curso por conta da maternidade. Ao ver que sua história não passou despercebida e que a universidade não se omitira diante da situação ela agradeceu de forma tão genuinamente pura que não conseguimos conter as lágrimas da emoção. Naquele dia, percebemos que nossa passagem pela PRAE representava mais do que um cargo, era uma missão de vida, era lutar para materializar todas as pautas que outrora reivindicávamos quando éramos presidente do DCE.

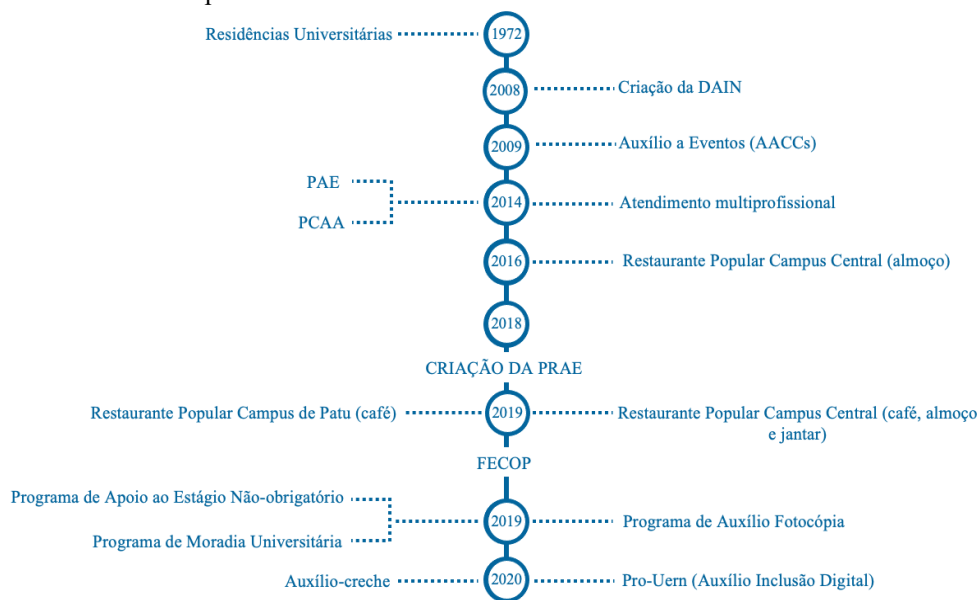
O Programa Auxílio-creche foi aprovado pelo Conselho Diretor no dia 20 de outubro de 2020, ganhou número – 9/2020-CD/FUERN – e forma – auxílio financeiro no valor de

⁷³ Tratava-se de uma estudante que residia na cidade de Doutor Severiano, distante quase 25 quilômetros de Pau dos Ferros.

destinado as (aos) estudantes regularmente matriculadas (os) nos cursos de graduação presencial da UERN com filhos de idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos para custear as despesas com creche, pré-escola ou cuidador, enquanto a (o) estudante desempenha suas atividades acadêmicas. O lançamento do Programa aconteceu no dia 7 de fevereiro de 2022 (Lançamento [...], 2022)⁷⁴, com a participação de Samara Lopes, contando a sua história de vida.

A imagem, abaixo, ilustra resumidamente a trajetória de todos os programas de assistência estudantil da UERN ao longo de sua história.

Figura 4 – Linha do tempo da assistência estudantil da UERN



Fonte: UERN/PRAE, organizado pelo autor (2022)

No tópico a seguir, apresentaremos os principais números da assistência estudantil da UERN em articulação com o contexto socioeconômico dos estudantes e seus impactos ao longo dos anos. A importância dos programas de assistência de uma universidade socialmente referenciada perpassa o atendimento das necessidades imediatas de seus beneficiários e a compreensão de que esta é parte determinante para sua manutenção na academia.

3.3 Para além do que os olhos podem ver transformar vidas no esperar pelos caminhos a várias mãos

Araújo (2020) utiliza uma expressão “PRAE: uma pró-reitoria socialmente necessária”, para se referir a esse órgão da estrutura administrativa da UERN, sintetizando a dimensão de

⁷⁴ Sessão de lançamento do primeiro edital do Programa Auxílio-creche.

sua importância. Acrescentamos que a assistência estudantil não surge a partir da PRAE, entretanto ela é o símbolo de consolidação da assistência estudantil como centralidade estratégica de combate às desigualdades sociais e regionais, respeito à diversidade e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso dos estudantes⁷⁵. A UERN transforma vidas e neste tópico propomos apresentar os dados acerca dos programas de assistência como forma de dimensionar o resultado do trabalho da instituição, visando a permanência de seus estudantes.

A UERN conta, hoje, com uma oferta de vagas com reserva nos programas de cotas já mencionados nesta pesquisa. Atualmente, segundo informações repassadas pelo Pesquisador Institucional⁷⁶, em 23 de março de 2023, a Cota Social subdivide-se em Egressos de Escola Pública (EEP) e Pretos, Pardos e Indígenas (PPI). Dessa forma, no último processo seletivo foram ofertadas 499 vagas para EEP e 757 vagas para PPI. Já para a cota de Pessoa Com Deficiência, foram ofertadas 148 vagas.

Segundo dados do Censo da Educação Superior informados pela UERN e repassados pelo Pesquisador Institucional, a UERN tem estudantes dos 27 estados da federação, na seguinte proporção:

Tabela 4 – Distribuição de alunos por estado

ESTADO	TOTAL DE ALUNOS	%
Rio Grande do Norte	7.635	80,67
Ceará	830	8,77
São Paulo	274	2,89
Paraíba	249	2,63
Pernambuco	73	0,77
Rio de Janeiro	46	0,49
Minas Gerais	44	0,46
Distrito Federal	41	0,43
Bahia	37	0,39
Pará	31	0,33
Goiás	25	0,26
Paraná	22	0,23
Piauí	20	0,21
Maranhão	19	0,20

⁷⁵ Art. 47, do Estatuto da UERN.

⁷⁶ Servidor da UERN designado para atuar como responsável pelo censo da educação superior e demais informações e dados estatísticos da instituição.

Rio Grande do Sul	18	0,19
Santa Catarina	13	0,14
Mato Grosso	12	0,13
Sergipe	12	0,13
Tocantins	11	0,12
Amazonas	10	0,11
Espírito Santo	10	0,11
Mato Grosso do Sul	8	0,08
Alagoas	7	0,07
Rondônia	6	0,06
Amapá	5	0,05
Acre	4	0,04
Roraima	3	0,03

Fonte: Censo do Ensino Superior 2021 UERN, Pesquisador Institucional (2023)

A universidade tem estudantes de todas as unidades da federação, o que mostra o tamanho de sua capilaridade e, por conseguinte, reivindica ainda mais atenção da assistência estudantil em decorrência da mobilidade regional que se estabeleceu a partir da adesão ao ENEM/Sisu. O Rio Grande do Norte é o estado com mais estudantes na UERN, 80,67%, seguindo por Ceará, São Paulo e Paraíba, com 8,77%, 2,89% e 2,63, respectivamente.

Já quando analisamos o número de cidades de origem dos alunos, identificamos o número de 526 distribuídas por todo o país, confirmando o alto grau de heterogeneidade regional.

Tabela 5 – Número de cidades de origem dos estudantes por estado.

ESTADO	CIDADES
Rio Grande do Norte	119
Ceará	63
São Paulo	69
Paraíba	42
Pernambuco	26
Rio de Janeiro	12
Minas Gerais	32
Distrito Federal	1
Bahia	19
Pará	20
Goiás	18

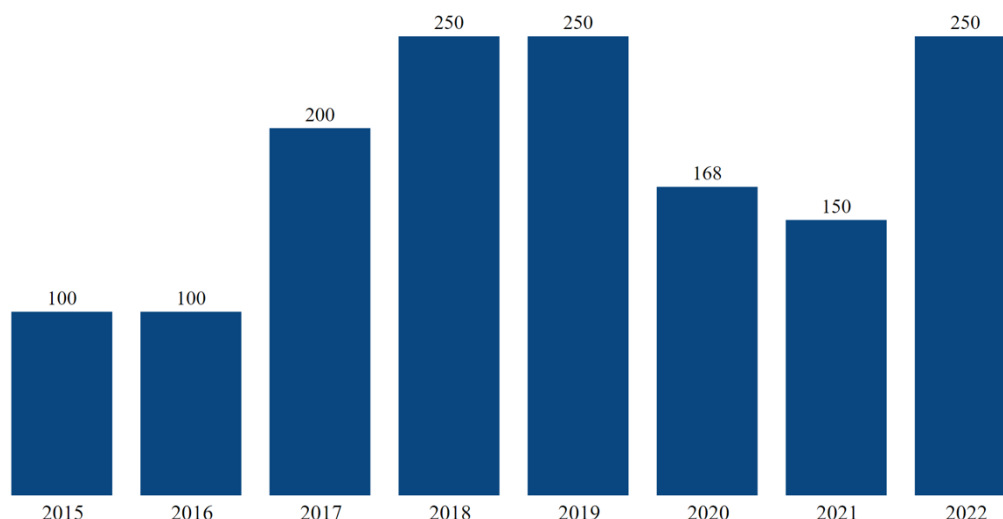
Paraná	16
Piauí	8
Maranhão	12
Rio Grande do Sul	14
Santa Catarina	11
Mato Grosso	9
Sergipe	5
Tocantins	6
Amazonas	2
Espírito Santo	7
Mato Grosso do Sul	5
Alagoas	2
Rondônia	2
Amapá	2
Acre	2
Roraima	2
TOTAL	526

Fonte: Censo do Ensino Superior 2021 UERN, Pesquisador Institucional (2023)

Ao acolher estudantes de todas as unidades da federação, distribuídos por 526 cidades, considerando que grande parte desses são oriundos do sistema de cotas e, portanto, em maior ou menor grau de vulnerabilidade socioeconômica, fica evidente a necessidade de se planejar ações de permanência em todas as áreas (moradia, alimentação, auxílios financeiros etc.). Partindo dessa compreensão, os programas e ações de permanência estudantil se tornam decisivos na manutenção das baixas taxas de retenção e evasão no interior dos cursos.

O PAE destina anualmente 250 vagas de bolsas distribuídas nos dois semestres letivos, sendo o primeiro 150 vagas, e o segundo 100. O valor da bolsa é R\$ 300,00, pagos mensalmente durante 10 meses, renovável até uma vez por igual período, e destina-se aos estudantes oriundos de escola pública e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar *per capita* não superior a 1/3 do salário-mínimo. Do total de vagas, 5% é destinado aos estudantes com deficiência, uma conquista protagonizada pela DAIN a partir dos diálogos e da institucionalização das práticas inclusivas no interior da UERN. A seguir, apresentamos um gráfico da evolução do PAE ao longo dos anos, o número de bolsas, os valores investidos, de acordo com os dados repassados pelo Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE, em abril de 2023.

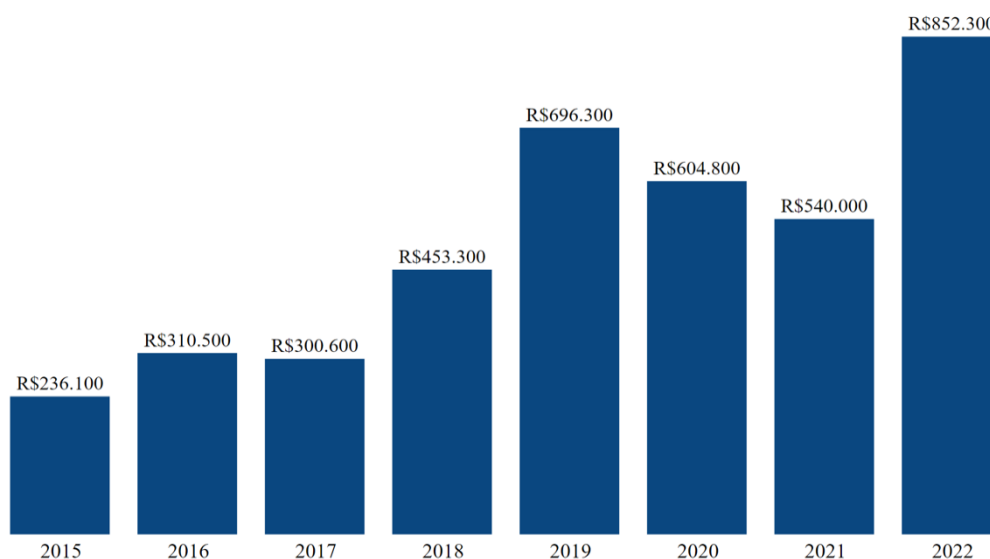
Gráfico 6 – Evolução da oferta de bolsas do PAE 2015-2022



Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

O PAE foi implantado em 2015. Desse ano aos dias atuais, passou por dois momentos de aumento de oferta de vagas, em 2017, quando ampliamos de 100 para 200 a capacidade instalada de bolsas por mês, e em 2018, onde a oferta passou a ser de 250, número que permanece até a data de fechamento desta pesquisa. É importante ressaltar que nos anos de 2020 e 2021 o gráfico apresenta uma queda em razão da suspensão das atividades presenciais, o que impactou negativamente na oferta de novas vagas. Contudo, a PRAE manteve todos os alunos no programa, como forma de evitar o agravamento das condições socioeconômicas dos estudantes. Quanto tratamos sobre os valores investidos, temos a representação, abaixo:

Gráfico 7 – Evolução do investimento no PAE 2015-2022.

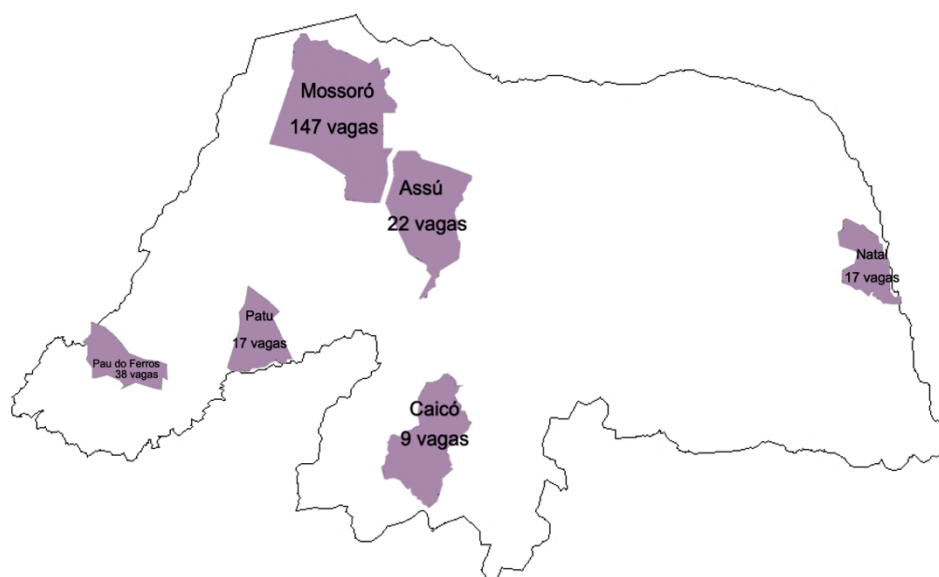


Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

Note que a execução orçamentária no PAE sempre foi crescente, exceto no período pandêmico, evidenciando o compromisso da instituição com a consolidação do programa. No período entre 2017 e 2022, o aumento foi de quase 300% na execução orçamentária do programa.

A distribuição das vagas do PAE pelos *campi* se dá considerando o número de estudantes matriculados nos cursos, o que impõe uma distribuição disposta, conforme o mapa abaixo:

Gráfico 8 – Distribuição das vagas do PAE por campus.



Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

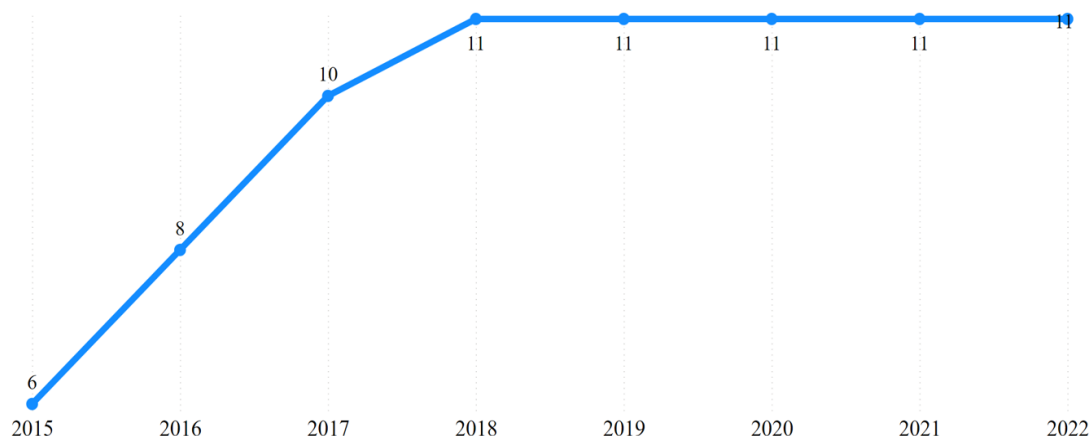
O PAE, por se tratar de um programa com abrangência geral e de grande procura, precisa ter sua capacidade instalada ampliada, pois mesmo considerando o percentual de matriculados para distribuição das vagas, percebe-se que algumas unidades avançadas contam com baixíssimo número de vagas, como é o caso de Caicó, que percebe tão somente 9 vagas para o PAE. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a UERN está dividida por faculdades e algumas delas são maiores do que alguns *campi* avançados, como é o caso da FAFIC, FANAT e FACEM, que não tem menos de 5 cursos cada. Ou seja, sob essa perspectiva, mesmo reconhecendo o avanço histórico na implantação e crescimento de vagas deste importante programa, é imprescindível caminhar para uma nova etapa de ampliação.

O **Programa de Moradia Universitário**, sendo o mais antigo dos programas de assistência estudantil da UERN, outrora programa de residências universitárias, é, junto com o PAE, um dos programas com o processo seletivo mais disputado e tem como escopo garantir aos estudantes contemplados duas formas de benefício: a utilização das residências

universitárias, como moradia, pelo tempo regular de integralização do seu curso, ressalvados os casos de descumprimento das normas previstas nos editais ofertados, regimentos e resoluções vigentes; e auxílio financeiro, para o custeio das despesas com o aluguel para aqueles que concorrerem nesta modalidade.

De 1972 até 2015, a UERN contava com **residências universitárias** apenas no *Campus* Central, em Mossoró. No ano de 2015, inicia-se o processo de expansão do programa com a abertura de residências nos *campi* avançados. No período entre 2015 e 2017, a universidade saltou de 6 para 10 residências. Ao ingressarmos na então DAE, em 2017, contávamos com 10 residências universitárias distribuídas pelos *campi* de Mossoró, com 4 imóveis, Assú, com 2 imóveis, Natal, com 2 imóveis e Patu com 2 imóveis. Mas, ainda faltavam os *campi* de Caicó e Pau dos Ferros, que não dispunham de casas que preenchessem os requisitos legais de contratação com o serviço público e atendessem às necessidades do programa. Ainda em 2017, por volta do mês novembro, conseguimos encontrar um imóvel em Caicó que, posteriormente, em 2018, serviria para implantar as duas unidades residências universitárias (masculina e feminina).

Gráfico 9 – Distribuição das vagas do PAE por campus.

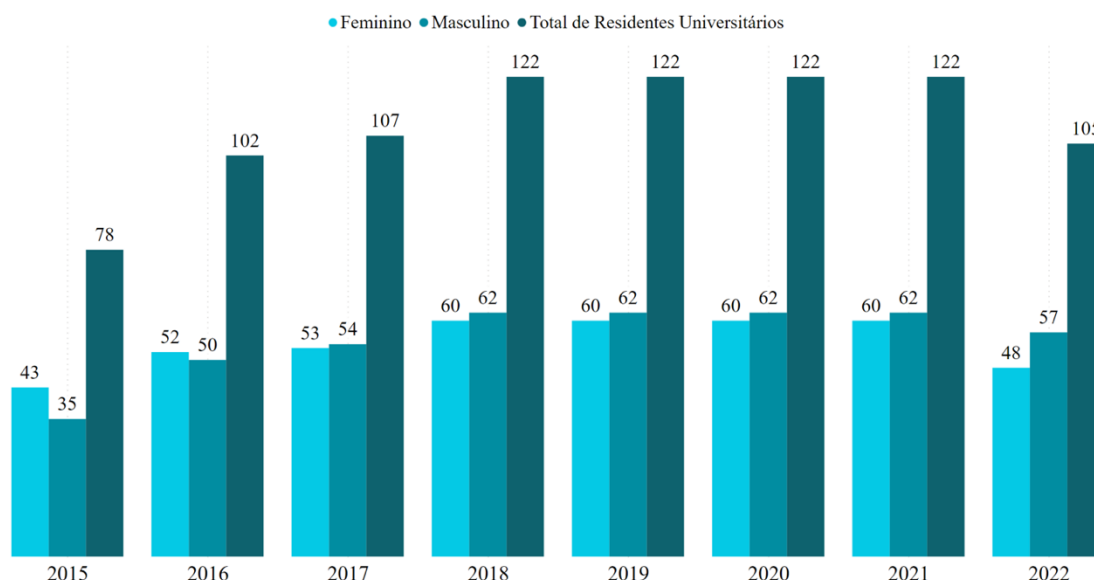


Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

A partir dos imóveis disponíveis, perfazendo um total de 11 no final do período estudado, a quantidade de leitos ofertados e sua ocupação também aumentou ao longo dos anos, como podemos ver no gráfico, a seguir. No final de 2022, percebemos uma discreta queda na ocupação dos leitos disponíveis, em razão do aumento da procura pela modalidade do auxílio financeiro, que proporciona uma maior liberdade para os estudantes escolherem onde e com

quem morar, para além de obter mais facilidades com o sistema de rateio de despesas entre os beneficiários que decidem conviver em um imóvel locado com o referido auxílio.

Gráfico 10 - Evolução da oferta de vagas do Programa de Moradia Universitária.



Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

O **auxílio financeiro**, modalidade pecúnia do Programa de Moradia Estudantil, paga mensalmente o valor de R\$ 300,00 para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar *per capita* não superior a um salário-mínimo e meio. Como o *Campus* de Pau dos Ferros era o único a não dispor de um imóvel para residência universitária, o primeiro edital da modalidade auxílio financeiro foi lançado exclusivamente para essa unidade acadêmica, com 20 vagas. Em seguida, já no ano de 2021, a capacidade instalada e o orçamento reservado previam 100 vagas distribuídas pelos *campi* da instituição.

Tabela 6 – Capacidade instalada e orçamento do auxílio financeiro para moradia.

ANO	VAGAS DE AUXÍLIOS	ORÇAMENTO DESTINADO
2020	20	R\$ 72.000
2021	100	R\$ 360.000
2022	100	R\$ 360.000

Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

O **Auxílio Inclusão Digital**, instituído no âmbito do Pro-Uern, disponibiliza apoio financeiro no valor de R\$ 1.000 (mil reais) destinado ao custeio das despesas com aquisição de equipamentos de informática e contratação de serviços de internet, *softwares* ou qualquer outro item/serviço que proporcione a inclusão digital. O objetivo é garantir os meios necessários para

que os discentes possam cursar os componentes curriculares ofertados no calendário acadêmico. Do total de vagas ofertadas, 5% (cinco por cento) são destinadas aos estudantes com deficiência.

Tabela 7 – Capacidade instalada e orçamento do auxílio inclusão digital.

ANO	VAGAS DE AUXÍLIOS	ORÇAMENTO DESTINADO
2020	1.000	R\$ 1.000.000
2021	1.000	R\$ 1.000.000
2022	600	R\$ 600.000

Fonte: Setor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PRAE (2023)

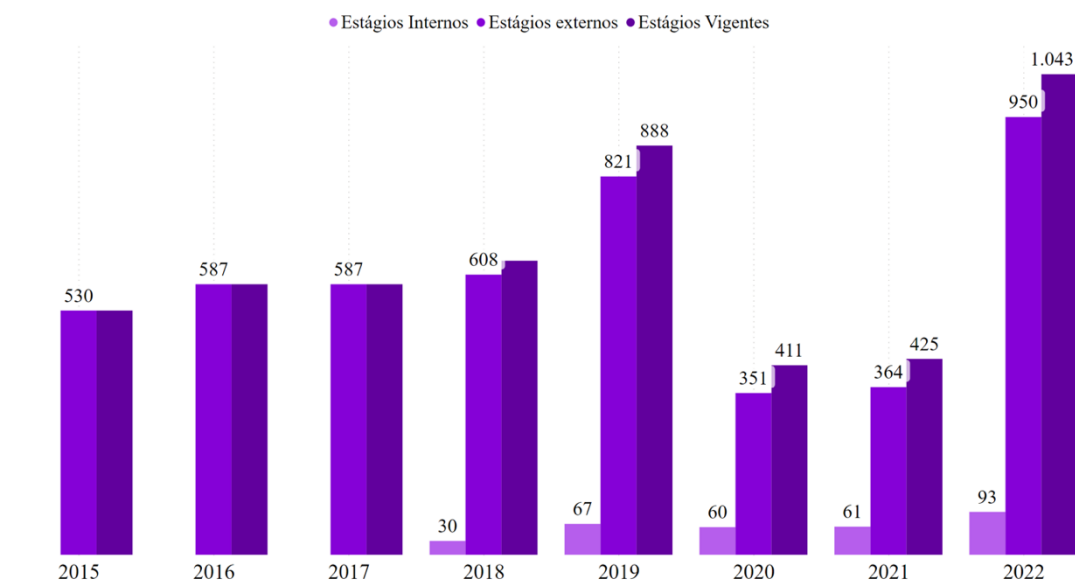
Esse programa assume uma importância determinante, pois foi a concessão deste auxílio que possibilitou o sucesso de ensino remoto no período pandêmico, ainda que precisemos fazer ressalvas sobre o modelo adotado e eventuais prejuízos acadêmicos ocorridos. Entretanto, diante da conjuntura, podemos dizer que a UERN é um exemplo exitoso de como a assistência estudantil atuou, no sentido de não permitir que nenhum estudante deixasse de ter acesso aos meios necessários para cursar suas disciplinas. Tanto é que a universidade ofertou número superior ao público-alvo essencial, que eram os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Considerando as projeções do IDUERN, a universidade precisaria ofertar 1.200 auxílios financeiros, ao passo que 2.600 foram efetivamente disponibilizados. Ao longo dos editais, sequer as vagas ofertadas eram preenchidas, demonstrando que a instituição não limitou o acesso ou economizou no enfrentamento à pandemia.

O Programa de Apoio ao Estágio Curricular Supervisionado Não-obrigatório é um dos braços da permanência estudantil que não estão ligados intimamente à assistência em si, pois o critério para inclusão no programa não é financeiro, mas curricular e de competência técnica. Esse programa tem o objetivo de fomentar a prática do estágio, tanto internamente, quanto externamente, por meio de parcerias com órgãos públicos, Iniciativa Privada e Terceiro Setor, respeitadas as dimensões educativa, de fiscalização e expansão do estágio.

A UERN, como interveniente obrigatória na relação de estágio, atua como conscientizadora da importância do estágio na formação, impulsionadora da abertura de novos campos de estágio e agente de fiscalização da prática do estágio, sendo o equilíbrio na balança da relação concedente-estagiário para proteger a parte hipossuficiente e não permitir que o estágio se transforme em mão de obra barata. Essa atuação proporcionou um aumento sem precedentes no número de convênios e, em sequência, na abertura de novos campos de estágio

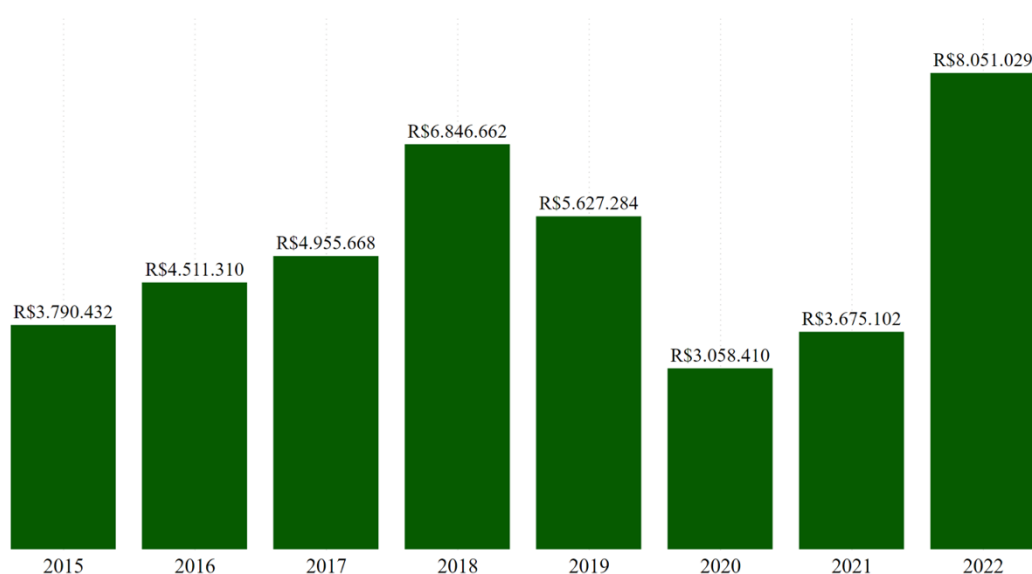
Gráfico 11 – Evolução do número de estágios vigentes.



Fonte: Setor de Estágios e Convênios da PRAE (2023)

Um ponto importante a destacar no programa de estágio é que, para além do investimento direto da UERN na abertura de vagas internas, que até 2017 sequer existiam, existe um movimento forte de captação de recursos materializados mediante concessão das bolsas de estágio, onde o protagonista principal é o estagiário, bem como a pactuação de contrapartidas financeiras nos convênios para financiar ações da assistência estudantil.

Gráfico 12 – Valor anual captado em bolsas de estágio não-obrigatório.



Fonte: Setor de Estágios e Convênios da PRAE (2023)

O **Setor de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida Estudantil (SEAS)**, da PRAE, disponibiliza para os estudantes apoio multiprofissional, realizado por uma equipe composta

atualmente por assistente social, psicóloga clínica, psicóloga educacional e psicopedagoga. O cotidiano acadêmico, por si só, é permeado por cobranças, pressões, frustrações, distanciamento, superações, angústias e muitos outros afetos que invariavelmente têm impactos na saúde mental dos estudantes.

Um exemplo que ilustra os desafios nessa área é a mobilidade estudantil provocada pelo Sisu, quando alunos de vários estados diferentes se deparam com uma nova realidade de clima, cultura, culinária, modo de vida e dinâmica de pertencimento, afastados de sua família e intimados a gerir sozinhos sua própria vida longe de casa. Torna-se desafiador administrar emocionalmente essa ruptura no modo de vida, atrelado às cobranças da academia, cumprimento de prazos, rotinas de estudos etc. Esses estudantes precisam de acolhimento, acompanhamento e ações efetivas para a promoção da saúde mental e da qualidade de vida.

Nesse sentido, o SEAS desenvolve ações que vão desde os atendimentos individuais até atividades coletivas, com dinâmicas de grupo ou, ainda, as *Práticas Integrativas, De dentro para fora, Conexão Corpo e Aprendizagem* e as campanhas temáticas durante o ano sobre as mais diversas formas de promoção da saúde e qualidade de vida dos estudantes.

O **Auxílio-creche** representou um importante avanço nas políticas voltadas ao público feminino, notadamente as estudantes mães com filhos de até cinco anos e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois a maternidade é um sonho para muitas mulheres, entretanto quando ela se encontra com a conciliação das tarefas do lar, do casamento, da vida profissional e da academia, certamente lhes exigirá uma jornada de dedicação que pode ultrapassar o limite do corpo e da mente. No edital de lançamento, foram disponibilizadas 100 vagas, com valores e quantidades regulamentados por portaria da presidência da FUERN. Os primeiros auxílios foram no valor de R\$ 400,00, depositados mensalmente na conta das beneficiárias.

O **Programa de Concessão de Auxílio Alimentação** tem como foco proporcionar auxílio financeiro aos estudantes pobres, porém foi descontinuado em 2018, haja vista ter se tornado pouco atrativo⁷⁷ para os alunos em decorrência da parceria com o restaurante popular. Sendo assim, o orçamento desse Programa foi direcionado para o aumento das bolsas do PAE, o que demonstrou trazer muito mais qualidade à despesa com a assistência estudantil. O **Restaurante Popular**, por sua vez, apesar de ainda não estar em todos os *campi*, cumpre uma função primordial, que é garantir segurança alimentar para os alunos. Atualmente, existe a intenção e projeto da UERN, por intermédio da PRAE, de levar o Restaurante Popular para

⁷⁷ No último edital, foram lançadas 100 vagas, porém sequer chegou a ter o mesmo número de inscritos, e ao final do período tinha apenas 14 alunos no Programa. Ao nosso ver, o Programa precisa ser melhorado e ampliado.

todos os *campi* em parceria com a SETHAS, mas que não anula ações paralelas, como a concessão de auxílio financeiro em locais que ainda não têm o equipamento.

Outra ação importante da UERN é proporcionar o apoio financeiro aos estudantes que desejam participar de eventos acadêmico-científicos, culturais e esportivos por meio do **Auxílio à Participação de Estudantes em Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais**. Os valores são fixados de acordo com a distância, podendo ser de R\$ 100,00, caso os eventos ocorram nos limites do Rio Grande do Norte, ou de R\$ 150,00, quando for na região Nordeste, e de R\$ 200,00, para eventos em nível nacional.

Os dados apresentados neste tópico é a expressão das principais ações que a UERN desenvolve na área da assistência estudantil. Não se limita aos programas dissecados aqui, haja vista ainda termos ações transversais que articulam áreas de ensino, da pesquisa e da extensão. Cabe destacar, que a partir de 2014 temos o início do que consideramos como o amadurecimento normativo das ações de assistência estudantil, com o planejamento, elaboração e aprovação de resoluções dispondo acerca da criação de programas de permanência, sejam de assistência, ou não. Esse fator contribuiu para afastar o risco das ações sazonais ou, ainda, as subjetividades políticas do gestor do momento. A institucionalização dos programas permitiu a destinação de orçamento e obrigatoriedade de execução, pautada pelos documentos oficiais, como Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), PPA, LDO e LOA.

3.4 Perceber, sentir e provar nas vozes dos/das estudantes ensinantes e aprendentes

Até aqui, fizemos um trajeto que nos permitiu citar todos os referenciais bibliográficos, dissertações, teses, documentos oficiais ou qualquer outra fonte que nos consente dizer que a UERN caminha, hoje, a passos firmes e em terreno fértil pautada pelo princípio de universidade socialmente referenciada em que a assistência estudantil assume um papel determinante para essa construção. Os números falam uma língua, cumprem uma tarefa indispensável à quantificação das coisas. Mas, e as pessoas? Os estudantes, o que dizem? Como eles se veem nesse processo? Quais impactos essas ações já quantificadas têm em suas vidas?

O objetivo deste tópico é trazer, à luz do que preceituam Josso (2010), Halbwachs (1990) e Pollack (1992), as narrativas e memórias dos estudantes beneficiários para compreender o entrelaçamento de suas histórias de vida com a UERN. De que maneira as ações de inclusão e de permanência impactaram em sua vida e no seu empoderamento pessoal e profissional.

Precipuamente, calha frisar que o fio condutor da metodologia desta pesquisa, qualitativa, reflexiva e de autoformação, permite-nos caminhar e buscar compreender o contexto de vida dos sujeitos em questão. Desse modo, definimos três sujeitos para a pesquisa, e como critérios de escolha dos entrevistados estabelecemos que estes deveriam ser estudantes nascidos em cidade do interior do Rio Grande do Norte, de camada popular, ingressados pelo sistema de cotas e ser beneficiários dos programas de permanência da UERN.

Foram realizadas três escutas, respeitando a representação quanto ao sexo, cor/raça e de cursos e *campi* diferentes. No decorrer da pesquisa, imprevistos de agenda e por conta de uma excepcionalidade no contexto de segurança pública⁷⁸ impediu a realização dos encontros presenciais previstos, contudo sem prejudicar as escutas que foram realizadas no formato *on-line*, pela plataforma *Google Meet*. Todos os procedimentos respeitaram a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016, que “dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [...]”. A participação de cada estudante foi voluntária e as respostas foram tratadas e registradas obedecendo a legislação vigente. Todo e qualquer dado ou informação coletada esteve sob as exigências da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), com garantia de sigilo e correto tratamento. Todos os riscos foram devidamente apresentados e, após manifestada a anuência, os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a interpretação das narrativas e compreensão dos diálogos não se pretende levantar hipóteses, definir métricas ou variáveis, pois “dados recolhidos significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais, conversas, e de complexo tratamento estatístico” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 16). No processo de escuta, ao realizar as entrevistas e posterior transcrição, estaremos amparados também em Alberti (2004), que defende o trabalho de transcrição com zelo com o que foi narrado, suas expressões, inclusive o silêncio, como resposta para questões de sua história de vida e que esta “não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido” (Alberti, 2004, p. 29).

Apresentados os procedimentos metodológicos, passamos às entrevistas. No quadro, abaixo, apresentamos o nome fictício dos estudantes, escolhido por eles próprios, como forma de preservar sua imagem. Todos consentiram em divulgar suas informações de sexo, idade, cidade de origem, curso, autodeclaração, renda familiar e trajetória de vida.

⁷⁸ Os equipamentos públicos do Estado do Rio Grande do Norte e dos municípios sofreram ataques de facções ligadas ao crime organizado.

Quadro 1 – Perfil dos estudantes entrevistados.

NOME FICTÍCIO ⁷⁹	SEXO	IDADE	CIDADE	CURSO	Autodeclaração	Ingresso
Raimundo Nonato	Masculino	23	Mossoró	Biologia	Parda	PPI ⁸⁰
Cecília Meireles	Feminino	25	Natal	Direito	Parda	PPI
Samy	Feminino	29	Pau dos Ferros	Enfermagem	Branca	EEP ⁸¹

Fonte: Entrevistas com os sujeitos da pesquisa (2023)

O primeiro entrevistado, denominado de Raimundo Nonato, é natural de Mossoró, oriundo integralmente de escola pública, ingressou na UERN pelo sistema de cotas PPI no ano de 2021, filho de mãe solo e que atualmente está desempregada. Vivem do Bolsa Família⁸² e de trabalho informal e residem no Bairro Alto de São Manoel, na cidade de Mossoró. Nonato, por ter ingressado no ano de 2021, período pandêmico, iniciou sua graduação no formato remoto, com aulas sendo ministradas *on-line*. Ele relata que enfrentou dificuldades no início, por não dispor de nenhum equipamento de informática, além de seu *smartphone*:

Então, assim que eu entrei foi decretado pandemia...então foi complicado logo de primeira conseguir um auxílio como eu consegui depois o auxílio que dava assistência a comprar um aparelho digital (*sic*) [...] Mas enquanto eu não consegui eu tinha que assistir minhas aulas pelo telefone e isso complicava demais porque querendo ou não chega uma mensagem, chega outra, fora que o tamanho da exposição dos conteúdos que na tela do celular fica bem menor do que no computador...então minha maior dificuldade foi essa. (Nonato, 2023, informação verbal)

Nonato faz parte do conjunto de 2.600 estudantes beneficiários do Auxílio Inclusão Digital que teria ficado para trás nessa mudança abrupta imposta à educação superior e à sociedade global, em razão do avanço da COVID-19. Da mesma forma, as duas outras entrevistadas foram beneficiárias e conseguiram comprar o equipamento (notebook) ou, ainda, pagar internet banda larga para cursar as disciplinas do calendário excepcionalmente remoto.

No percurso de escuta das narrativas autobiográficas, perguntamos para os estudantes qual a importância da assistência estudantil em suas trajetórias. De que maneira ela contribuiu para a permanência. Quase que instantaneamente, a resposta surgiu em todas as entrevistas. Nonato (2023) destacou:

A importância desses dois programas é fomentar a permanência dos estudantes além de trazer uma segurança, né (*sic*)? ... que... durante o mês sempre aparece, por exemplo, o PAE, eu vou, eu coloco crédito na minha carteirinha⁸³ com o auxílio, eu resolvo questões

⁷⁹ Nomes escolhidos pelos entrevistados, que não guardam qualquer relação com seus nomes próprios.

⁸⁰ Cotas para Pretos Pardos e Indígenas.

⁸¹ Cotas para Egresso de Escolas Públicas.

⁸² Até o fechamento dessa pesquisa o valor do Bolsa Família era R\$ 600,00.

⁸³ Carteira que utiliza para o transporte público municipal.

que aparecem durante o meio do curso devido a bolsa que eu recebo do auxílio ...e hoje, né, eu tenho o computador por causa do auxílio. [...] Eu acho que isso é uma construção...como que eu posso dizer?...uma construção social no meio da nossa comunidade acadêmica, onde muitas vezes tornam...**traz uma igualdade entre os alunos** [...] Onde muitas vezes é preciso contribuir em casa com algum ...de alguma forma...então as vezes a gente consegue fazer essa conciliação entre a academia com a casa, sabendo organizar direitinho. (Nonato, 2023, informação verbal)

Percebam que Nonato (2023) elenca alguns elementos preocupantes e importantes: o primeiro, diz respeito ao fato de que o auxílio, ainda que aos poucos, começa a fazer parte da renda familiar e contribui para o custeio de despesas do cotidiano não necessariamente acadêmico. Nesse ponto, é importante destacar a indissociabilidade da vida pessoal da acadêmica. Aliás, elas são uma só, como uma simbiose, e uma reflete na outra. O outro elemento, poderia se dizer semiótico, é a perspectiva de igualdade manifestada em sua fala. Um processo de empoderamento, pois com os programas de assistência os alunos em situação de vulnerabilidade são, agora, indivíduos com poder aquisitivo que conseguem ter relativa autonomia para resolver suas despesas.

Ao ser questionado sobre o que representa a UERN e as oportunidades que surgem a partir do acesso e permanência no ensino superior para sua vida, Nonato (2023) destacou que a “A UERN hoje representa um divisor de águas, onde encontramos a porta e ela está lá aberta depois que passar o processo de ENEM e conseguirmos uma vaga”. E acrescenta ele ao se perceber como parte da instituição, que agora figura como um de seus quadros: “então acho que começa a ser um divisor de água onde a gente começa a ter pensamentos futuros, plano de carreira, eu acho que a UERN... eu acho que ela realmente forma...não só profissionais, mas pessoas com ... eu acho que com empatia maior” (Nonato, 2023, informação verbal).

Nonato é o primeiro de sua família a cursar o ensino superior. A UERN, nas palavras de Nonato (2023), é acolhedora e contribui para a sua formação e para a concretização de seus projetos de vida:

Então, a universidade ela traz uma contribuição satisfatória, porque quando a gente ingressa ela acaba sendo a nossa segunda casa, a gente acaba passando mais tempo do que lá...do quê, do quê em casa literalmente. Então eu acredito que a UERN sim acolhe a gente. [...] hoje meu principal projeto é encontrar um emprego na área que eu trabalho e ter uma estabilidade financeira, que hoje em dia vemos que isso é através de concurso (Nonato, 2023, informação verbal).

A segunda entrevista, foi realizada com uma estudante do curso de Direito do *Campus Avançado de Natal*, com nome de Cecília Meireles. Ela tem 29 anos e é natural de Lagoa Salgada. Sua renda familiar é de um salário-mínimo recebido pela sua mãe, que é empregada

doméstica. Seu pai é autônomo e sempre que aparece serviço, trabalha como pedreiro. São beneficiários do programa Bolsa Família, do Governo Federal, e moram na zona norte de Natal, no Bairro Pajuçara.

Meireles é filha única de uma família que saiu de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte para tentar uma vida melhor em Natal. Instalou-se em uma região de Natal onde se concentra uma expressiva densidade populacional com renda familiar abaixo da média da cidade e onde os problemas sociais são mais visíveis. Seu ensino básico foi cursado todo em escola pública, parte em Lagoa Salgada, parte em Natal, sofrendo com a falta de professores e com o deslocamento diário do Bairro Pajuçara para o Bairro Potengi, em uma caminhada de pelo menos 30 minutos, para estudar o ensino médio.

Ao concluir o ensino médio, decidiu seguir o seu sonho, percebendo a UERN como uma oportunidade de acesso ao ensino superior. Ela relata que o início não foi fácil e que o mundo novo que se abria era repleto de novos desafios:

Eu escolhi a UERN por era na Zona Norte, ficava próximo para mim (sic) ir porque eu ia a pé também, aí era mais longe do que a escola pública (que estudou o ensino médio), aí eu andava, tipo, em torno de quarenta minutos, mais ou menos. Quando, logo no início né, eu...tipo, entrei na faculdade, tava acabado de sair do ensino médio, não sabia muito... por exemplo, foi uma diferença muito grande pra mim, do ensino médio. O impacto muito grande pra ir para a faculdade porque, por exemplo, no primeiro dia meu professor cobrou o que é um artigo científico e eu não sabia o que era (Meireles, 2023, informação verbal).

As narrativas de Meireles (2023) reafirmam a importância da distribuição espacial da UERN. A universidade escolhe ser do interior, crescer para o interior e quando se instala em Natal vai para o que se considera o interior da capital. A UERN socialmente referenciada compreende o seu papel e está sempre ao alcance da população pobre, das camadas populares. Isso, visto de longe, pode parecer desimportante, entretanto somente as pessoas que precisam entendem e a referenciam como o principal instrumento de abertura de portas ao seu alcance, como ratifica Meireles (2023), ao dizer que a “UERN pra mim foi uma porta aberta que me deu oportunidade para eu estar conseguindo melhorar de vida”.

A distância, a falta de recursos financeiros, falta de acesso aos materiais bibliográficos, tudo impacta no desenvolvimento das atividades acadêmicas e reflete no desempenho e, por conseguinte, na formação. Os programas de assistência estudantil têm o impacto na relação existente de humanização, de liberdade, de autonomia e de empoderamento do sujeito. Esses deságios são comuns a todos os estudantes cotistas, advindos das camadas populares:

No início... assim, logo no início, no primeiro semestre... eu não comia na UERN, eu comia algo em casa e quando chegava eu jantava. Eu pagava as disciplinas só a noite, mas depois foi dificultando porque eu tinha que pagar as disciplinas de manhã, às vezes a tarde e a noite. A prática jurídica a tarde...Aí eu tinha que comer. Mas aí eu comecei a receber o auxílio (PAE) e conseguir me alimentar na UERN (Meireles, 2023, informação verbal).

O simples e ato básico de se alimentar, se torna uma conquista inesquecível para os alunos. É como um peixe que nada subindo o rio e, de repente, a correnteza parece mudar e passa a seguir o mesmo fluxo. O PAE, como já destacamos, é um dos programas mais procurados porque proporciona o empoderamento do estudante, permite-os ter acesso à alimentação, transporte e, pasmem, acesso ao material bibliográfico que deveria estar ao alcance de todos:

Se fosse colocar em porcentagem, eu colocaria cem por cento. Porque eu entrei na faculdade, por exemplo, eu não tinha internet, eu não tinha nada e...ao longo do tempo eu fui conseguindo por causa do...desse auxílio (inclusão digital). Quando o professor pedia pra fazer xérox, até pra fazer as provas dentro da sala com consulta...pronto, tem um ponto que me tocou bastante foi quando no início, logo no início quando eu não estava recebendo (o PAE), teve uns professores que pediram pra gente levar as xérox para fazer as provas com consulta e eu cheguei na sala e não tinha...eu não tinha. Aí...um menino foi, quando ele terminou a prova dele e quando estava saindo ele me emprestou o material dele e eu consegui fazer a prova (Meireles, 2023, informação verbal).

Ao destacar a importância da assistência estudantil na sua permanência no ensino superior, Meireles (2023) revela uma face da política que precisa imediatamente ser corrigida: o tempo de espera. Existe pressa na equidade, existe pressa no atendimento às necessidades, pois meses de *delay* podem significar a retenção ou a evasão de um aluno, o que pode, por um lado, atingir os indicadores de qualidade e sucesso acadêmico (se pensarmos em uma perspectiva estatística) e, por outro, representar o fechamento da única porta de oportunidade para resgatar da vulnerabilidade uma família, pois, deste caso, como em outros, Meireles é a primeira pessoa de sua família a ter acesso e possibilidade de concluir o terceiro grau.

A assistência estudantil é um meio para mitigar os desafios do cotidiano estudantil, a materialização do direito à educação superior. É, também, apoio necessário à realização dos sonhos. Ao ser questionada qual o seu sonho de vida, Meireles responde:

O meu sonho sempre foi fazer direito...eu tinha até uma dúvida entre direito e psicologia como minha segunda opção, mas meu sonho sempre foi fazer direito como primeira opção...porque eu queria sair passar em um concurso público e me tornar delegada e um plano B me tornar advogada. Eu, pelo menos, já estou conseguindo o plano B, se Deus quiser vou conseguir. A UERN proporcionou isso, porque, além de ser na zona norte...porque, por exemplo, se fosse na zona sul seria mais difícil para poder ir (Meireles, 2023, informação verbal).

A UERN chegou para Meireles no tempo limite, no tempo em que ela precisou, seja com o PAE, seja com o Auxílio Inclusão Digital. Aliás, de forma muito orgulhosa, ela exibiu o computador que comprou com os recursos recebidos. Ela é, como muitos, o símbolo de resistência que nos faz a cada dia buscar aprimorar o fazer institucional da UERN.

A terceira escuta foi realizada com Samy, estudante de 29 anos, autodeclarada branca, oriunda de escola pública, não exerce atividade remunerada, é beneficiária do Bolsa Família (única fonte de renda) e compartilha a vida em união estável com o pai de suas três filhas. Ela é natural de Doutor Severiano, município distante 178 km de Mossoró e 415 km de Natal. Entretanto, está a 24 km da cidade de Pau dos Ferros, onde temos um *campus* avançado da UERN e que oferta cursos, como o de Enfermagem, no qual ela está matriculada. Samy é filha de dois agricultores e cresceu na zona rural de seu município, uma localidade chamada Lagoa de Dentro.

Samy fez o ensino fundamental e o ensino médio em Doutor Severiano e passou por muitos desafios para concluir a educação básica, pois em Lagoa de Dentro não tinha escola de ensino médio e ela precisava se deslocar diariamente cerca de 12 km até a cidade em carro *pau de arara*. Isso mesmo, durante os anos de 2007 a 2009 Samy cursava o ensino médio se deslocando em um carro *pau de arara*, enfrentando todas as intempéries de um trajeto em estrada de barro para conseguir ter acesso à educação. Em um trecho de sua narrativa, é possível compreender quase que como um filme antigo o tamanho da dificuldade importa a uma estudante:

Quando chovia, tinha a questão das estradas que não eram calçadas na época a gente andava muito pé. O carro ficava aqui logo na entrada da cidade mesmo, num sítio mais próximo que tem... chama Sítio Merejo. E a subida, que é uma serra enorme, que é só subida mesmo, a gente ia a pé... a pé porque não tinha como chegar. Eu morava no Sítio Lagoa de Dentro, distante cerca de oito ou nove quilômetros, não sei precisamente, mas é mais ou menos isso, a gente ia a pé. Tinha vezes que a gente chegava de madrugada em casa... Deixa eu (sic) explicar, entre a cidade e meu sítio tem um sítio chamado Merejo; quando chovia, na volta a gente vinha da cidade e o carro ficava nesse Sítio Merejo e a gente ia do Merejo até Lagoa de Dentro a pé, subindo uma serra. (Samy, 2023, informação verbal)

Desde o início sua trajetória, foi de muita superação, pois estudar a noite e sob essas condições e, mais que isso, conseguir concluir, revela um querer genuíno, uma força de superação comum às pessoas fortes. Contudo, exigir de uma adolescente essa força de vontade é quase que um castigo e demonstra a omissão do Poder Público quanto o acesso à educação de qualidade. Em um trecho de sua narrativa, é possível perceber o quão desgastante era a rotina:

Por vezes eu chegava tarde da noite, com fome e colocava a comida pra comer. Só que o cansaço e o sono era tão grande que algumas vezes eu cheguei a dormir na mesa do jantar. O tempo de estrada era muitas vezes maior do que na sala de aula, acabava cansando e desgastando, a gente não rendia. (Samy, 2023, informação verbal)

Após ingressar no ensino superior, Samy fazia diariamente o trajeto de ônibus de sua cidade até o *Campus* de Pau dos Ferros para cursar Enfermagem. Apesar da maior distância, o desconforto de outrora e o tardar da hora da chegada diminuíram. Todavia, logo no início do curso, ela engravidou e precisou conciliar as obrigações da maternidade (além de mulher e esposa) com a academia. Como ela não tinha com quem deixar sua filha de 4 meses, decidiu enfrentar a dura rotina de levá-la à UERN e assistir as aulas com a bebê no colo, como revela a narrativa, abaixo:

No início eu levava a semana toda, porque no início de curso era aula de segunda a sexta o dia todo, mas com o passar dos dias aquilo foi ficando cansativo e muito estressante pra bebê. Aí eu fui levando só alguns dias (alternando). Teve situações que o professor ele segurou a minha bebê para eu fazer uma prova, situações em que ela ficou em outra turma, na turma do lado para eu fazer prova. Ela passeou pela universidade toda, quase todo mundo conhece minha bebê... (Samy, 2023, informação verbal).

A falta de condições financeiras para pagar uma creche ou cuidador, impôs à Samy a difícil missão de tentar conciliar a maternidade e as aulas concomitantemente, o que é, convenhamos, quase impossível em termos simples. Isso acarretou as faltas e, por conseguinte, reprovações em algumas disciplinas.

Eu deveria estar no nono período, mas eu tive um problema no início do curso porque como minha bebê era muito pequena, tinha quatro meses, eu não conseguia ficar muitos dias distante dela. Eu até cheguei a levar minha bebê para a faculdade durante muito tempo, mas mesmo diante desse esforço não era possível levar a semana inteira. Você imagine aí, o curso já é cansativo para uma pessoa, imagine para uma mãe e para um bebê de quatro meses. Tinha dias que não dava, ficava estressante para mim, para ela e para os colegas de sala. Acabou que eu perdi aulas importantes e reprovei por falta duas disciplinas. (Samy, 2023, informação verbal)

Mesmo perdendo duas disciplinas, Samy não desistiu do curso. Segundo ela, fraquejou em alguns momentos, mas o desejo de se formar era mais forte, e com a ajuda do companheiro, que ficava com suas filhas, as coisas iam se ajustando. Um fato que ela julga ser importante foi a seleção para o PAE, pois conseguiu ajudar nas despesas da universidade, como também nas ligadas à criação de sua filha mais nova.

Eu comprei, inclusive com o dinheiro de um auxílio, acho que foi do PAE, na época... um negocinho (sic), um “ninho”, aquele de colocar criança. E eu levava, eu saía daqui, ao invés de mochila eu levava mochila, bolsa dela de lado, era o ninho, era uma sacola bem

grande. Assim, eu não conseguia levar tudo todo dia, porque eu precisava subir no ônibus, descer do ônibus...aí era cansativo demais. (Samy, 2023, informação verbal)

Quando perguntamos sobre a importância dos programas de assistência estudantil em sua trajetória, ela responde:

Ah, teve importância total, eu não consigo nem mensurar e eu não tenho palavras no momento pra dizer o tamanho da importância, mas é algo muito grande. Porque...assim...até hoje eu dependo dessa rede de apoio, de pessoas que estejam aqui me ajudando porque três filhos, é um curso integral e... praticamente impossível. Se você for olhar assim, avaliar a situação, é praticamente impossível uma mãe de três filhos ir cursar, fazer um curso integral em outra cidade. Esse programa de assistência estudantil vem como opção de dar um apoio, um suporte, porque com esses valores que eu recebi e que venho recebendo até hoje, atualmente o auxílio-creche, eu posso ter essa garantia desse dinheiro extra para tá (sic) ali pagando uma creche ou um cuidador ou até mesmo no sentido de comprar as coisas de necessidade de casa, haja vista no momento a gente não estar trabalhando. Eu dependo até hoje e vou depender até o fim porque se eu for trabalhar eu vou ter que trancar o curso ou alguma disciplina [...] Eita, tem o auxílio inclusão digital, não posso esquecer. Na época eu tava (sic) sem internet, na época da pandemia, a gente ficou tendo (sic) aula remota e na época eu devia a internet com o vizinho porque ficava mais barata. Só que nas aulas a internet ficava lenta, caía muito...um dia eu estava fazendo uma prova oral e a internet caiu duas vezes e a professora disse “olha Samy, se isso (cair a conexão) acontecer outra vez ou ver ter que cancelar a sua prova”. Um tempo depois eu me inscrevi no auxílio inclusão digital e eu pensei: “taí (sic), é o que vai salvar minha vida”. Fiz a inscrição, contratei o serviço de internet e até hoje eu tenho internet aqui em casa e consegui pagar (Samy, 2023, informação verbal).

Samy acessou o PAE, Auxílio Inclusão Digital e o Auxílio-creche. Ela faz parte de um grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mulheres, mães com filhos de idade até 5 anos. São pessoas que, outrora, não conseguiria sequer cursar a faculdade pelas dificuldades enfrentadas e que encontram na UERN um amparo, um lar, onde residem seus sonhos e suas esperanças. Ao ser indagada sobre o seu sonho de vida hoje, ela responde:

O meu sonho hoje, claro, primeiramente é conseguir me formar. Porque está difícil, muita coisa, passei por duas gravidez (sic), pandemia, muita coisa e dificuldades que sempre aparecem [...] Mas, primeiramente, é dizer eu me formei e depois passar num concurso. (Samy, 2023, informação verbal)

O grande palco aqui é o sucesso acadêmico materializado pela conclusão do curso, pela colação de grau. O sonho de Samy revela o esperar que se projeta em um ente que tem nome e referência, a universidade, a UERN. As narrativas de Nonato, Meireles e Samy, suas trajetórias, seus deságios e, principalmente, seus sonhos e esperanças, nos deslocam da posição de mero transmissor de uma mensagem e nos transformam em parte de tudo isso, pois, nas palavras de Freire (1992), “enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática

para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.”

Os sujeitos dessa pesquisa percebem a assistência estudantil como o elemento determinante para as políticas de inclusão. Suas falas revelam, acima de tudo, que a política de cotas é apenas um dos pilares da democratização. Os dados e números expostos demonstram o esforço institucional da UERN em se perceber universidade socialmente referenciada. Entretanto, é a fala dos sujeitos que referenda tudo o que está sendo feito, é o pertencimento e efetivação das esperanças ancoradas na prática institucional.

VOLTAR COM OS FEIXES NAS MÃOS NO NUTRIR A ARTE DE FAZER, SABER, RESSIGNIFICAR

Esta pesquisa teve o objetivo precípua de compreender as contribuições das ações de democratização do acesso ao ensino superior na UERN, sua política de inclusão e permanência estudantil. Nessa construção, utilizamos os conceitos *autobiografia*, *memória*, *experiência*, *empoderamento*, *democratização e inclusão*. Ao definirmos que as narrativas sobre as histórias e experiências de vida da trajetória do autor estariam no rol dos objetivos específicos, ficamos amparados na *autobiografia* proposta por Josso (2010), como referência que nos possibilitou a validação da ideia de falar de si como experiências formadoras e autoformadoras, contemplando as dimensões que perpassam as subjetividades e a construção da memória, da família, do trabalho e da trajetória de vida, de forma geral.

O falar de si requisitou o resgate da memória e do fizemos, à luz do que discorre Halbwachs (1990), quanto às memórias individuais e coletivas, ao percebermos o fenômeno da recordação e localização das lembranças, bem como os contextos sociais que contribuem na reconstrução da memória, ainda que “subterrâneas”, como fala o autor. Das memórias à experiência, conforme “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, nos termos de Bondiá (2002). Percorremos com Freire (1986) e seus escritos sobre empoderamento e de que forma se manifestou na ascensão social do pesquisador em formação que propôs esta pesquisa, suas posições políticas, lugar de fala e “aprofundamento da tomada de consciência”.

De fato, foi uma verdadeira volta no tempo, um mergulho em si mesmo, uma reconstrução de nossa história, a partir das memórias e das experiências individuais e coletivas provadas nesta que foi a melhor viagem de nossas vidas, até aqui. Dialogar com o método autobiográfico nos permitiu, nas palavras de Pollak (1989, p. 3-15), a “interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.” Reviver momentos de nossa vida e compreender aspectos que nos permitem estar aqui é como desbastar a pedra bruta, lapidar o EU interior e, mesmo não sendo necessariamente perguntas conceitualmente formuladas, eis que encontramos respostas para as inquietações.

Em outro momento, propusemo-nos a identificar as contribuições da política de inclusão e assistência estudantil na democratização do acesso e permanência ao Ensino Superior. Evidenciamos a linda e histórica história da UERN, desde sua fundação aos dias atuais, passando pelos momentos mais importantes e significativos de sua história até o amadurecimento institucional. Analisamos todos os entrelaces da sua fundação, estadualização, reconhecimento e a conquista da tão sonhada autonomia universitária. A UERN tem uma linda

história ancorada em uma missão que tem íntima ligação com suas bases, o interior do estado e as camadas populares do Estado do Rio Grande do Norte.

A partir do diálogo com o conceito de Responsabilidade Social Universitária e seus principais autores, estabelecemos o ponto de partida teórico para a construção de um conceito de Universidade Socialmente Referenciada, sendo aquela que assume um pacto essencial com a sociedade e esta, por sua vez, a legitima como interveniente de suas demandas. Defendemos inclusão na ordem do dia a defesa de uma universidade autônoma, livre e que possa contribuir com o desenvolvimento profissional, cultural, econômico e social do território de sua influência. Contudo, compreendendo qual o seu público, a quem serve e, principalmente, o seu lugar de fala, que é a Educação Superior como um direito social, pois para se compreender as políticas de inclusão e permanência no ensino superior é preciso estudá-las pautando a dignidade do cidadão, sob a égide dos direitos sociais.

Portanto tudo o que permeia a inclusão deve estar situado no campo dos direitos sociais, materializados na forma das políticas sociais. Fazendo isso, a universidade atuará como o modelo e a balança, que por meio da educação equilibra a relação de hipossuficiência das camadas mais empobrecidas da sociedade. Seria, então, uma espécie de simbiose entre seu público e a emancipação conquistada por meio da educação.

Nesta caminhada, evidenciamos todo o debate sobre as cotas e ações de inclusão e permanência estudantil da universidade, desde a sua gênese e em diálogo com o contexto nacional e regional aos aspectos que contribuíram para a sua consolidação e fortalecimento. O seu nascedouro, desenvolvimento e os dias atuais, como marca indelével de uma instituição que tem a assistência estudantil como centralidade estratégica de combate às desigualdades sociais e regionais, respeito à diversidade e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso dos estudantes. Essa máxima foi repetida ao longo da pesquisa,, não só como um princípio, mas como o farol que ilumina toda e qualquer iniciativa institucional, profissional e pedagógica da universidade.

No plano nacional, o que discorremos até aqui demonstra que, por um lado, é necessário o compromisso social público com a reparação da dívida histórica que temos com a população pobre no Brasil; por outro, não é o indicativo de um “final feliz”. Ao contrário, reivindica dos governos e das instituições de ensino superior um outro compromisso com a democratização do acesso, que é a garantia de permanência. Logo, é imprescindível a construção de um sistema ancorado na necessidade de enfrentar, estruturalmente, as desigualdades educacionais, articulando as dimensões do educacional, do territorial/regional e do desenvolvimento socioeconômico.

Ao nos debruçarmos sobre o contexto da UERN, *locus* investigativo, norteados pelo quesito principal da pesquisa, que é compreender como a política de inclusão contribui para a democratização do acesso e permanência no ensino superior, pudemos perceber que os avanços no sistema de cotas ampliaram ainda mais a capilaridade, o alcance dos grupos vulnerabilizados e proporcionou uma maior heterogeneidade no perfil dos estudantes da instituição. A UERN está vestida de povo!

No entanto, a primeira conclusão está diretamente ligada à segunda: os desafios para os estudantes pobres continuam os mesmos, ainda que manifestados de novas formas, pois o central aqui é a questão eminentemente econômica, em se tratando de cotidiano acadêmico. Ainda persistem os problemas com acesso ao transporte, alimentação, material bibliográfico, moradia, acessibilidade, inclusão digital etc. Tudo isso pertence a um círculo que se forma e tem nome: permanência estudantil.

É importante frisar que os problemas não são gerados no interior das universidades. Eles se manifestam, também, dentro delas. São o reflexo de uma sociedade injusta e desigual. Ainda tenha que formemos um consenso de que muito se evoluiu nas últimas décadas, as desigualdades na formação educacional entre ricos e pobres no Brasil ainda é abissal. O que mudou, foi a postura institucional da universidade.

Mas, se os problemas inerentes às desigualdades sociais permanecem também dentro da UERN, o que mudou? O compromisso institucional. A UERN, ao abrir as portas por meio do sistema de cotas e ao implementar sua política de permanência estudantil, assume o compromisso institucional em combater as desigualdades sociais no Estado do Rio Grande do Norte e no país.

Em resumo, se, por um lado, construímos as condições históricas, políticas e legais para consolidação da reserva de vagas, por outro é imperioso tanto o compromisso, quanto a responsabilidade institucional na implantação de uma política de equidade no interior da universidade. O racismo estrutural não acaba, ao entrar na universidade. O machismo e o patriarcado não têm fim com a aprovação no ENEM. LGBTfobia não deixa de existir nos corredores e nas salas de aulas das universidades. Os obstáculos, barreiras e preconceitos para as pessoas com deficiência não evaporam no primeiro dia de aula. O estudante preto e pobre não recebe como comprovante de matrícula um bilhete premiado da loteria federal. O sucesso efetivo das políticas de inclusão só ocorrerá se no mesmo compasso forem garantidas as condições de permanência que respeitem as particularidades dos sujeitos.

As narrativas dos estudantes demonstram que o desafio da desigualdade ainda existe, ainda resiste e ainda insiste em se fazer marcante. Apesar disso, nas palavras de Santos (2008,

p. 82), “a responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor”. É essa universidade socialmente referenciada que formará em .Direito a filha da empregada doméstica e do pedreiro, vinda lá de Lagoa Salgada e que se instalou na zona norte de Natal, que caminhava 40 minutos todos os dias para assistir aula É essa mesma universidade que possibilitará que o filho da mãe solo, pardo e pobre, seja o primeiro graduado na família, Biólogo e professor. E é essa mesma universidade que formará a filha de agricultor, da cidade de Doutor Severiano, que frustrou todas as expectativas que diziam que ela não conseguiria ser Enfermeira por ser pobre, mulher e mãe de três filhos.

Essa instituição é para a população pobre do estado como um sol. Sol, este astro que, nas palavras de Huberto Rohden⁸⁴, “assaz poderoso para sustentar um sistema planetário, e assaz delicado para beijar uma pétala de flor. A UERN tem o poder para revolucionar a educação do estado todo e tem o poder para libertar a vida de uma pessoa. Ela é essa máquina de realização de sonhos, dos sonhos de liberdade humana.

*Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e
ninguém que não entenda.
Cecília Meireles*

⁸⁴ Trecho do poema de Huberto Rohden em seu livro "De Alma Para Alma".

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ANDRADE, Maria Edgleuma de. **Política de expansão da UERN: oferta e qualidade da educação superior**. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4660>. Acesso em: 8 out. 2022.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/6>. Acesso em: 8 out. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciência da Educação).
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 7.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Seção 1, p. 7.
- BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições terão recursos para assistência estudantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaest>. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. Portaria normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2010. Seção 1, p. 36.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: Contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos**: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, Brasília, v. 24, n.36, p. 7-22, 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

COSTA, Ana Maria Morais. **Educação para a cidadania e ensino superior**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13627>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DANTAS, Sátiro Cavalcanti. **Os Bastidores de Uma Luta Mossoró**. Mossoró: FUNSERN, 1990. (Coleção FUSERN, v. 8).

DUARTE JÚNIOR, Nestor Gomes. **Assistência estudantil nas universidades estaduais brasileiras**: as marcas dos programas de bolsas e auxílios financeiros na permanência discente. 2020. 166 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38918>. Acesso em: 22 nov. 2022.

EIDT, Elise Cristina; TRINDADE, Larissa de Lima; CALGARO, Rosane. Responsabilidade social universitária e sua aplicabilidade no ensino superior. **Diálogo**, Canoas, n. 47, 2021. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. **Dominação Política e Universidade**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2006. (Coleção mossoroense; Série C; v. 1508).

FREIRE, Iuska. **Programa Sopa Cidadã será implantado no Restaurante Popular do Campus Central**. 12 jun. 2019. Disponível em: <https://beta.apps.uern.br/blog/sopa-cidada-sera-implantada-no-restaurante-popular-do-campus-central/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

FREIRE, Iuska. Uern é certificada com o Selo ODS Educação. **AGECOM UERN**, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://portal.uern.br/blog/uern-e-certificada-com-o-selo-ods-educacao/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: O Cotidiano do Professor. Tradução Adriana Lopez; Revisão técnica Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção educação e Comunicação, v. 18).

GADOTTI, Moacir. A concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 16, mar. 1981.

GUARNIERI, Fernanda Vieira. **Cotas universitárias**: perspectivas de estudantes em situação de vestibular. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05112009-202847/pt-br.php>. Acesso em: 22 nov. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, jan./jul., 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. **Sinopse estatística da educação superior**: 2000. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. **Sinopse estatística da educação superior**: 2010. Brasília: INEP, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. **Sinopse estatística da educação superior**: 2015. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. **Sinopse estatística da educação superior**: 2020. Brasília: INEP, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. **Sinopse estatística da educação superior**: 2021. Brasília: INEP, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 10 mar. 2023.

JARA, Mónica Jiménez de la; FONTECILLA, José Manuel De F.; TRONCOSO, Catalina Delpiano. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, Brasília, DF, v. 24, n. 36, p. 57-73, mar. 2006.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 30, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741>. Acesso em: 8 mar. 2023.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e formação**. 2. ed. rev. e amp. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010.

LANÇAMENTO do Edital do Programa Auxílio Creche. 7 fev. 2022. vídeo (36 min). Publicado pelo canal UERN Oficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXYNYWxTzt0&t=204s>. Acesso em: 8 mar. 2022.

LAVILLE, Christian. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo; SILVA, Eder Gama da; MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. A História da Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais. **Revista Observatório**, v. 5, n. 6, p. 886-911, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493>. Acesso em: 8 abr. 2022.

MEDEIROS, Milton Marques de. (org.) **João Batista Cascudo Rodrigues**: lições de um professor. Mossoró: Edições UERN e Sarau das Letras, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, Edgar. **A via**: para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOURA, João. Campus de Patu passa por inspeção e poderá receber Restaurante Popular. **AGECOM UERN**, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://portal.uern.br/blog/campus-de-patu-passa-por-inspecao-e-podera-receber-restaurantepopular/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MOURA, João. Fundo de Combate à Pobreza aprova 200 bolsas para estudantes carentes da UERN. **AGECOM UERN**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://portal.uern.br/blog/fundo-de-combate-a-pobreza-aprova-200-bolsas-para-estudantes-carentes-da-uern/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método de criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 8 out. 2022.

PAULO NETTO, José. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 79, set. 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 3524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2000.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 8.258, de 27 de dezembro de 2002. Estabelece reserva de vagas nas Universidades Públicas Estaduais para alguns alunos egressos da Rede Pública de Ensino. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal/RN, 28 dez. 2002.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e o espírito coletivo de Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Un Rosado, 2004.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **Interiorização da Universidade**. 3. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2001. (Coleção mossoroense; Série C; v. 1250).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do Século XXI**: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina; 2008.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **30 Anos de Estadualização**. Disponível em: <https://www.uern.br/estadualizacao30anos/>. Acesso em: 18 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **AGECOM UERN. Cerca de 90% dos professores da rede básica do interior são formados pela UERN**. 15 out. 2019. Disponível em: <https://portal.uern.br/blog/cerca-de-90-dos-professores-da-rede-basica-do-interior-sao-formados-pela-uern>. Acesso em: 8 ago. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 22/2016, de 13 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do “nome social” nas condições que especifica. Disponível em: https://portal.uern.br/conselhos/resolucoes-consepe/?cp_1=21. Acesso em: 8 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Diretor da Fuern. **Resolução Nº 053/2021, de 23 de novembro de 2021**. Regulamenta a disponibilização de vagas na Gestão Superior da Uern para servidoras mulheres. Disponível em: https://portal.uern.br/conselhos/resolucoes-conselho-diretor/?cp_1=5. Acesso em: 8 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **História**. Disponível em: <http://portal.uern.br/historia/>. Acesso em: 17 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Uma história de conquistas**. Disponível em: <https://portal.uern.br/>. Acesso em: 8 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Museu Virtual: História da UERN**. Disponível em: <https://www.uern.br/museu/default.asp?item=museu-historia>. Acesso em: 17 out. 2022.

VALLAEYS, François. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara/RS, v. 14, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/723>. Acesso em: 22 nov. 2022.